

Câmara Municipal de Sintra

TEMA 8 – Equipamentos e Espaços Públicos

Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra

Gabinete do Plano Diretor Municipal

Outubro de 2014

FICHA TÉCNICA

GPDM – GABINETE DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SINTRA

Álvaro Terezo, Geólogo

Emília Santos, Eng.^a do Território

Isabel Henriques, Socióloga

Manuel Espada, Urbanista (Coordenação do Tema)

Rui Colaço, Eng. do Território

Sónia Barreira, Geógrafa

Tiago Trigueiros, Arq. Urbanista

DED/DPLE – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E LOGÍSTICA EDUCATIVA

Ana Antunes- Licenciatura em Educação

Cristovalina Afonso – Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas

DCD - DEPARTAMENTO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

Maria João Raposo - Historiadora

Paula Arruda – Técnica Superior de Desporto

DGP – DAGE DIVISÃO DE AMBIENTE E GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Assunção Carreira – Eng.^a do Ambiente

DSE – DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E EMERGÊNCIA

José Jacinto - Engenheiro

DSI/DSAS – DEPARTAMENTO DE SOLIDARIEDADE E INOVAÇÃO SOCIAL

Maria João Rodrigues – Socióloga

Fátima Rodrigues - Socióloga

GLAE – GABINETE DE LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS E GESTÃO DE MERCADOS

Florência Dias - Jurista

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO 1	12
1. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	12
Cuidados de Saúde Primários – Serviço Nacional de Saúde	12
Rede nacional de cuidados continuados integrados	17
Unidades hospitalares – serviço nacional de saúde	20
Saúde mental	21
Comportamentos aditivos	24
VIH / SIDA	29
CAPÍTULO 2	32
2. EQUIPAMENTOS SOCIAIS	32
Infância e Juventude	32
População idosa	39
Dependência	43
População com deficiência	45
Imigrantes e Minorias Étnicas	48
Família e Comunidade	50
Violência Doméstica	51
CAPÍTULO 3	54
3. EQUIPAMENTOS DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO	54
3.1 Apresentação da rede escolar do concelho de sintra	54
CAPÍTULO 4	86
4. EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	86
CAPÍTULO 5	96

5. EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE RECREIO E LAZER.....	96
CAPÍTULO 6.....	120
6. SEGURANÇA PÚBLICA.....	120
6.1 POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.....	120
6.2 SERVIÇO de Polícia Municipal.....	121
6.3 PROTEÇÃO CIVIL.....	122
CAPÍTULO 7.....	126
7. EQUIPAMENTOS DE JUSTIÇA.....	126
CAPÍTULO 8.....	128
8. CEMITÉRIOS.....	128
CAPÍTULO 9.....	132
9. MERCADOS E FEIRAS.....	132
9.1 Mercados municipais.....	132
9.2 Feiras.....	133
CAPÍTULO 10.....	138
10. ESPAÇO PÚBLICO.....	138
Capítulo 11.....	168
SÍNTESE E ANÁLISE SWOT.....	168
11.1. Síntese.....	168
11.2. Análise SWOT.....	186
BIBLIOGRAFIA.....	190
ANEXOS.....	192

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Instalações das UCSP Lusíadas, UCSP Aqualva, USF Cyntia, USF Colares e UCSP Almargem do Bispo (da esquerda para a direita).....	14
Figura 2 - Instalações das UCSP Algueirão.....	14
Figura 3 - Instalações das USF Mira Sintra, UCSP Rio de Mouro e USF Natividade (da esquerda para a direita)	15
Figura 4 - -- Localização e Área de Intervenção das Forças de Segurança.....	121
Figura 5 - Localização e Área de Intervenção dos Serviços de Proteção Civil	125
Figura 6 - Localização dos Cemitérios no Concelho de Sintra	128
Figura 7 – Imagem dos aglomerados urbanos analisados (morfologias).....	139
Figura 8 – Imagem dos aglomerados urbanos analisados, realçando o espaço privado (cheio) e público (vazio)	140
Figura 9 – Imagem dos aglomerados urbanos analisados, realçando o espaço pedonal.	143
Figura 10 – Imagem dos aglomerados urbanos analisados, realçando os espaços de circulação automóvel.	145
Figura 11 – Imagem dos aglomerados urbanos, realçando os espaços dedicados ao estacionamento automóvel	147
Figura 12 – Imagem dos aglomerados urbanos, realçando os espaços verdes públicos.....	149
Figura 13 - Parque Urbano Felício Loureiro – Queluz	153
Figura 14 - Parque Urbano - Urbanização Casal da Barota	154
Figura 15 - Parque Urbano Quinta das Flores, Estufa e Jardim Botânico	155
Figura 16 - Parque Linear da Cidade do Cacém (Ribeira das Jardas)	156
Figura 17 – Parques/Jardins existentes e previstos no Concelho de Sintra	157
Figura 18 - Parque Largo D. Afonso V	158
Figura 19 – Jardim de Belas	158
Figura 20 - Praça da República	159
Figura 21 - Praceta Duque de Saldanha e Largo D. Maria II	159
Figura 22 - Largo de São João das Lampas e Largo da Capela – Algueirão Mem Martins.....	160

Figura 23 – Parque do Bairro do Lagar, Colónia e Sesmarias, Abrunheira	161
Figura 24 - Parque 2 de Abril, Monte Abraão.....	161
Figura 25 – Praceta Rocha Martins, Algueirão	162
Figura 26 - Circulação e Transporte – Paragem de Autocarro, Sinalização e Toponímia	163
Figura 27 - Circulação e Transporte – Inibidores de Estacionamento	164
Figura 28 – Infraestruturas – Papeleiras.....	164
Figura 29 – Infraestruturas – Ecopontos.....	164
Figura 30 – Infraestruturas – Luminárias	165
Figura 31 - Infraestruturas - Armários Técnicos.....	165
Figura 32 – Estadia e Lazer – Bancos	165
Figura 33 – Estadia e Lazer – Floreiras	166
Figura 34 – Estadia e Lazer – Quiosques.....	166
Figura 35 – Estadia e Lazer - Painéis Publicitários e Sinalização Turística.....	166

INDÍCE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de Cobertura de Creche em Sintra, por freguesia.....	34
Gráfico 2 - Taxa de cobertura de Pré-Escolar, em Sintra, por freguesia	36
Gráfico 3 - Taxa de cobertura de CATL, em Sintra, por freguesia	37
Gráfico 4 - Taxa de cobertura em Centro de Convívio, por freguesia.....	40
Gráfico 5 - Taxa de cobertura em Centro de Dia, por freguesia	41
Gráfico 6 - Taxa de cobertura em Lar de Idosos, por freguesia.....	42
Gráfico 7 - Taxa de cobertura em Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia.....	45
Gráfico 8 - Evolução da população escolar da rede pública do Concelho de Sintra entre 2003/04 e 2013/14	57
Gráfico 9- Evolução da população escolar de jardim-de-infância da rede pública do Concelho de Sintra entre 2003/04 e 2013/14	58
Gráfico 10 - Evolução da população escolar de 1.º ciclo da rede pública do Concelho de Sintra entre 2003/04 e 2013/14	60

Gráfico 11 - Evolução da população escolar de 2.º e 3.º ciclos da rede pública do Concelho de Sintra entre 2003/04 e 2013/14	60
Gráfico 12 - Evolução da população escolar de Ensino Secundário da rede pública do Concelho de Sintra entre 2003/04 e 2013/14	61
Gráfico 13 - Distribuição da população escolar em 2013/2014.....	66
Gráfico 14 - População escolar da rede pública de Sintra em 2013/2014	69
Gráfico 15 - Distribuição dos alunos no concelho de Sintra.....	70
Gráfico 16 – Tipologia Desportiva / Gestão por freguesia	93
Gráfico 17– Tipologias Desportivas por %.....	93
Gráfico 18 – Proprietário das Tipologias Desportivas por Freguesia	94
Gráfico 19 – Equipamentos de Cultura e Recreio e Equipamentos Municipais por Freguesia.....	98
Gráfico 20 – Colectividades de Cultura e Recreio e Equipamentos Municipais existentes por Freguesia.....	100
Gráfico 21 – Equipamentos Culturais de Recreio e Lazer no concelho de Sintra.....	101
Gráfico 22 – Tipologia de Valências Culturais	102
Gráfico 23 – Museus Municipais e Total de visitantes	107
Gráfico 24 – Bibliotecas Municipais e Total de utilizadores	111
Gráfico 25 – Distribuição da percentagem de espaço público nas áreas observadas.....	141
Gráfico 26 – Distribuição da percentagem de espaço pedonal nas áreas observadas.	143
Gráfico 27 – Distribuição da percentagem de vias de circulação automóvel.....	146
Gráfico 28 – Distribuição da percentagem de espaços de estacionamento	148
Gráfico 29 – Distribuição da percentagem de espaços verdes públicos.....	149
Gráfico 30 – Distribuição dos usos existentes nos espaços públicos analisados.....	151

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - N.º de utentes do ACES Sintra por Unidade funcional	13
Quadro 2 - Atendimento complementar / CATUS.....	16
Quadro 3 - Unidades de Cuidados na Comunidade do ACES Sintra – n.º de profissionais e área da abrangência	16

Quadro 4 - N.º de utentes abrangidos pelas Equipas de Cuidados Continuados Integrados do ACES Sintra	18
Quadro 5 - Unidades de internamento da RNCCI.....	18
Quadro 6 - Unidades de internamento da RNCCI no concelho de Sintra	20
Quadro 7 - Projetos continuados de intervenção desenvolvidos pela ET Agualva-Cacém (2010-2013)	24
Quadro 8 - N.º de utentes em PSO-BLE, na ET Agualva-Cacém, em 2012.....	26
Quadro 9 - Locais de realização de reuniões do NA e AA, no concelho de Sintra	29
Quadro 10 - Equipamentos de Creche, em Sintra	33
Quadro 11 - Equipamentos de Educação Pré-Escolar, em Sintra	35
Quadro 12 - Equipamentos de CATL, em Sintra.....	36
Quadro 13 - Lares de Infância e Juventude, em Sintra.....	38
Quadro 14 - Equipamentos de Lar de Idosos, no Concelho de Sintra	41
Quadro 15 - Equipamentos com Serviço de Apoio Domiciliário, em Sintra	44
Quadro 16 - Distribuição dos equipamentos escolares e alunos por freguesia (2013/2014).....	54
Quadro 17- Escolas em regime duplo de funcionamento (ano letivo 2013/2014).....	59
Quadro 18 - Variação do nº de alunos nos últimos 10 anos	62
Quadro 19 - Variação do nº de alunos no último ano	62
Quadro 20 - Evolução da população escolar no Concelho de Sintra.....	62
Quadro 21 – Evolução da população escolar de jardim de infância da rede pública no Concelho de Sintra	63
Quadro 22 – Evolução da população escolar de 1.º ciclo da rede pública no Concelho de Sintra	63
Quadro 23 - Evolução da população escolar de 2.º e 3.º ciclos da rede pública no Concelho de Sintra.....	64
Quadro 24 - Evolução da população escolar de Ensino Secundário da rede pública no Concelho de Sintra	64
Quadro 25 - Taxa bruta de natalidade - Continente e Sintra	65
Quadro 26 - Taxa de crescimento migratório - Continente e Sintra.....	65
Quadro 27 - Ação Social Escolar (Ano Letivo 2013/2014).....	67
Quadro 28 - Unidades de Multideficiência, de Ensino Estruturado e Salas de Atividades de Vida Diária	68
Quadro 29 - Nº de alunos da rede privada - ano letivo 2013/2014	70

Quadro 30 - Nº de alunos da rede solidária - ano letivo 2013/2014.....	70
Quadro 31 - Capacidade dos edifícios escolares.....	72
Quadro 32 - Ocupação das EB 2,3 e Escolas Secundárias.....	73
Quadro 33 -Necessidade de salas (AE Agualva Mira Sintra)	75
Quadro 34 - Necessidade de salas (AE Alfredo da Silva).....	75
Quadro 35 - Necessidade de salas (AE Algueirão MDS).....	76
Quadro 36 - Necessidade de salas (AE Alto dos Moinhos)	76
Quadro 37 - Necessidade de salas (AE António Sérgio)	77
Quadro 38 - Necessidade de salas (AE D. Carlos I).....	77
Quadro 39 - Necessidade de salas (AE D. João II)	78
Quadro 40 - Necessidade de salas (AE D. Maria II)	78
Quadro 41 - Necessidade de salas (AE Escultor Francisco dos Santos)	78
Quadro 42 - Necessidade de salas (AE Ferreira de Castro).....	79
Quadro 43 - Necessidade de salas (AE Lapiás)	79
Quadro 44 - Necessidade de salas (AE Massamá)	80
Quadro 45 - Necessidade de salas (AE Mem Martins).....	80
Quadro 46 - Necessidade de salas (AE Miguel Torga).....	80
Quadro 47 - Necessidade de salas (AE Monte da Lua).....	81
Quadro 48 - Necessidade de salas (AE Prof. Agostinho da Silva)	81
Quadro 49 - Necessidade de salas (AE Queluz Belas)	81
Quadro 50 - Necessidade de salas (AE Rio de Mouro)	82
Quadro 51 - Necessidade de salas (AE Ruy Belo)	82
Quadro 52 - Necessidade de salas (AE Visconde Juromenha)	83
Quadro 53 - Necessidade de salas (ES Ferreira Dias).....	83
Quadro 54 - Resumo global da necessidade de salas de 1.º ciclo na rede pública (2013/2014)	84
Quadro 55 - Resumo global da necessidade de salas de 2.º/3.º ciclo e secundário na rede pública (2013/2014).....	84

Quadro 56 – Tipologias desportivas por Freguesia	86
Quadro 57 – Instalações Desportivas Tipologias desportivas por %	88
Quadro 58 – Instalações Desportivas e área útil desportiva	89
Quadro 59 – Tipologia Desportiva / Gestão por freguesia	90
Quadro 60 – Tipologia Desportiva / Gestão por freguesia	92
Quadro 61 – Distribuição das Tipologias de Equipamentos Culturais por Freguesia	96
Quadro 62 – Tipologias de Equipamentos Culturais por Freguesia– Equipamentos por habitante	97
Quadro 63 – Salas Polivalentes e Auditórios por Freguesia	99
Quadro 64 – Valências Culturais – Quadro resumo	101
Quadro 65 – Museus Municipais e Total de visitantes	107
Quadro 66 – Bibliotecas Municipais e Total de utilizadores	111
Quadro 67 - Equipamentos de Justiça no Concelho de Sintra	126
Quadro 68 – Capacidade e taxa de ocupação ação dos Cemitérios no Concelho de Sintra	130
Quadro 69 – Numero de concessionários por mercado (2000-2012)	132
Quadro 70 – Numero de concessionários por mercado (2000-2013)	133
Quadro 71 – Numero de concessionários por mercado (2000-2012)	134
Quadro 72 – Parques/Jardins com maior relevância no Concelho de Sintra	152

CAPÍTULO 1

1. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

RESPOSTAS NA ÁREA DA SAÚDE

Os equipamentos aqui referidos podem distinguir-se, ao nível dos cuidados de saúde, os primários (do Serviço Nacional de Saúde) e os diferenciados, dividindo-se estes últimos em saúde mental, toxicodependência e VIH/SIDA, áreas onde, para além do sector público, se observam as instituições privadas sem fins lucrativos.

CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS – SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Ao nível dos cuidados de saúde primários do Serviço Nacional de Saúde (SNS), o concelho de Sintra é abrangido pelo Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Sintra, que resulta da fusão do ACES da Grande Lisboa IX — Algueirão -Rio de Mouro com o ACES da Grande Lisboa X — Cacém -Queluz e os Centros de Saúde Pero Pinheiro e Sintra do ACES da Grande Lisboa VIII — Sintra –Mafra.

Os Agrupamentos de Centros de Saúde são definidos pelo Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de Fevereiro como “serviços de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais, que integram um ou mais centros de saúde”.

Este ACES é composto por 11 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e 12 Unidades de Saúde Familiar. As USF definem-se no Decreto-Lei n.º 297/2007 de 22 de Agosto enquanto “unidades elementares de prestação de cuidados de saúde, individuais e familiares, que assentam em equipas multiprofissionais, constituídas por médicos, por enfermeiros e por pessoal administrativo”. As UCSP têm uma estrutura idêntica à prevista para as USF, prestando “cuidados personalizados, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos. A equipa da UCSP é composta por médicos, enfermeiros e administrativos não integrados em USF”¹. A principal característica distintiva das USF face às UCSP é a autonomia funcional das primeiras relativamente ao ACES que integram.

Em dezembro de 2013, estavam inscritos 358.610 utentes, dos quais 95.689 (27%) não tinham médico de família atribuído. Esta situação é mais grave na UCSP de Rio de Mouro, onde 90% dos utentes inscritos

¹ Art. 10º do Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de Fevereiro.

não tinham médico de família, seguindo-se a UCSP do Algueirão (48%), a UCSP de Aqualva (44%), a UCSP dos Lusíadas (36%) e a UCSP de Monte Abraão (32%). As UCSP de Belas e da Terrugem, embora não tenham tantos utentes sem médico como as anteriores, o peso destes sobre o total dos inscritos é bastante significativo (37% e 46%, respetivamente). Nas USF, por definição, não existem utentes inscritos sem médico de família.

Quanto à cobertura de médico de família face à população residente no concelho de Sintra, observa-se uma taxa de 70%,

Quadro 1 - N.º de utentes do ACES Sintra por Unidade funcional

Unidade Funcional	Com médico de Família	Sem Médico de Família	Total
UCSP Monte Abraão	17.250	8.103	25.353
UCSP Belas	8.350	4.816	13.166
UCSP Lusíadas	15.019	8.593	23.612
UCSP Casal de Cambra	10.678	2.525	13.203
USF Mãe D'Água	9.522	0	9.522
USF Mactamã	21.220	0	21.220
UCSP Olival	10.355	6.368	16.723
USF Flor de Lotus	15.509	0	15.509
USF S. Marcos	12.814	0	12.814
UCSP Aqualva	12.261	9.449	21.710
USF Mira Sintra	7.869	0	7.869
USF Alpha Mouro	18.336	0	18.336
USF Albasaúde	8.842	0	8.842
UCSP Rio de Mouro	2.389	22.049	24.438
UCSP Algueirão	24.654	23.048	47.702
UCSP Tapada das Mercês	5.169	2.383	7.552
USF Natividade	9.434	0	9.434
USF Cyntia	12.630	0	12.630
USF Colares	7.559	0	7.559
USF Monte da Lua	9.550	0	9.550
UCSP Terrugem/S. João das Lampas	6.789	5.815	12.604
USF Lapiás	11.654	0	11.654
UCSP Almargem do Bispo	5.068	2.540	7.608
TOTAL	262.921	95.689	358.610

Fonte: Inquérito ao Agrupamento de Centros de Saúde de Sintra (CMS - 2013).

Para além das consultas de medicina geral e familiar, são também efetuados atendimentos de enfermagem e de serviço social, bem como consultas de psicologia, medicina dentária, fisioterapia (ex-centros de saúde de Queluz, Cacém, Rio de Mouro e Sintra), terapia da fala (Pero Pinheiro), terapia ocupacional (Rio de Mouro) e com higienistas orais (Queluz, Cacém, Sintra e Pero Pinheiro).

As instalações destas unidades de saúde diferem em estado de conservação e adequação ao tipo de serviço prestado, destacando-se:

- Simultaneamente más e desadequadas, as instalações da UCSP Lusíadas, UCSP Aqualva, USF Cytia, USF Colares e UCSP Almargem do Bispo;

Figura 1- Instalações das UCSP Lusíadas, UCSP Aqualva, USF Cytia, USF Colares e UCSP Almargem do Bispo (da esquerda para a direita)



Fonte: ACES Sintra - Planeamento do ACES Sintra (ARSLVT - 2013).

- Desadequada e em estado de conservação médio, as instalações da UCSP Algueirão;

Figura 2 - Instalações das UCSP Algueirão



Fonte: ACES Sintra - Planeamento do ACES Sintra (ARSLVT - 2013).

- Em estado de conservação médio, embora adequadas, as instalações da USF Mira Sintra, UCSP Rio de Mouro e USF Natividade.

Figura 3 - Instalações das USF Mira Sintra, UCSP Rio de Mouro e USF Natividade (da esquerda para a direita)



Fonte: ACES Sintra - Planeamento do ACES Sintra (ARSLVT - 2013).

Relativamente ao **atendimento complementar**, este funciona ao sábado, das 9 às 13 horas e nos dias úteis, das 20 às 24 horas (exceto nas unidades funcionais de Rio de Mouro e Sintra). Todo o Concelho está coberto por esta resposta, à exceção da União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar.

Quadro 2 - Atendimento complementar / CATUS

Unidade Funcional	Consultas médicas por doença aguda		Área de abrangência
	Horário	N.º de atendimentos	
Algueirão	Dias úteis (20h-24h)	7.257	Algueirão Mem Martins, Rio Mouro
	Sáb. (9h-13h)	2.874	
Cacém	Dias úteis (20-24)	7.572	Agualva-Cacém
	Sáb. (9h-13h)	5.198	
Queluz	Dias úteis (20-24)	8.957	Queluz, Monte Abraão, Casal Cambra, Massamá, Belas
	Sáb. (9h-13h)	4.465	
	Dias úteis (20-24) até Abril 2013	2.321	
Rio de Mouro	Sáb. (9h-13h)	3.147	Rio de Mouro
Sintra	Sáb. (9h-13h)	1.288	Sintra, Colares, Terrugem, S. João das Lamas

Fonte: Inquérito ao Agrupamento de Centros de Saúde de Sintra (CMS - 2013).

No ACES Sintra encontramos também outro tipo de unidade funcional, as **Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC)**, que “prestam cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo” atuando ainda “na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção”².

Quadro 3 - Unidades de Cuidados na Comunidade do ACES Sintra – n.º de profissionais e área da abrangência

Unidades de Cuidados na Comunidade	N.º de profissionais					Área de abrangência
	Enf.	Psic*	TSSS*	Fisiot*	Terap. Fala*	
UCC Abraçar Queluz	11	1	1			As UCC abrangem a população residente, intervindo em: - Programas no âmbito da proteção, promoção de saúde e prevenção da doença na comunidade (Programa Nacional de Saúde Escolar) - Projetos de intervenção com pessoas, famílias e grupos de maior vulnerabilidade (idosos, grávidas, crianças, famílias de risco, entre outras) - Projetos de intervenção domiciliária a indivíduos dependentes e famílias/cuidadores no âmbito da RNCCI
UCC Cacém Care	11	1	1			
UCC Cruzeiro	10	1	1			
UCC P. Pinheiro	6	1	1		1	
UCC Sintra	9			1	1	

Fonte: Inquérito ao Agrupamento de Centros de Saúde de Sintra (CMS - 2013). (*) Profissional a tempo parcial.

² Art. 11º do Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de Fevereiro.

Há ainda uma **Unidade de Saúde Pública**, que desempenha funções de observatório de saúde em toda a área de influência ACES Sintra, competindo-lhe:

- A identificação das necessidades de saúde da população, monitorização do estado de saúde e factores determinantes, bem como a avaliação do impacto das suas intervenções;
- A vigilância epidemiológica;
- A supervisão e gestão de programas e projetos de intervenção.

Esta equipa é composta por 8 médicos de saúde pública, 6 enfermeiros, 4 higienistas orais e 6 técnicos de saúde ambiental.

REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

No âmbito dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social, é criada, pelo Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho, a *Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)*, “constituída por unidades e equipas de cuidados continuados de saúde, e ou apoio social, e de cuidados e ações paliativas, com origem nos serviços comunitários de proximidade, abrangendo os hospitais, os centros de saúde, os serviços distritais e locais da segurança social, a rede solidária e as autarquias locais”. Este modelo de cuidados assenta no funcionamento em rede, articulando os níveis hospitalar e de cuidados primários. A prestação de cuidados continuados de saúde e/ou de apoio social pretende aumentar a qualidade de vida de pessoas em situação de dependência e apoiar os respetivos cuidadores, quer em casos de manutenção da autonomia, quer na reabilitação, ou mesmo nas situações irrecuperáveis.

A referenciação para as estruturas existentes da RNCCI pode ser feita através de hospital do SNS onde o doente se encontra internado ou através da unidade de saúde do ACES, que contacta a Equipa Coordenadora Local (ECL). Sendo esta uma rede de âmbito nacional, a lista de utentes é única, pelo que um utente de qualquer ponto do país, depois de referenciado, “concorre” em pé de igualdade com os demais para a integração numa das unidades da Rede, não havendo, assim, prioridade a municípios para as camas existentes em Sintra.

A prestação dos cuidados de saúde e de apoio social é assegurada através de unidades de internamento e de ambulatório e de equipas hospitalares e domiciliárias.

APOIO DOMICILIÁRIO

Em Sintra existem 6 **Equipas de Cuidados de Continuados Integrados**, que abrangem todo o concelho. Estas equipas multidisciplinares são da responsabilidade dos cuidados de saúde primários e prestam serviços domiciliários a pessoas em situação de dependência funcional, doença terminal ou em processo de convalescença, que não se podem deslocar para fora do domicílio e cujo estado de saúde não requeira internamento.

Quadro 4 - N.º de utentes abrangidos pelas Equipas de Cuidados Continuados Integrados do ACES Sintra

ECCI	N.º de utentes referenciados	N.º de lugares contratualizados	N.º de utentes com resposta da ECCI
Abraçar Queluz	116	60	116
Cacém Care	80	50	80
Cruzeiro	93	25	93
Pero Pinheiro	44	20	44
Sintra	80	35	80

Fonte: Inquérito ao Agrupamento de Centros de Saúde de Sintra (CMS - 2013).

A capacidade de resposta em Sintra pelas ECCI é de 190 utentes, sendo que as ECCI Abraçar Queluz e Cacém Care são as que dispõem de mais lugares contratualizados. Ao longo do ano de 2013, foram referenciados 413 utentes do ACES Sintra e todos tiveram resposta da ECCI.

INTERNAMENTO

O internamento no âmbito da RNCCI faz-se de acordo com a seguinte tipologia abaixo descrita.

Quadro 5 - Unidades de internamento da RNCCI

Designação	Descrição	Finalidade	Destinatários
Unidade de convalescença	Unidade de internamento, independente, integrada num hospital de agudos ou noutra instituição, se articulada com um hospital de agudos, para prestar tratamento e supervisão clínica, continuada e intensiva, e para cuidados clínicos de reabilitação, na sequência de internamento hospitalar originado por situação clínica aguda, recorrência ou descompensação de processo crónico.	Estabilização clínica e funcional, a avaliação e a reabilitação integral da pessoa com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável e que não necessita de cuidados hospitalares de agudos.	Doentes dependentes e a necessitar de componente de reabilitação intensiva. Internamentos com previsibilidade até 30 dias consecutivos por cada admissão.

Unidade de média duração e reabilitação	Unidade de internamento com espaço físico próprio, articulada com o hospital de agudos para a prestação de cuidados clínicos, de reabilitação e apoio psicossocial, por situação clínica decorrente de recuperação de um processo agudo ou descompensação de processo patológico crónico, a pessoas com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável.	Estabilização clínica, a avaliação e a reabilitação integral da pessoa que se encontre na situação prevista no número anterior.	Doentes oriundos de outras respostas da Rede, de instituições de saúde ou de solidariedade e segurança social ou, ainda, do domicílio, que careçam de cuidados integrados em regime de internamento, mas não de cuidados tecnologicamente diferenciados Período de internamento: de 30 a 90 dias consecutivos por cada admissão.
Unidade de longa duração e manutenção	É uma unidade de internamento, de carácter temporário ou permanente, com espaço físico próprio, para prestar apoio social e cuidados de saúde de manutenção a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e que não reúnam condições para serem cuidadas no domicílio. Período de internamento: mais de 90 dias consecutivos.	Proporcionar cuidados que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida, por um período de internamento superior a 90 dias consecutivos.	Doentes que, pela sua situação de dependência, por razões de doença ou de patologias associadas à idade necessitam destes cuidados. Período de internamento superior a 90 dias consecutivos (pode ser inferior em situações temporárias, decorrentes de dificuldades de apoio familiar ou necessidade de descanso do principal cuidador, até 90 dias por ano).
Unidade de Cuidados Paliativos	Unidade de internamento com espaço físico próprio, preferencialmente localizada num hospital, para acompanhamento, tratamento e supervisão clínica a doentes em situação clínica complexa e de sofrimento decorrentes de doença severa e/ou avançada, incurável e progressiva, nos termos do consignado no Programa Nacional de Cuidados Paliativos do Plano Nacional de Saúde.	Acompanhamento, tratamento e supervisão clínica de doentes em situação clínica complexa e de sofrimento decorrente de doença severa e/ou avançada, incurável e progressiva.	Doentes em situação clínica complexa com doença severa e/ou avançada, incurável e progressiva.

Fonte: Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho.

No quadro abaixo podem observar-se os equipamentos existentes em Sintra, por tipologia de unidade, salientando-se a inexistência de qualquer unidade de curta duração ou convalescença e a necessidade, sobretudo, de camas de manutenção/alívio ao cuidador e de cuidados paliativos. A este respeito refira-se que, no 1º semestre de 2013, havia 44 pessoas (35 idosas) com alta hospitalar em cama de agudos, no Hospital Fernando Fonseca, a aguardar integração na RNCCI.

Quadro 6 - Unidades de internamento da RNCCI no concelho de Sintra

	Curta Duração / Convalescença	Média Duração / Reabilitação	Longa Duração / Manutenção	Cuidados Paliativos
N.º de equipamentos	0	2	2	1
N.º de camas	0	61	32	8
N.º de utentes referenciados /avaliados pela ECL	106	233	248	177
Tempo médio de espera para integração em unidade de internamento	1 mês	1,5 meses	1 ano	3 meses

Fonte: Inquérito ao Agrupamento de Centros de Saúde de Sintra (CMS - 2013).

Há ainda uma unidade de média duração e reabilitação no Concelho, com capacidade para 30 utentes, que se encontra a aguardar licença de funcionamento.

UNIDADES HOSPITALARES – SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Em geral, a população residente no Concelho é atendida no Hospital Fernando da Fonseca (HFF), na Amadora, não existindo em Sintra qualquer hospital.

Na área materno-infantil, as populações das freguesias de Algueirão-Mem Martins, Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, Colares, S. João das Lampas e Terrugem e Sintra (St.ª M.ª e S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro Penaferrim) são atendidas no Hospital José de Almeida (Cascais).

Em Algueirão - Mem Martins, existe um **Serviço de Urgência Básica**, que funciona 24 horas por dia, integrado na Rede de Referência de Urgência/Emergência.

A criação, em Sintra, de uma unidade hospitalar prestadora de cuidados de saúde diferenciados, é um projeto já desenvolvido e retomado em vários momentos, mas ainda sem concretização. Observando a dimensão física e demográfica do concelho de Sintra, bem como a concentração de zonas urbanas críticas onde se concentram diversos grupos de risco, e elevando o princípio da equidade ao nível do planeamento do território nacional, considera-se que a pertinência da concretização da construção de uma unidade hospitalar no Concelho mantém-se, para que se possa assegurar a proteção da saúde de forma efetiva e equitativa.

SAUDE MENTAL

“Os estudos epidemiológicos mais recentes demonstram que as perturbações psiquiátricas e os problemas de saúde mental se tornaram a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade, nas sociedades atuais. A carga de perturbações mentais tais como a depressão, dependência do álcool e esquizofrenia foi seriamente subestimada no passado, devido ao facto de as abordagens tradicionais apenas considerarem os índices de mortalidade, ignorando o número de anos vividos com incapacidade provocada pela doença. Das 10 principais causas de incapacidade, 5 são perturbações psiquiátricas” (PORTUGAL, Ministério da Saúde, Alto Comissariado da Saúde, Coordenação Nacional para a Saúde Mental, 2008).

Em Sintra, a reduzida resposta do Serviço Nacional de Saúde releva a importância do papel dos institutos de ordens hospitaleiras existentes nos cuidados de saúde dirigidos a pessoas com patologia mental, quer no tratamento, quer na reabilitação.

DISPOSITIVOS DE AMBULATÓRIO

As respostas em ambulatório, no âmbito da saúde mental, são prestadas pela rede solidária e o SNS (equipas descentralizadas do HFF - Hospital Fernando Fonseca, em Massamá, e do CINTRA – Centro Integrado de Tratamento e Reabilitação em Ambulatório do CHPL - Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, em Sintra ³), num total de 5 equipamentos (3 e 2, respetivamente). Estas entidades, para além de consultas de psiquiatria, prestam outros apoios especializados, frequentemente envolvendo a psicologia, a enfermagem e o serviço social.

No ano de 2012, foram acompanhadas cerca de 4.000 pessoas em **psiquiatria de adultos** e realizadas 18.413 consultas desta especialidade, 83% das quais pelo Serviço Nacional de Saúde.

Em **psicologia**, foram apoiadas cerca de 2.000 pessoas e realizadas 6.448 consultas (86% pelo SNS).

O Plano Nacional de Saúde Mental (2007 -2016) alerta para a importância do diagnóstico e tratamento de perturbações mentais, quer dos adultos, quer de crianças, onde 1 em cada 5 tem problemas de saúde mental, rácio este que tende a aumentar com a situação de crise em que vivemos. Se tomarmos por

³ A população adulta do concelho de Sintra não tem o mesmo hospital de referência ao nível da saúde mental: os habitantes da cidade de Queluz e das freguesias de Belas e de Casal de Cambra são atendidos no Hospital Fernando Fonseca e os restantes são encaminhados para o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa.

referência esta epidemiologia, teremos 59.580 adultos e 15.987 crianças e jovens com problemas mentais, dos quais metade poderá ter uma perturbação psiquiátrica (estimativa da OMS).

No concelho de Sintra apenas existe uma instituição com serviço de **pedopsiquiatria**, pertencente à rede solidária, funcionando com o apoio da CMS. Esta resposta surgiu da necessidade de colmatar uma falha na arquitetura da rede de referência em saúde mental, pois apenas as crianças e jovens das freguesias Queluz e Belas, Massamá e Monte Abraão e Casal de Cambra são abrangidas pela equipa de pedopsiquiatria do HFF (e apenas para ambulatório), que em 2012 realizou 1.715 consultas de psiquiatria (167 utentes) e 619 de psicologia (73 utentes). Os restantes têm que dirigir-se ao Hospital Dona Estefânia, em Lisboa.

Em Sintra (2012), 405 crianças/jovens foram acompanhados em pedopsiquiatria pela rede solidária.

Neste ponto, é importante referir que OMS e outras organizações internacionais defendem que os serviços de saúde mental devem organizar-se por forma a garantir a acessibilidade a todas as pessoas com problemas de saúde mental, tomando por referência um setor geodemográfico com 200.000 a 300.000 habitantes, assegurando os cuidados essenciais sem que as pessoas se tenham que afastar significativamente do seu local de residência.

INTERNAMENTO

Os 3 equipamentos com **internamento psiquiátrico para adultos** existentes no concelho de Sintra pertencem à rede solidária, pois tanto o hospital geral (Hospital Fernando Fonseca) como o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, ambos do SNS, localizam-se nos concelhos limítrofes (Amadora e Lisboa, respetivamente), dispondo de um total de 65 camas.

Em 2012, na rede solidária, com uma taxa de ocupação de 100%, 585 pessoas encontravam-se em *unidades de longo internamento*, 62 em *curto internamento/internamento de doentes agudos*, 229 em *unidades de psicogeriatría* e 138 internadas em *unidades de reabilitação*.

FÓRUM SÓCIO-OCUPACIONAL

“Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido” (MSESS, 2012).

No âmbito do SNS, são apoiadas 142 pessoas pelo CINTRA/CHPL.

No concelho da Amadora, há 14 municípios integrados em fórum sócio ocupacional da rede solidária, tendo sido referenciados pela Equipa de Psiquiatria Comunitária do HFF.

Em 2014 foi inaugurado o Espaço Self, na Casa de Saúde da Idanha (instituição particular sem fins lucrativos), destinado a adolescentes, entre os 13 e os 17 anos, de ambos os sexos, com moderado ou reduzido grau de incapacidade psicossocial resultante de doença mental grave. Podem frequentar este espaço jovens estabilizados clinicamente, com limitações nas áreas relacional, ocupacional e integração social. Trata-se de um projeto-piloto que conta com o apoio da Direção Geral de Saúde e da CMS.

UNIDADES RESIDENCIAIS DE REABILITAÇÃO

Em Sintra, há duas instituições da rede solidária que desenvolvem este tipo de resposta, que se divide em:

9 Residências de apoio – estruturam residências destinadas a pessoas com moderado/elevado grau de incapacidade psicossocial, clinicamente estabilizadas, impossibilitadas de serem tratadas no domicílio por ausência de suporte familiar ou social adequado⁴. No total, dispõem de 147 camas, com uma taxa de utilização de 98% em 2014.

9 Residências de treino de autonomia – unidades residenciais integradas na comunidade, destinadas a desenvolver programas de reabilitação psicossocial para pessoas com moderado e reduzido grau de incapacidade psicossocial, estabilizadas clinicamente e que conservam alguma funcionalidade. Em 2014, das 52 vagas existentes, 88% estão ocupadas.

Na área da **reabilitação**, encontram-se ainda três respostas da rede solidária: 3 *unidades de dia*, com 35 utentes em 2012 e uma taxa de utilização de 100%; *formação profissional* para (e com) 24 pessoas; e 9 mulheres em centro de emprego protegido, numa cooperativa de solidariedade social.

⁴ Decreto-Lei n.º 8/2010, de 28 de janeiro.

COMPORTAMENTOS ADITIVOS

Distinguem-se aqui os cuidados de saúde diferenciados para pessoas com comportamentos aditivos, ao nível da toxicod dependência e do alcoolismo, divididos de acordo com a área de intervenção prioritária.

PREVENÇÃO

“A intervenção preventiva pretende fornecer aos indivíduos e/ou a grupos específicos informação e competências necessárias para lidarem com o risco associado ao consumo de substâncias psicoativas e outros comportamentos de risco” (SICAD, 2013).

Em Sintra, há uma instituição da rede solidária a desenvolver um projeto que se enquadra nesta área, em contexto comunitário e escolar, dirigido a pais, encarregados de educação e agentes operacionais do Concelho, tendo sido abrangidas 265 pessoas em 2012.

A Equipa de Tratamento (ET) Agualva-Cacém, da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD), do Centro de Respostas Integradas de Lisboa Ocidental / ARSLVT, I.P. – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, é uma unidade de intervenção local que tem, como competências, a prevenção dos comportamentos aditivos e dependências e a prestação de cuidados integrados e globais a doentes toxicod dependentes e doentes com síndrome de abuso ou dependência de álcool. Neste sentido, desenvolve projetos de prevenção, em parceria com outras entidades locais, os quais não são concretizados no espaço desta equipa na União de Freguesias Cacém e S. Marcos, mas na comunidade, de acordo com a população alvo e os objetivos a atingir.

Quadro 7 - Projetos continuados de intervenção desenvolvidos pela ET Agualva-Cacém (2010-2013)

	“Trilhos com Sentido”	Intervenção integrada com Saúde Escolar	Eu e os Outros	Trilhos – Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais	Intervenção preventiva em meio escolar e comunitário
Objetivos	Aumentar os fatores de proteção em relação ao risco do consumo de substâncias psicoativas (SPA) em 50 crianças e seus familiares, através da aplicação de	Apoio na elaboração e implementação de projetos continuados de prevenção no âmbito das SPA. Desenvolver linhas orientadoras de procedimentos para lidar com as situações de	Programa de treino de competências pessoais e sociais, que tem por objetivo genérico promover a reflexão em grupo sobre temas do desenvolvimento	Reduzir, no prazo de 3 anos, o número de alunos que inicia o consumo de tabaco, álcool e cannabis antes dos 15 anos de idade	Qualificação dos professores, agentes socioeducativos e comunitários, que intervêm junto de crianças e adolescentes, para uma abordagem intencionalmente preventiva no

	“Trilhos com Sentido”	Intervenção integrada com Saúde Escolar	Eu e os Outros	Trilhos – Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais	Intervenção preventiva em meio escolar e comunitário
	um programa de competências pessoais e sociais, articulada com ações lúdicas e psicossociais	suspeita de consumo, consumo e/ou tráfico de substâncias psicoativas na escola e no meio próximo	ligados à adolescência, criando uma dinâmica de grupo geradora de crescimento pessoal e social.		domínio dos consumos de SPA.
População alvo	45 Famílias, 58 crianças identificadas como população alvo do projeto e 92 familiares, dos quais 56 são pais das crianças	6 Escolas 667 Professores, técnicos da escola e assistentes operacionais 1 PSP Escola segura 6 Técnicos da saúde escolar 40 Pais/Encarregados de educação 41 Alunos	8 Escolas/ entidades 18 Técnicos 219 Jovens dos 10 e aos 18 anos 15 pais	4 escolas 27 Professores/ técnicos 5 Técnicos da saúde escolar do ACES de Sintra 32 turmas 641 aluno (7º ao 9º ano)	48 técnicos
Área geográfica	Tapada das Mercês	Concelho de Sintra	Concelho de Sintra	Concelho de Sintra	Concelho de Sintra
Tipologia de intervenção⁵	Seletiva	Indicada, seletiva e universal	Seletiva e universal	Seletiva e universal	Indicada, seletiva e universal
Contexto	Meio comunitário, escolar e na família	Meio escolar e na família	Meio comunitário, escolar e na família	Meio escolar	Meio comunitário

Fonte: Inquérito aos equipamentos de apoio à população com comportamentos aditivos – CMS, 2012.

REDUÇÃO DE RISCOS E MINIMIZAÇÃO DE DANOS

Através desta abordagem pretende-se fomentar uma mudança do comportamento dos consumidores de substâncias psicoativas, no sentido da diminuição dos riscos associados, nos casos em que não é possível impedir o consumo ou atingir a abstinência.

⁵ A **prevenção indicada** é “dirigida a indivíduos com comportamentos de risco, que exibem sinais de uso de substâncias psicoativas ou que apresentam outros comportamentos de risco ou problemáticos de dimensão subclínica”; a **prevenção seletiva** é dirigida a subgrupos ou segmentos da população geral com características específicas identificadas como de risco para o consumo de substâncias psicoativas”; e a **prevenção universal** é “dirigida à população geral sem prévia análise do grau de risco individual. Toda a população é considerada como tendo o mesmo nível de risco em relação ao abuso de substâncias e como podendo beneficiar dos programas de prevenção” (SICAD, 2013).

Em 2012, a Equipa de Tratamento de Agualva-Cacém desenvolveu, no concelho da Amadora, o **Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência (PSO-BLE)** do CRI Lisboa Ocidental, onde estiveram integrados 101 utentes de Sintra – 42 residiam na freguesia de Queluz e Belas, 15 em Algueirão-Mem Martins, e os restantes utentes distribuem-se pelas outras freguesias do Concelho em menor número, à exceção de S. João das Lampas e Terrugem, conforme se pode observar no quadro abaixo.

Com este programa procurou-se promover a redução do consumo de heroína através da sua substituição por metadona, sem exigência imediata de abstinência. Ao deslocar-se periodicamente para a toma deste produto e sendo a administração de metadona presencial, o consumidor acaba por aumentar o seu contacto com os profissionais de uma equipa socio sanitária, que podem trabalhar com ele no sentido da futura abstinência. A e feita por um técnico de saúde, na dose e periodicidade fixada por prescrição médica, sendo que o horário de funcionamento deve ser adaptado população alvo e previamente fixado.

Quadro 8 - N.º de utentes em PSO-BLE, na ET Agualva-Cacém, em 2012

Freguesia	N.º de utentes
Agualva e Mira Sintra	7
Algueirão Mem Martins	15
Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar	5
Cacém e S. Marcos	9
Casal de Cambra	3
Colares	1
Massamá e Monte Abraão	9
Queluz e Belas	42
Rio de Mouro	9
Sintra (St. ^a M. ^a e S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro Penaferrim)	1

Fonte: Inquérito aos equipamentos de apoio à população com comportamentos aditivos – CMS, 2012.

Dos 101 utentes, 28 foram transferidos para Equipas de Tratamento e 16 abandonaram o programa, sendo o principal motivo para o abandono a localização e a distância do PSO-BLE.

Salienta-se que, em 2014, sendo encerrado o Programa no concelho da Amadora, esta resposta deixou de existir para os utentes de Sintra, sendo necessário a sua criação neste Concelho.

TRATAMENTO

Em Sintra existem 4 instituições com programas de tratamento para a população toxicodependente, das quais 3 são da rede solidária, funcionando em regime de internamento, e uma do SNS, em ambulatório.

O tratamento em **ambulatório** é um dos pilares fundamentais da ação estratégica da Equipa de Tratamento Agualva-Cacém, “na diminuição dos riscos e das consequências dos consumos de substâncias psicoativas ilícitas e lícitas. Esta área tem assim como objetivo garantir a toda a população que o deseja, acesso em tempo útil a respostas terapêuticas integradas, disponibilizando uma oferta diversificada de programas de tratamento e de cuidados, contemplando uma vasta gama de abordagens psicossociais e farmacológicas, orientadas por princípios éticos e pela evidência científica, promovendo a melhoria contínua da qualidade de serviços prestados”⁶.

Com instalações em Agualva, esta equipa multidisciplinar abrange todo o concelho, com uma intervenção integrada realizada por médicos psiquiatras, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, assistentes técnicos e técnicos psicossociais.

No ano de 2012, foram abrangidos 939 utentes ativos, dos quais 527 foram novas admissões e /ou readmissões, tendo-se realizado no total 8.970 consultas. A equipa de tratamento manteve ativo os Programas de Substituição Opiácea de Alto Limiar de Exigência (PSO-ALE), quer com metadona, quer com Buprenorfina, havendo uma maior intervenção do programa com o recurso à metadona (493 utentes abrangidos).

Relativamente ao **internamento**, as três estruturas existentes dispõem de um total de 67 camas convencionadas e 6 não convencionadas.

No mesmo período foram realizadas 1.029 consultas de **alcoologia**, por uma instituição da rede solidária do Concelho.

⁶ Resposta da ET Agualva-Cacém ao *Inquérito aos equipamentos de apoio à população com comportamentos aditivos* (CMS, 2012).

REINSERÇÃO

A reinserção de indivíduos com percursos de dependência de substâncias psicoativas é uma área de intervenção que deverá ser realizada através duma abordagem sistémica e individual, que olha para as atitudes e competências de cada um, sem esquecer as características do contexto social existente.

Em Sintra, esta resposta é disponibilizada por 3 instituições: duas da rede solidária e outra pública. Na primeira, é possível abranger 39 utentes. A segunda é a Equipa de Tratamento Agualva-Cacém, que em 2012 realizou 1.252 atendimentos de serviço social. “Nesta equipa são prestados cuidados compreensivos e globais, dado a intervenção ser feita numa perspetiva integradora, onde é necessário intervir de uma forma flexível e eclética, de acordo com o paradigma bio-psico-social”⁷.

As necessidades identificadas com maior relevância são ao nível habitacional, alimentar, educacional/formação profissional, emprego e no acesso a serviços públicos e de proximidade. Durante o ano de 2012, registaram-se 9 situações de indivíduos sem-abrigo. O trabalho com as diversas instituições do concelho verifica-se fundamental para colmatar as restantes necessidades identificadas.

GRUPO DE AUTO-AJUDA

Em Sintra existem dois grupos de auto-ajuda: Alcoólicos Anónimos (AA) e Narcóticos Anónimos (NA), ambos sem fins lucrativos e com um cuidado especial em manter confidencial a identidade dos seus membros. Destinam-se, respetivamente, a pessoas alcoólicas que pretendem manter-se sóbrias e a toxicodependentes que tencionam permanecer sem consumir drogas. Assumidos como aditos em recuperação ou em fase de sobriedade, reúnem regularmente, partilhando experiências, com o objetivo de se apoiarem mutuamente na integração de um programa de abstinência completa.

Estes grupos reúnem em várias freguesias do concelho, dividindo-se em subgrupos locais (6 dos NA e 4 dos AA), apoiando uma média de 20 pessoas em cada.

⁷ Idem.

Quadro 9 - Locais de realização de reuniões do NA e AA, no concelho de Sintra

Alcoólicos Anónimos	Narcóticos Anónimos
Cacém	Belas
Monte Abraão	Cacém
Queluz	Massamá
Sintra	Mem Martins
	Queluz
	Sintra

Os NA têm ainda uma Subcomissão de Hospitais e Instituições, que reúne para preparar reuniões de recuperação e levar a mensagem a aditos que não se podem deslocar. As reuniões proporcionadas por esta subcomissão são no Estabelecimento Prisional de Sintra (4 por mês) e no centro de tratamento ATT Farol (2 por mês).

VIH / SIDA

No concelho de Sintra existe apenas uma resposta para pessoas infetadas e/ou afetadas pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH).

Contudo, há uma organização não-governamental com estatuto de IPSS, sediada na Amadora, que intervém em Sintra nesta área, com o financiamento da Direção Geral de Saúde, em parceria com a CMS, o HFF, entre outros.

Para além das respostas típicas, em 2013 houve ainda o desenvolvimento de outros projetos:

Hospital de Dia – dirigido a pessoas infetadas pelo VIH e SIDA, em acompanhamento clínico no HFF, em situação de falência terapêutica ou com terapêutica de 1.ª linha. Realizaram-se ações de educação para a saúde e foi efetuada uma vigilância do estado de saúde. Foram acompanhadas 55 munícipes;

Tuberculose – projeto enquadrado pelo Programa Nacional de Luta Contra a Tuberculose, designadamente, na necessidade de controlar e reduzir o nível endémico da tuberculose na comunidade. Foram acompanhadas 12 pessoas, bem como realizadas ações de sensibilização alargadas na linha de Sintra;

Rastreio – testes rápidos de deteção do VIH realizados em Mira Sintra, em Novembro de 2013.

Apesar dos dados abaixo apresentados se referirem apenas ao número de utentes, é possível acrescentar que todas as pessoas referenciadas e que desejam usufruir da referida resposta, são acompanhadas.

CENTRO DE ATENDIMENTO / ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL

“Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno” (MSESS, 2012).

Ao longo de 2013, foram apoiados 63 utentes, em instalações municipais em Mira Sintra.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

A definição de SAD é a mesma constante no capítulo da população em situação de dependência, na medida em que os objetivos são idênticos. Neste caso, optou-se por distinguir este apoio, dado a especificidade da população alvo. Com este serviço há lugar à prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a pessoas infetadas pelo VIH/SIDA com dependência funcional e que se encontrem em acompanhamento clínico. Está disponível até 24 horas/dia, 7 dias/semana, 365 dias/ano.

No ano de 2013, foram apoiadas 49 pessoas.

CAPÍTULO 2

2. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

INFÂNCIA E JUVENTUDE

As respostas para a infância e juventude em análise referem-se à primeira infância (crianças até aos 3 anos), à segunda infância com o ensino pré-escolar (idades dos 3 aos 6), às atividades complementares realizadas depois do horário letivo (crianças dos 6 aos 9 anos) e, de modo transversal à base da pirâmide etária, aos menores em risco.

AMA

“Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais” (MSESS, 2012). As amas acolhem crianças dos 3 meses aos 3 anos de idade, durante 5 dias por semana, de 4 a 12 horas diárias, podendo apenas ter ao seu cargo um limite de 4 crianças.

Em 2007⁸, no concelho de Sintra, existiam 10 amas, as quais só abrangem 0,2% da população residente com menos de 3 anos.

CRECHE FAMILIAR

“Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividades no âmbito das 1ª e 2ª infâncias” (MSESS, 2012).

⁸ Desde 2010 que a CMS tem solicitado ao ISS, IP a atualização desta informação, bem como do n.º de crianças acompanhadas, sem sucesso. Este constrangimento verifica-se nas várias respostas sociais cuja tutela pertence ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

O desenvolvimento das crianças é acompanhado por técnicos que coordenam e apoiam o exercício das actividades das amas, promovendo a sua formação e mediando o contacto com os pais/encarregados de educação.

A freguesia de Casal de Cambra é a única que dispõe desta resposta, com uma capacidade de 20 crianças, abrangendo apenas 0,16% das crianças menores de 3 anos do concelho de Sintra e 3,8% dos residentes na mesma faixa etária em Casal de Cambra (ano letivo 2012/2013). O acordo de cooperação cobre a totalidade da referida capacidade e a taxa de utilização é de 100%.

CRECHE

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza sócio-educativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.” (MSESS, 2012).

Quadro 10 - Equipamentos de Creche, em Sintra

Rede	N.º de equipamentos	Capacidade	Taxa de cobertura
Rede privada com fins lucrativos	51	1.741	13,99%
Rede privada sem fins lucrativos	27	1.112	8,94%
TOTAL	78	2.863	23,01%

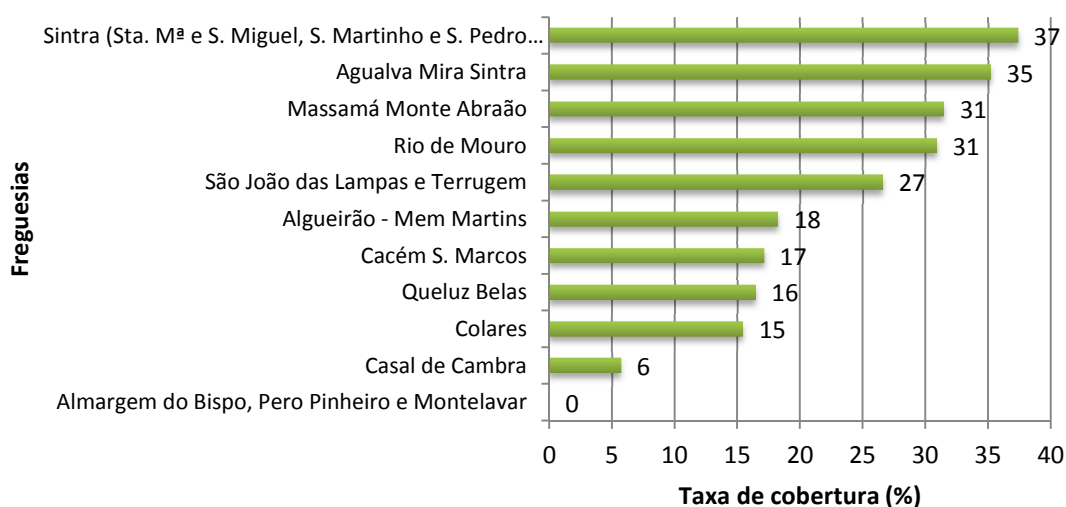
Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito aos equipamentos de apoio à infância (CMS - 2012), listagem dos Estabelecimentos de Apoio Social Privados (ISS, IP – 2013) e os Censos 2011 (INE).

No concelho de Sintra existem 78 creches (mais 33 que em 2001), das quais 65% são da rede privada com fins lucrativos.

No que se refere à rede solidária, importa referir que 946 vagas estão abrangidas por acordo de cooperação com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, o que implica uma comparticipação financeira às instituições, permitindo que estas pratiquem mensalidades adequadas ao rendimento *per capita* das famílias.

A taxa de cobertura do Sintra em creche é ainda baixa, face à meta europeia definida no Conselho Europeu de Barcelona (33%, até 2010) e à média nacional (41,49% em 2013).

Gráfico 1 - Taxa de Cobertura de Creche em Sintra, por freguesia



Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito aos equipamentos de apoio à infância (CMS - 2012), listagem dos Estabelecimentos de Apoio Social Privados (ISS, IP - 2013) e os Censos 2011 (INE).

Esta realidade difere nas várias freguesias do Concelho, como pode ser verificado no gráfico acima. Destaca-se, sobretudo, a União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, que não dispõe de creche para as 464 crianças dos 0 aos 2 anos residentes (INE - Censos 2011).

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

“Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família” (MSESS, 2012).

Estes equipamentos destinam-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a entrada na escolaridade obrigatória, tendo-se aqui considerado os 5 anos como limite, para permitir o cálculo da taxa de cobertura.

Quadro 11 - Equipamentos de Educação Pré-Escolar, em Sintra

Rede	N.º de equipamentos	Capacidade	Taxa de cobertura
Rede privada com fins lucrativos	71	3.045	23,71%
Rede privada sem fins lucrativos	32	2.515	19,58%
Rede pública	81	4.300	33,48%
TOTAL	184	9.860	76,77%

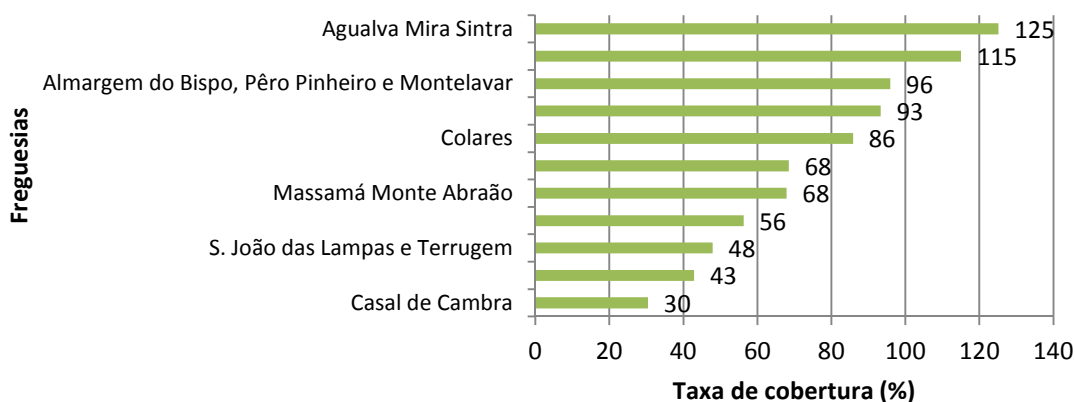
Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito aos equipamentos de apoio à infância da rede solidária (CMS – 2012 e 2007), inquérito aos equipamentos de pré-escolar da rede privada com fins lucrativos (CMS - 2013), Dados da Situação Educativa - Ano lectivo 2013/2014 (CMS - 2014) e Censos 2011 (INE).

À semelhança da resposta anterior, também aqui se observam progressos desde 2001, com um aumento de equipamentos de 141 para 184, para o qual contribuíram, sobretudo, as redes pública (mais 22) e privada com fins lucrativos (mais 23). Embora haja menos 2 equipamentos da rede solidária que em 2001, no global, estas entidades conseguiram aumentar a sua capacidade de 1.931 para 2.515.

Quanto à taxa de cobertura – 76,77% – registou-se um aumento de 38% (era 39% em 2001), ficando Sintra mais próxima da meta europeia definida no Conselho de Barcelona (90%). A rede pública, que oferece às famílias esta resposta educativa, sem exigir das mesmas um esforço financeiro, consegue abranger 33,48% das crianças em idade pré-escolar.

Ao nível de freguesia, a situação encontra-se melhor que na resposta de creche, existindo, pelo menos, um equipamento em cada freguesia. Mas as disparidades no concelho não deixam de se verificar: existem duas freguesias com uma taxa de cobertura superior a 100% (União de Freguesias Agualva e Mira Sintra e União de Freguesias de Sintra (St.ª Maria e S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro de Penaferrim)), enquanto em três não se consegue responder a metade das crianças residentes com 3 a 5 anos (Casal de Cambra, União de Freguesias Cacém e S. Marcos e União de Freguesias S. João das Lampas e Terrugem).

Gráfico 2 - Taxa de cobertura de Pré-Escolar, em Sintra, por freguesia



Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito aos equipamentos de apoio à infância da rede solidária (CMS - 2012), inquérito aos equipamentos de pré-escolar da rede privada com fins lucrativos (CMS - 2013), Dados da Situação Educativa - Ano lectivo 2013/2014 (CMS - 2014) e Censos 2011 (INE).

CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

“Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multi-atividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.” (MSESS, 2012).

Quadro 12 - Equipamentos de CATL, em Sintra

Rede	N.º de equipamentos	Capacidade	Taxa de cobertura
Rede privada com fins lucrativos	13	496	2,79%
Rede privada sem fins lucrativos	21	1.287	7,23%
TOTAL	35	1.783	10,02%

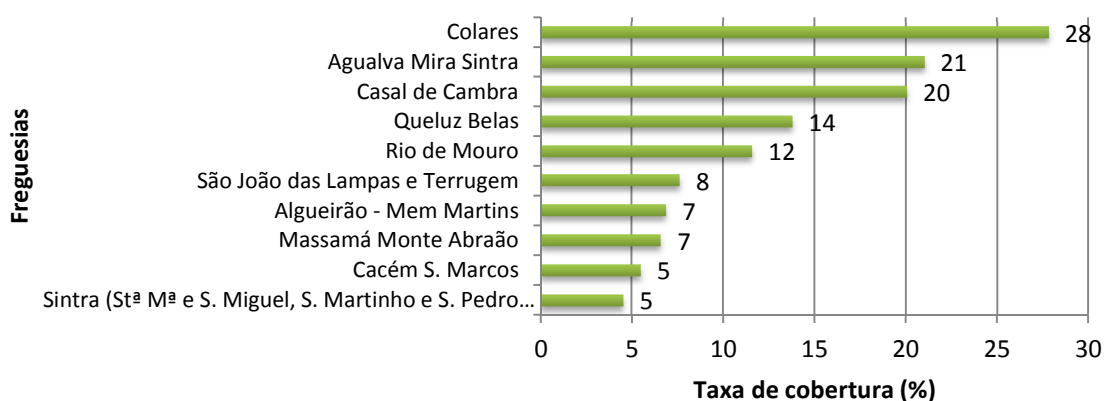
Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito aos equipamentos de apoio à infância (CMS - 2012), listagem dos Estabelecimentos de Apoio Social Privados (ISS, IP – 2013) e Censos 2011 (INE).

No Concelho de Sintra, existem 35 centros de atividades de tempos livres (CATL), dos quais 60% são geridos por instituições da rede solidária⁹, cobrindo 10,02% das crianças residentes entre os 6 e os 9 anos.

Comparativamente com 2001 regista-se uma diminuição de 49 equipamentos (eram 84 em 2001), com uma quebra maior na rede solidária (de 64 para 21). Contudo, Sintra tem uma cobertura de ATL bem superior à nacional, com apenas 3,45% em 2013.

Este grande decréscimo nos ATL deverá justificar-se com alterações ocorridas nos últimos anos, devido ao prolongamento do horário da escola pública e à criação de ofertas (também na rede pública) para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, como as Atividades de Enriquecimento Curricular e as Componentes de Apoio à Família (CAF).

Gráfico 3 - Taxa de cobertura de CATL, em Sintra, por freguesia



Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito aos equipamentos de apoio à infância (CMS - 2012), listagem dos Estabelecimentos de Apoio Social Privados (ISS, IP - 2013) e Censos 2011 (INE).

⁹ Embora esta resposta não seja desenvolvida pela rede pública, importa referir a existência do Programa Municipal "À Descoberta dos Tempos Livres" – da Componente de Apoio à Família (CAF), "o qual tem por objeto garantir o desenvolvimento de atividades diversificadas de ocupação de tempos livres, planeadas e avaliadas em função do bem-estar e do prazer das crianças, bem como responder às necessidades das famílias, garantindo um acompanhamento pedagógico de qualidade às crianças dos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo, dos estabelecimentos de ensino da rede pública do concelho de Sintra" (Regulamento Municipal do Programa "À Descoberta dos Tempos Livres" – Componente de Apoio à Família, CMS – 2011).

No que se refere às freguesias, encontram-se novamente diferentes realidades, com Colares a apresentar a maior cobertura (27,81%), a União de Freguesias de Sintra (Sta. Maria e S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro Penaferrim) a apresentar a menor (5,54%) e a União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar a descoberto no que se refere ao CATL.

Para uma melhor avaliação das necessidades deverá a análise desta resposta social no Concelho integrar as CAF de 1º ciclo do Ensino Básico que, em 2012, eram desenvolvidas em 62 salas, abrangendo 2.585 alunos (mais do que a capacidade total da rede privada – 1.783).

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção” (MSESS, 2012).

No Concelho de Sintra, hoje como em 2001, existe apenas 1 Centro de Acolhimento Temporário, gerido por uma entidade sem fins lucrativos, com capacidade para 14 crianças/jovens, cuja taxa de ocupação é de 100%.

LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção” (MSESS, 2012).’

Quadro 13 - Lares de Infância e Juventude, em Sintra

Rede	N.º de equipamentos	Capacidade	N.º de utentes
Rede privada sem fins lucrativos	4	75	70
Rede pública	4	48	47
TOTAL	8	123	117

Fonte: Inquérito aos equipamentos de apoio à infância (CMS – 2012).

Em Sintra, há 8 lares de infância e juventude, com uma capacidade total de 123 vagas – mais 5 equipamentos e 38 vagas que em 2001.

Embora a taxa de utilização seja de 95%, tal não significa que ainda há capacidade de resposta no Concelho, pois a institucionalização das crianças/jovens nestas estruturas depende das características das mesmas, tais como o sexo, a idade e a existência de irmãos.

POPULAÇÃO IDOSA

As respostas que a seguir se apresentam destinam-se a apoiar a população idosa, implicando ou não uma institucionalização.

CENTRO DE CONVÍVIO

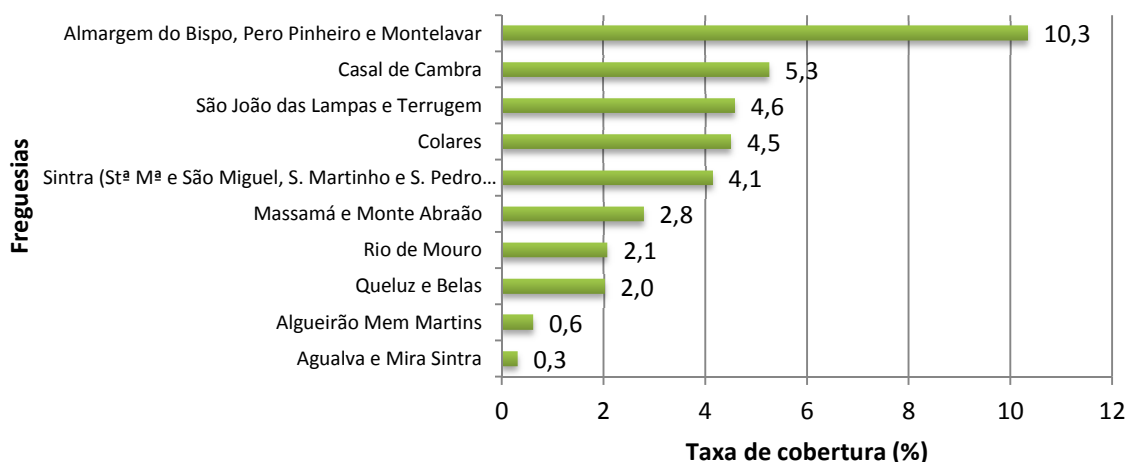
“Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade” (MSESS, 2012).

No concelho de Sintra existem 40 centros de convívio, com uma capacidade total de 1.340 vagas e uma taxa de utilização de 78,7%, representando uma cobertura de 2,59% da população residente com 65 ou mais anos.

Comparativamente com 2001, existem mais 7 centros de convívio e 375 novas vagas. Contudo, tendo em conta o envelhecimento da população, a taxa de cobertura mantém-se.

Embora não haja dados para efetuar uma comparação com a média nacional, refira-se que a taxa de cobertura do Concelho está ligeiramente acima da taxa ideal definida pela OCDE em 1996 (2%).

Gráfico 4 - Taxa de cobertura em Centro de Convívio, por freguesia



Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito aos equipamentos de apoio à população idosa (CMS – 2012) e Censos 2011 (INE).

Mais uma vez, a distribuição das respostas pelo território não é uniforme: a cidade Agualva-Cacém tem uma fraca cobertura em centro de convívio, com a União de Freguesias Cacém e S. Marcos a não dispor de qualquer equipamento desta tipologia, Algueirão Mem Martins não chega a abranger 1% das pessoas idosas residentes da freguesia e, por outro lado, a União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar apresenta uma cobertura de 10%.

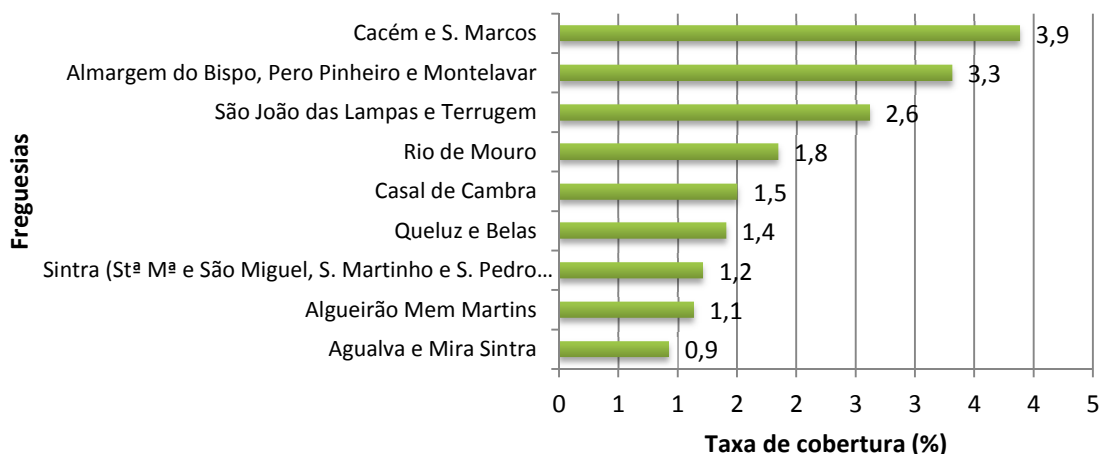
CENTRO DE DIA

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar “ (MSESS, 2012). Neste tipo de equipamentos encontra-se, sobretudo, pessoas idosas com algum grau de dependência.

Em Sintra, existem 23 centros de dia, geridos por instituições da rede solidária, com uma capacidade total de 772 vagas, correspondendo a 1,5% da população idosa residente – menos 0,6% que em 2001 (embora existam mais 3 centros de dia, a respetiva capacidade é menor, pois em 2001 era de 783), metade da cobertura de Portugal Continental em 2013 (3,32%) e longe dos 4,5% ideais referidos pela OCDE em 1996.

A taxa de utilização destes equipamentos é de 86% e 76% do total das vagas está abrangido por acordo de cooperação com o Ministério de Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Gráfico 5 - Taxa de cobertura em Centro de Dia, por freguesia



Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito aos equipamentos de apoio à população idosa (CMS – 2012) e Censos 2011 (INE).

A Freguesia de Colares e a União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, com 1.554 e 5.751 residentes com 65 e mais anos, respetivamente, não dispõem desta resposta e apenas quatro freguesias encontram-se acima da cobertura média do Concelho.

LAR DE IDOSOS

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia” (MSESS, 2012).

Quadro 14 - Equipamentos de Lar de Idosos, no Concelho de Sintra

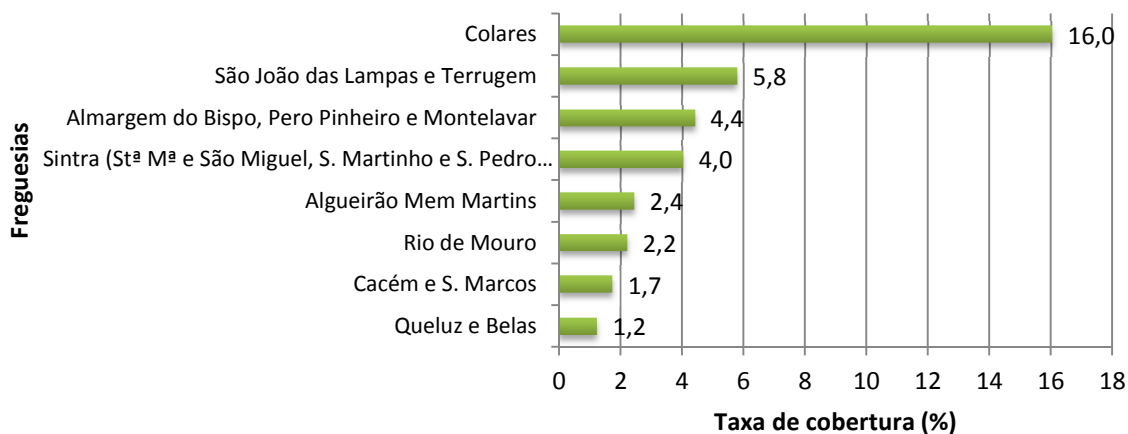
Rede	N.º de equipamentos	Capacidade	Taxa de cobertura
Rede privada com fins lucrativos	18	530	1,03%
Rede privada sem fins lucrativos	15	719	1,39%
TOTAL	33	1.249	2,42%

Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito aos equipamentos de apoio à população idosa (CMS - 2012), listagem dos Estabelecimentos de Apoio Social Privados (ISS, IP – 2013) e os Censos 2011 (INE).

O número de lares para idosos duplicou desde 2001 (de 16 para 33), com expressão idêntica nos dois tipos de entidades gestoras, tendo o aumento da rede privada sem fins lucrativos beneficiado de apoio ao nível do financiamento público, quer através de programas nacionais, quer do Município de Sintra.

A taxa de cobertura é de 2,42%, mais 0,8% que em 2001, aumento este que, embora aparentemente pequeno, identifica que a capacidade de responder às necessidades desta resposta foi maior que o envelhecimento da população. Ainda assim, a taxa de cobertura nacional é quase o dobro (4,47%) e seria hoje necessário dispor de mais 816 vagas para chegar à taxa ideal da OCDE em 1996 (4%).

Gráfico 6 - Taxa de cobertura em Lar de Idosos, por freguesia



Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito aos equipamentos de apoio à população idosa (CMS - 2012), listagem dos Estabelecimentos de Apoio Social Privados (ISS, IP – 2013) e os Censos 2011 (INE).

Embora esta resposta seja classificada como de âmbito concelhio, julga-se pertinente efetuar uma análise por freguesia, tendo em conta a dimensão do concelho. Assim, identificam-se 3 freguesias sem lar para idosos – Agualva e Mira Sintra, Casal de Cambra, Massamá e Monte Abraão – que, no total, têm 13.587 residentes com mais de 64 anos. Abaixo da cobertura média do Concelho estão as Uniões de Freguesia de Queluz e Belas e Cacém e S. Marcos e as Freguesias de Rio de Mouro e Algueirão Mem Martins.

UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE / ACADEMIAS SÉNIOR

Com uma procura crescente, encontram-se as Universidades da Terceira Idade / Academias Sénior, que respondem a uma população diferenciada face aos utentes “típicos” dos centros de convívio e desenvolvem atividades que promovem o envelhecimento ativo, numa lógica de aprendizagem ao longo da

vida. As disciplinas são teóricas e práticas, em diversas áreas (alfabetização, línguas, história, literatura, sociologia, filosofia, informática, artes, psicologia, música, fotografia, saúde e nutrição, espiritualidade, religião, entre outras). Há ainda atividades físicas e culturais/turísticas.

Inexistentes em 2001, são já 7 os equipamentos no Concelho com esta resposta, abrangendo um total de 1.160 alunos no ano letivo de 2013/2014. Encontram-se nas Freguesias de Algueirão Mem Martins e Rio de Mouro Sintra e na Cidade Agualva-Cacém.

OUTROS EQUIPAMENTOS DE APOIO À POPULAÇÃO IDOSA

Para além de outros serviços específicos desenvolvidos pelas juntas de freguesia e Município de Sintra, importa ainda referir a existência de uma instituição que, com 2 delegações no Concelho, apoia 250 pessoas idosas em situação de isolamento, com a colaboração exclusiva de voluntários, acompanhando-as no domicílio (conversando, ouvindo, escrevendo, lendo, etc) e exterior (deslocação aos correios, igreja, farmácia, passeios, convívios, hospitais, entre outros).

DEPENDÊNCIA

Os equipamentos que aqui se enquadram destinam-se a pessoas com deficiência ou incapacidade, que se encontrem em situação de dependência, quer esta seja temporária ou permanente. No geral, visam a melhoria da qualidade de vida e a promoção da autonomia dos utentes, concorrendo para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, enquanto contribuem para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar. Apesar da transversalidade, os utilizadores mais comuns são as pessoas idosas e as com deficiência.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

“Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária” (MSESS, 2012).

Devem prestar, no mínimo, quatro dos seguintes serviços:

- Cuidados de higiene e conforto pessoal

- Higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados
- Fornecimento e apoio nas refeições, respeitando as dietas com prescrição médica
- Tratamento da roupa do uso pessoal do utente
- Atividades de animação e socialização, designadamente, animação, lazer, cultura, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade
- Serviço de teleassistência.

Quadro 15 - Equipamentos com Serviço de Apoio Domiciliário, em Sintra

Rede	N.º de equipamentos	Capacidade	Taxa de cobertura ¹⁰
Rede privada com fins lucrativos	6	370	0,72%
Rede privada sem fins lucrativos	28	1.051 ¹¹	2,03%
TOTAL	34	1.421	2,75%

Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito aos equipamentos de apoio à população idosa (CMS - 2012), listagem dos Estabelecimentos de Apoio Social Privados (ISS, IP – 2013) e os Censos 2011 (INE).

Em Sintra, existem 36 equipamentos que disponibilizam o Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 1.421 utentes e com uma taxa de cobertura de 2,75% – maior que em 2001 (era 1,4%), mas menor que a nacional em 2013 (5,24%).

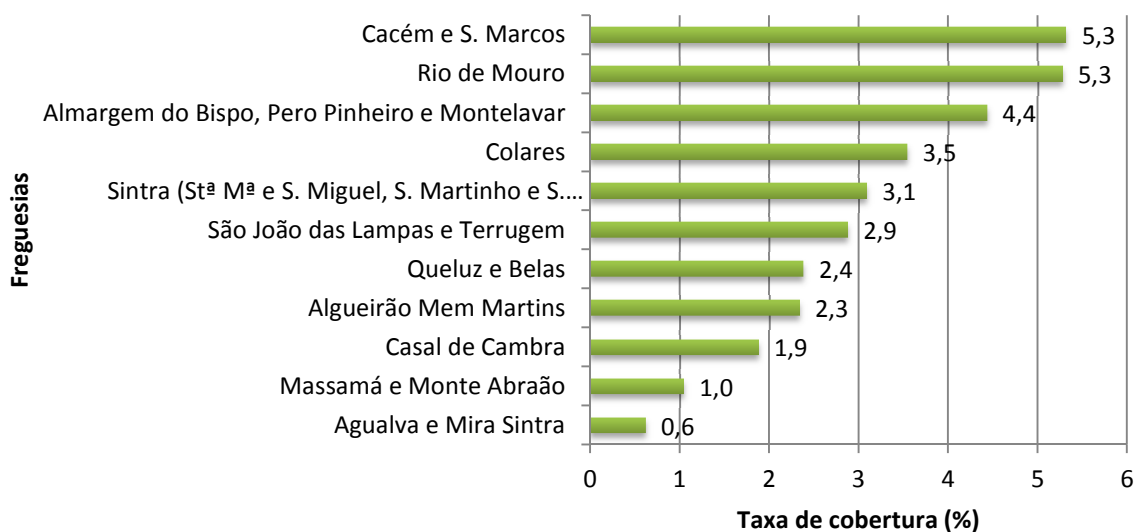
Dos 28 equipamentos da rede solidária, 17 prestam o serviço em causa apenas nos dias úteis, 5 fazem-no 7 dias por semana e 5 acumulam a resposta de 5 dias com a de 7 dias/semana.

Apesar desta resposta existir em todas as freguesias do concelho, a cobertura difere, conforme pode ser observado no gráfico abaixo – abaixo da cobertura concelhia encontram-se as freguesias de Agualva e Mira Sintra, Massamá e Monte Abraão, Casal de Cambra, Algueirão Mem Martins e Queluz e Belas.

¹⁰ Tendo em conta que a maioria dos utilizadores deste serviço são idosos, a taxa de cobertura foi calculada com base nesta faixa da população residente.

¹¹ Está aqui apenas considerada a capacidade de 29 equipamentos da rede solidária, pois não foi possível obter a resposta de uma instituição sita na União de Freguesias Queluz e Belas.

Gráfico 7 - Taxa de cobertura em Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia



Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito aos equipamentos de apoio à população idosa (CMS - 2012), listagem dos Estabelecimentos de Apoio Social Privados (ISS, IP – 2013) e os Censos 2011 (INE).

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO

“Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana” (MSESS, 2012).

No Concelho há 3 instituições que prestam este serviço (duas em Queluz-Belas e uma em Algueirão Mem Martins), com capacidade para 55 utentes (34 dos quais abrangidos por acordo de cooperação) e uma taxa de utilização de 83,6%.

POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA

Em Sintra existem 9 instituições que apoiam pessoas com deficiência, as quais gerem diversos equipamentos e diferem na população alvo, conforme o tipo de deficiência que têm.

Para além das respostas típicas que serão analisadas de seguida, há instituições que desenvolvem outros serviços, como atividades para pessoas com deficiência visual (em espaços da comunidade, pois ainda não dispõem de espaço próprio) ou auditiva.

INTERVENÇÃO PRECOCE

“Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social” (MSESS, 2012). Destina-se a “crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias” (art. 2º do Decreto-Lei n.º 281/2009).

No concelho de Sintra existem duas instituições privadas sem fins lucrativos com este serviço, integradas em 2 equipas locais de intervenção (ELI Sintra Ocidental e ELI Sintra Oriental), equipas pluridisciplinares com base em parcerias institucionais a quem compete:

- “Identificar as crianças e famílias imediatamente elegíveis para o Serviço Nacional de Intervenção Precoce na Infância;
- Assegurar a vigilância às crianças e famílias que, embora não imediatamente elegíveis, requeiram avaliação periódica, devido à natureza dos seus fatores de risco e probabilidade de evolução;
- Encaminhar crianças e famílias não elegíveis, mas carenciadas de apoio social;
- Elaborar e executar o Plano Individual de Intervenção Precoce em função do diagnóstico da situação;
- Identificar necessidades e recursos das comunidades da sua área de intervenção, dinamizando redes formais e informais de apoio social;
- Articular, sempre que se justifique, com as comissões de proteção de crianças e jovens, com os núcleos da saúde de crianças e jovens em risco ou outras entidades com atividade na área da proteção infantil;
- Assegurar, para cada criança, processos de transição adequados para outros programas, serviços ou contextos educativos;
- Articular com os docentes das creches e jardins-de-infância em que se encontrem colocadas as crianças integradas em Intervenção Precoce na Infância” (art. 7º do Decreto-Lei n.º 281/2009).

Com uma capacidade para 180 crianças (todas abrangidas por acordo de cooperação com o MSESS), em Dezembro de 2013 eram acompanhadas 128 crianças.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Esta resposta destina-se a alunos com necessidades educativas especiais (com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem), a frequentar os estabelecimentos de ensino públicos, dos níveis básico e secundário.

Em Sintra existem 2 instituições da rede solidária acreditadas pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC) enquanto **Centros de Recursos para a Inclusão**, que têm como objetivo “apoiar a inclusão das crianças e jovens com deficiências e incapacidade, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada indivíduo, em parceria com as estruturas da comunidade” (MEC, 2007). No total, apoiavam 1.338 crianças e jovens, em dezembro de 2013.

Na rede privada com fins lucrativos há ainda uma escola de educação especial, que funciona com o apoio do MEC e tinha 58 utentes no referido período, correspondendo a 100% da capacidade instalada.

CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave” (MSESS, 2012).

Desenvolvido por 4 instituições da rede solidária, os centros de atividades ocupacionais (CAO) existentes no Concelho dispõem de uma capacidade total de 447 vagas (embora o acordo de cooperação com o MSESS seja apenas para 430) e, em 2013, apresentavam uma taxa de utilização de 92%.

LAR RESIDENCIAL

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar” (MSESS, 2012).

As 4 instituições acima referidas oferecem também esta resposta que, no total, pode abranger 171 pessoas. A taxa de utilização em dezembro de 2013 era de 97%, mas as restantes vagas existentes não estão abrangidas por acordo de cooperação, pelo que dificilmente conseguem ser ocupadas, dado o seu custo extremamente elevado para as famílias.

QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE

A qualificação profissional de indivíduos e o desenvolvimento de competências profissionais pelas pessoas com deficiência aumentam o seu potencial de empregabilidade.

Em Sintra, há uma instituição particular sem fins lucrativos que realiza formação para este público tendo, em dezembro de 2013, apoiado 148 pessoas, lotando a sua capacidade de resposta.

CENTRO DE EMPREGO PROTEGIDO

O Centro de Emprego Protegido consiste no “exercício de atividade profissional por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida nas áreas de produção ou prestação de serviços da estrutura produtiva do centro de emprego protegido, com possibilidade de realização de estágio inicial com uma duração não superior a 9 meses” (IEFP, IP, 2014). Destina-se a pessoas com deficiência e incapacidade, inscritas nos centros de emprego ou centros de emprego e formação profissional, que apresente 30% a 75 % da capacidade normal de trabalho de um outro trabalhador nas mesmas funções profissionais.

Em dezembro de 2013, 90 pessoas estavam abrangidas por esta resposta (valor que corresponde à capacidade total), desenvolvida por uma instituição da rede solidária.

IMIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS

No concelho de Sintra existem 15 instituições que têm entre a sua população-alvo os cidadãos imigrantes residentes. Destas, 6 são associações de imigrantes.

Face à elevada taxa de não resposta (apenas 33% forneceu dados), não é possível fornecer mais informação sobre os apoios prestados.

Contudo, em 2008, cerca de 15.000 indivíduos eram apoiados por estas instituições, com maior expressão de guineenses (25%), cabo-verdianos (21%), angolanos (20%) e brasileiros (12%). De destacar ainda que 11% das pessoas abrangidas por estas entidades tinham nacionalidade portuguesa.

A oferta de atividades é diversa: encaminhamento para Emprego e/ou Formação Profissional, atendimento e apoio a situações de carência socioeconómica, distribuição de géneros (alimentos, roupas, mobiliário), atendimento e/ou acompanhamento de processos no âmbito da regularização da situação jurídica (imigração, nacionalidade, reagrupamento familiar, etc.), ações de promoção e divulgação das culturas de origem, ateliês (dança, música, artes plásticas, teatro, etc.), ações de esclarecimento sobre direitos e deveres, ações de Educação / Formação (alfabetização, Inglês, Informática, Português para estrangeiros, RVCC, entre outras), atividades desportivas e apoio escolar e financeiro.

CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES (CLAII)

Em Sintra existem 3 CLAII, dois geridos por uma organização não governamental (um na União de Freguesias Queluz e Belas e outro itinerante, na mesma freguesia, bem como na cidade Agualva-Cacém e freguesias de Casal de Cambra e Massamá Monte Abraão) e outro pela Câmara Municipal de Sintra (na União de Freguesias de Sintra (Sta. M^a e S. Miguel, S. Martinho, S. Pedro Penaferrim, descentralizado 1 vez por semana em Algueirão Mem Martins)).

Estes serviços de informação descentralizada, ligados ao Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI), são definidos pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) como espaços de acolhimento, informação e apoio descentralizado, que visam ajudar a responder às questões/problemas que se colocam aos imigrantes, nas várias áreas: regularização da situação migratória, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, trabalho, segurança social, retorno voluntário, saúde, educação, formação profissional, empreendedorismo, apoio ao associativismo, entre outras.

Em 2013, os CLAII efetuaram 4.153 atendimentos, dos quais 48% foram referentes à legalização de imigrantes.

Em 2014 está em desenvolvimento a abertura de 2 CLAII, geridos por uma associação de imigrantes, nas freguesias de Algueirão Mem Martins e Rio de Mouro.

PROGRAMA ESCOLHAS

O Programa Escolhas foi criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI, IP, cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

Atualmente 5^a geração, que decorrerá até 31 de dezembro de 2015, o Programa Escolhas tem celebrado protocolo com os consórcios de 110 projetos locais, dos quais 7 desenvolvem-se no concelho de Sintra, em Algueirão Mem Martins, Agualva-Cacém, Rio de Mouro e Queluz-Belas. As entidades promotoras são públicas (3) e privadas sem fins lucrativos (3), sendo as entidades gestoras todas da rede solidária. Todos os projetos contam com um consócio alargado de parceiros, estando o Município de Sintra presente em todos eles (6 como parceiro e 1 como entidade promotora).

No ano de 2013, participaram nos projetos Escolhas do Concelho 1.669 crianças e jovens e 520 familiares (e outros), num total de 2.189 pessoas. Entre os principais resultados destaca-se a taxa de sucesso escolar

global dos projetos entre 68% e 91,7%, 50 reintegrações na escola, 119 (re)integrações em formação profissional, 27 integrações em emprego, 268 encaminhamentos para formação e emprego, 442 certificações em TIC e 503 participações em atividades de associativismo e empreendedorismo.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Ao nível das respostas sociais para a família e comunidade em geral que existem em Sintra, apenas serão aqui considerados o *centro de alojamento temporário* e a *ajuda alimentar*. Existem ainda instituições da rede solidária, autarquias e segurança social que apoiam através de atendimento/acompanhamento social, embora não se disponha, no momento, de informação sobre a capacidade/número de casos acompanhados.

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO

No âmbito de protocolo de cooperação com 2 entidades particulares sem fins lucrativos e o Município de Sintra, existe um **Centro de Emergência Social** com 56 camas, das quais 43 são geridas pelo ISS, IP e 13 pela CMS. Esta é uma resposta transitória (máximo de 6 meses) destinada ao acolhimento de pessoas em situação de despejo/sem abrigo, com as quais irá ser trabalhado um projeto de vida com vista à sua autonomização económica e integração socioprofissional.

Esta resposta, recente no concelho, acolheu 24 pessoas em 2013.

Aliada ao Centro de Emergência Social está uma **Equipa de Intervenção de Rua**, que apoiou, em 2013, 47 pessoas em situação de sem-abrigo.

AJUDA ALIMENTAR

No concelho de Sintra existem diversas entidades (públicas e privadas sem fins lucrativos) que prestam este tipo de apoio, quer através de cantina social, adesão ao Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados (FEAC), distribuição de produtos do Banco Alimentar Contra a Fome e/ou de projetos próprios.

No âmbito do Programa de Emergência Social e do Protocolo de Cooperação 2011-2012, assinado com as entidades representativas do setor social, foi criado o Programa de Emergência Alimentar, que se insere na Rede Solidária de Cantinas Sociais. A **cantina social** é uma “*resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos*” (MSESS, 2012).

Em Sintra existem 15 cantinas sociais, que abrangem todo o concelho, com capacidade de fornecimento de 1.210 refeições diárias. A cidade Agualva-Cacém é a área geográfica que, no momento, se encontra mais a descoberto.

A Câmara Municipal de Sintra desenvolve **Programa de Apoio Alimentar**, em colaboração com outras entidades, que visa a distribuição de refeições a pessoas em situação de carência sócio-económica, onde a primeira recebe e avalia as candidaturas e depois reencaminha para as segundas, que doam as refeições, no âmbito da responsabilidade social das organizações. São disponibilizadas cerca de 1.000 refeições mensais.

O **Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados** foi criado pela Comissão Europeia com o objetivo de promover e reforçar a coesão social, substituindo o anterior programa de **distribuição de alimentos** (PCAAC - Programa de Ajuda Alimentar a Carenciados) que terminou em dezembro de 2013. Em 2013, 63 instituições foram beneficiárias/mediadoras deste Programa desenvolvido em todo Concelho, tendo recebido um total de 206.019 toneladas dos 21 produtos alimentares. A CMS participou no mesmo disponibilizando 2 pólos de armazenamento e distribuição dos produtos entregues através do ISS, IP.

Em 2014, 45 instituições da rede solidária, distribuídas por todas as freguesias do Concelho, têm acordo com o **Banco Alimentar Contra a Fome**, na vertente beneficiária (confeção de refeições para os seus utentes), mediadora (entrega de géneros alimentares) ou mista, tal como no FEAC.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O artigo 152º do Decreto-Lei n.º 59/2007 de 4 de Setembro define violência doméstica como o acto praticado por alguém que, “de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: a) ao cônjuge ou ex-cônjuge; b) a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; c) a progenitora de descendente comum em 1.º grau; ou d) a pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite”.

Este é um fenómeno com crescente visibilidade, mas ainda caracterizado por um silêncio por parte das vítimas, dificultando a avaliação quantitativa, na medida em que não é possível afirmar que o aumento do número de denúncias corresponde ao acréscimo desta forma de violação dos direitos humanos.

CENTRO DE ATENDIMENTO

“Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnica e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a proteção destas” (MSESS, 2012).

Em Sintra existem 2 unidades de atendimento a vítimas de violência doméstica – uma da CMS e outra do ISS, IP, ambas na União de Freguesias de Sintra (St.^a Maria e S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro Penaferrim). Em 2013, realizaram 61 e 143 atendimentos, respetivamente.

CASA ABRIGO

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais” (MSESS, 2012).

No concelho de Sintra existem 2 Casas de Abrigo, geridas por instituições da rede solidária, com uma capacidade total para 42 utentes (15 mulheres e 27 crianças). Uma das respostas está integrada numa Comunidade de Inserção, que aceita também mulheres em situação de pobreza ou exclusão social, e tem como objetivo a reinserção socioprofissional e familiar das utentes.

CAPÍTULO 3

3. EQUIPAMENTOS DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO

3.1 APRESENTAÇÃO DA REDE ESCOLAR DO CONCELHO DE SINTRA

Atualmente, a rede escolar pública do Concelho de Sintra é composta por:

- 15 Jardins de Infância;
- 19 Escolas Básicas do 1.º ciclo;
- 64 Escolas Básicas do 1.º ciclo com Jardim de Infância;
- 1 Escola Básica Integrada;
- 3 Escolas Básicas Integradas com Jardim de Infância;
- 16 Escolas Básicas do 2.º e 3.º ciclo;
- 2 Escolas Secundárias;
- 2 Escolas Secundárias com 2.º e 3.º ciclo;
- 5 Escolas Secundárias com 3.º ciclo.

O Quadro 16 reporta à distribuição dos equipamentos educativos do concelho de Sintra pelas diferentes Freguesias, de acordo com a sua tipologia e número de alunos inscritos em 2013/2014.

Quadro 16 - Distribuição dos equipamentos escolares e alunos por freguesia (2013/2014)

Freguesias	N.º de escolas	Tipologia	N.º de alunos	
Algueirão-Mem Martins	1	Jl	EPE	95
	2	EB1	1CEB	465
	6	EB1/Jl	EPE	370
			1CEB	1608
	3	EB2,3	2CEB	1210
			3CEB	1812
	1	EBI/Jl	EPE	100
			1CEB	154
			2CEB	319
			3CEB	429
Casal de Cambra	1	Jl	EPE	41
	1	EB1	1CEB	268
	1	EB1/Jl	EPE	85

Freguesias	N.º de escolas	Tipologia	N.º de alunos	
	1	EB2,3	1CEB	281
			2CEB	267
			3CEB	356
Colares	1	JI	EPE	47
	1	EB1/JI	EPE	20
			1CEB	77
	1	EBI/JI	EPE	50
			1CEB	159
			2CEB	198
			3CEB	311
Rio de Mouro	1	JI	EPE	50
	2	EB1	1CEB	167
	11	EB1/JI	EPE	556
			1CEB	1942
	3	EB2,3	2CEB	767
			3CEB	1047
	1	ES	SEC	1334
	1	ES3	3CEB	255
			SEC	1275
UF Agualva e Mira Sintra	1	JI	EPE	96
	1	EB1	1CEB	107
	8	EB1/JI	EPE	449
			1CEB	1595
	2	EB2,3	2CEB	1105
			3CEB	919
	2	ES3	3CEB	1060
			SEC	1641
UF Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar	5	JI	EPE	118
	2	EB1	1CEB	121
	8	EB1/JI	EPE	239
			1CEB	528
	1	EB2,3	2CEB	312
			3CEB	409
UF Cacém e São Marcos	2	EB1	1CEB	527
	4	EB1/JI	EPE	259
			1CEB	626
	1	EBI	1CEB	77
			2CEB	447
			3CEB	375

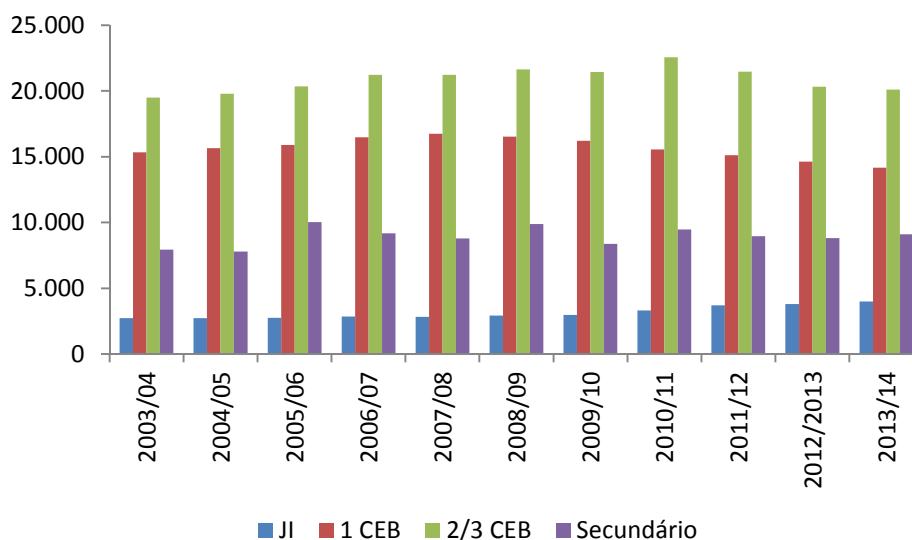
Freguesias	N.º de escolas	Tipologia	N.º de alunos	
	2	ES2,3	2CEB	372
			3CEB	446
			SEC	631
UF Massamá e Monte Abraão	1	EB1	1CEB	378
	3	EB1/JI	EPE	264
			1CEB	1146
	3	EB2,3	2CEB	1536
			3CEB	1073
	2	ES3	3CEB	1315
			SEC	1801
UF Queluz e Belas	1	Jl	EPE	50
	3	EB1	1CEB	282
	7	EB1/Jl	EPE	441
			1CEB	1796
	1	EB2,3	2CEB	466
			3CEB	260
	1	ES2,3	2CEB	126
			3CEB	556
			SEC	741
UF São João das Lampas e Terrugem	2	Jl	EPE	50
	3	EB1	1CEB	97
	6	EB1/Jl	EPE	171
			1CEB	500
	1	EB2,3	2CEB	325
			3CEB	447
UF Sintra	2	Jl	EPE	86
	2	EB1	1CEB	259
	9	EB1/Jl	EPE	307
			1CEB	847
	1	EB2,3	2CEB	259
			3CEB	482
	1	EBI/Jl	EPE	42
			1CEB	142
			2CEB	358
			3CEB	489
	1	ES	SEC	1687

Fonte: CMS - DED/DPLE

No Quadro 16, referente à atual distribuição dos equipamentos escolares e alunos por freguesia, pode observar-se uma maior concentração de equipamentos escolares (19) e de alunos (7393) na Freguesia de Rio de Mouro, seguindo-se a UF de Almargem do Bispo e Pêro Pinheiro, no que diz respeito ao número de equipamentos (16), e UF de Massamá e Monte Abraão relativamente ao número de alunos (7513). Ao contrário da situação observada até então, a maior concentração de equipamentos escolares já não se situa, exclusivamente, nas freguesias urbanas, tendo como explicação o reordenamento territorial ocorrido em 2013, que levou à fusão de várias freguesias, com especial enfoque na zona rural.

3.2 HISTÓRICO DA POPULAÇÃO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE SINTRA NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Gráfico 8 - Evolução da população escolar da rede pública do Concelho de Sintra entre 2003/04 e 2013/14



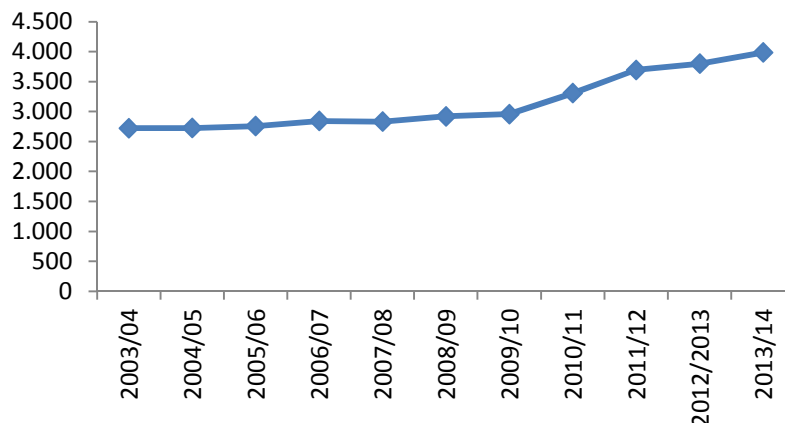
Fonte: CMS - DED/DPLE

A leitura do Gráfico 8, que ilustra a evolução da população escolar da rede pública do Concelho de Sintra desde o ano letivo 2003/04 até ao ano letivo corrente, permite constatar vários aspetos relativamente aos diferentes ciclos de ensino, nomeadamente:

Educação Pré-Escolar

Desde 2003/04 que a frequência de Educação Pré-Escolar tem tido um crescimento exponencial (cerca de 46%), tendo sido aumentada a resposta aos alunos não só de 5 anos, como também de 4 e de 3, sendo a média de idade de frequência 4,59 anos.

Gráfico 9- Evolução da população escolar de jardim-de-infância da rede pública do Concelho de Sintra entre 2003/04 e 2013/14



Fonte: CMS - DED/DPLE

Este crescimento tornou-se possível não só pela ampliação da capacidade da rede pública pela construção de novos equipamentos, como pela reconversão de equipamentos anteriormente destinados única e exclusivamente ao 1.º ciclo do Ensino Básico. Assim, conclui-se que, no que diz respeito ao Ensino Pré-Escolar, houve um aumento significativo de capacidade de resposta nos últimos anos, com tendência para a estabilização do alargamento da rede pública. Deste modo, existe nesta fase capacidade total de resposta para as crianças com 5 anos.

1.º Ciclo do Ensino Básico

Dos 83 estabelecimentos de ensino EB1 e EB1/JI existentes no concelho, 15 ainda se encontram em situação de sobre ocupação (superior a 100%), consubstanciada no facto de persistir o funcionamento em regime duplo. Estas situações ocorrem nas Uniões de Freguesias de Agualva e Mira Sintra, Cacém e S. Marcos, Massamá e Monte Abraão, Queluz e Belas, Rio de Mouro e Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, conforme plasmado na Quadro 17.

Quadro 17- Escolas em regime duplo de funcionamento (ano letivo 2013/2014)

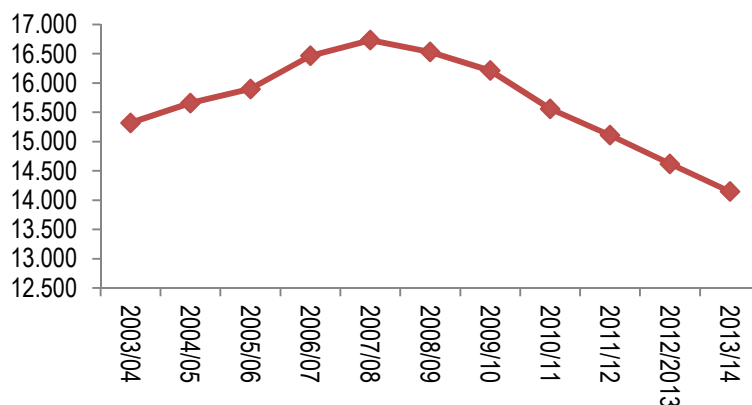
Freguesia	Escola	Agrupamento de Escolas
UF Aqualva e Mira Sintra	EB Dr. António Torrado	Aqualva e Mira Sintra
	EB Meleças	
Algueirão	EB Mem Martins 2	Mem Martins
UF Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar	EB D. Maria	Lapiás
UF Cacém e S. Marcos	EB Ribeiro de Carvalho	D. Maria II
UF Massamá e Monte Abraão	EB Massamá	Miguel Torga
	EB Massamá 2	Massamá
UF Queluz e Belas	EB Casal da Barôta	
	EB Xutaria	
	EB Pendão	Queluz e Belas
Rio de Mouro	EB Abrunheira	Alfredo da Silva
	EB Fitares	Escultor Francisco dos Santos
	EB Serra das Minas 1	Mem Martins
	EB Rio de Mouro 1	Rio de Mouro
	EB Rio de Mouro 2	

Fonte: CMS - DED/DPLE

Por outro lado, em claro contraste com as situações deficitárias que ocorrem nas áreas de forte pressão urbanística, a capacidade de algumas escolas do concelho não está totalmente esgotada, destacando-se neste caso a União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar.

No entanto, é de notar uma redução muito significativa das turmas em regime duplo, que passaram de 70% do total das turmas para apenas 20% em seis anos. Este facto consubstancia-se no decréscimo da população a frequentar o 1.º ciclo do Ensino Básico, que registou um decréscimo de cerca de 8% desde o ano letivo 2003/2004, conforme espelhado no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Evolução da população escolar de 1.º ciclo da rede pública do Concelho de Sintra entre 2003/04 e 2013/14

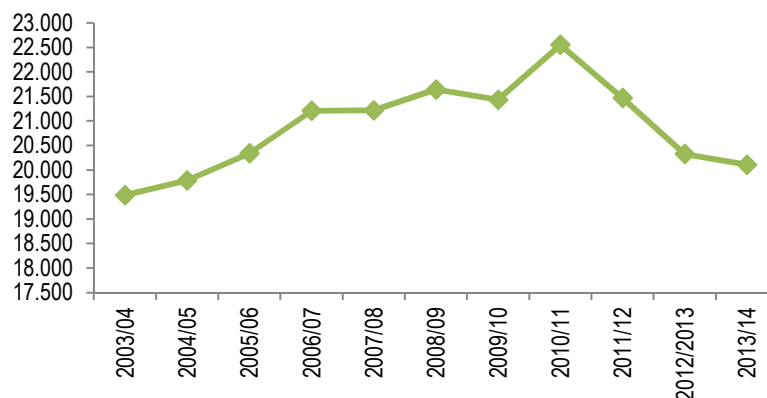


Fonte: CMS - DED/DPLE

O decréscimo do número de alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico tem vindo a verificar-se desde o ano letivo 2007/08, tendo sido o ano com a maior queda o ano letivo 2009/10, onde a rede pública perdeu cerca de 650 alunos deste ciclo de ensino. Do ano letivo passado para o ano letivo corrente registou-se uma perda de cerca de 470 alunos (cerca de 3%), estando a rede pública, no que diz respeito ao 1.º ciclo, com o número de alunos semelhante ao registado no ano letivo 1998/99.

- 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

Gráfico 11 - Evolução da população escolar de 2.º e 3.º ciclos da rede pública do Concelho de Sintra entre 2003/04 e 2013/14



Fonte: CMS - DED/DPLE

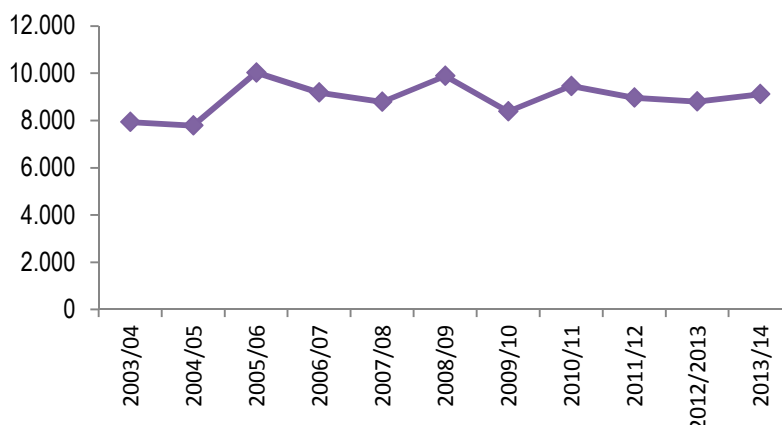
Relativamente à frequência dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, de acordo com os dados constantes no Gráfico 11, nota-se uma oscilação relativa nos últimos 10 anos de monitorização. No geral, conclui-se que o número de alunos tem vindo a decrescer desde o ano letivo 2010/11.

Tanto no 2.º como no 3.º ciclo do Ensino Básico, verifica-se uma acentuação da tendência de redução do número de alunos registada no ano letivo 2012/2013, com perda no presente ano letivo (cerca de 1,5%), sendo esta perda superior no 2.º ciclo.

Esta apreciação global não dispensa uma análise mais detalhada, por freguesia, uma vez que existem freguesias cujo fluxo estudantil é também determinado por um conjunto de fatores adicionais, nomeadamente a pressão urbanística das freguesias no corredor ferroviário Queluz-Sintra.

Ensino Secundário

Gráfico 12 - Evolução da população escolar de Ensino Secundário da rede pública do Concelho de Sintra entre 2003/04 e 2013/14



Fonte: CMS - DED/DPLE

A evolução da população do ensino secundário é a que apresenta valores mais díspares, uma vez que se registam oscilações constantes ao longo dos últimos 10 anos, destacando-se o seu maior aumento no ano letivo 2005/06, e o seu decréscimo mais acentuado no ano letivo 2009/10. Desde 2011/12 que os valores se têm mantido relativamente estáveis, tendo-se registado um ligeiro aumento no ano letivo corrente (3,5%), muito provavelmente justificado pela extensão da escolaridade obrigatória por um período de 12 anos, ainda que o crescimento verificado não seja tão expressivo quanto o esperado. Tal facto dever-se-á, essencialmente, à não contabilização dos alunos que seguem para a via profissional em escolas que não

integram a rede pública, bem como à mobilidade dos alunos mais velhos que muitas vezes passam a frequentar escolas fora do Concelho.

Quadro 18 - Variação do nº de alunos nos últimos 10 anos

JI	1º Ciclo	2.º/3.º Ciclos	Secundário
46,4%	-7,6%	3,2%	14,8%

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 19 - Variação do nº de alunos no último ano

JI	1º Ciclo	2.º/3.º Ciclos	Secundário
4,9%	-3,2%	-1,1%	3,5%

Fonte: CMS - DED/DPLE

Para além dos gráficos anteriormente apresentados, julgámos igualmente pertinente incluir, neste estudo, os quadros com os valores exatos que ilustram o histórico da frequência escolar da rede pública do Concelho de Sintra, para todos os níveis de ensino, desde o ano letivo 2003/04, os quais permitem uma leitura diacrónica da evolução da população escolar, retomando e atualizando, assim, a informação contida na Carta Educativa em vigor.

Quadro 20 - Evolução da população escolar no Concelho de Sintra

	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/2013	2013/14
JI	2.723	2.725	2.758	2.844	2.833	2.921	2.957	3.307	3.695	3.798	3.986
1 CEB	15.319	15.657	15.900	16.463	16.732	16.530	16.212	15.559	15.109	14.619	14.149
2/3 CEB	19.487	19.788	20.340	21.208	21.217	21.640	21.431	22.552	21.467	20.326	20.108
Secundário	7.934	7.783	10.026	9.179	8.787	9.883	8.378	9.456	8.966	8.799	9.110
TOTAL	45.463	45.953	49.024	49.694	49.569	50.974	48.978	50.874	49.237	47.542	47.353

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 21 – Evolução da população escolar de jardim de infância da rede pública no Concelho de Sintra

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR												
FREGUESIA	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
Aqualva Mira Sintra	313	361	355	345	348	334	341	285	429	465	468	550
Algueirão Mem-Martins	330	340	326	307	315	319	324	330	342	499	551	570
Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar	274	264	260	317	301	291	332	340	353	355	373	360
Cacém e São Marcos	170	173	170	158	165	160	171	157	157	271	285	265
Casal de Cambra	108	110	105	100	101	99	101	106	126	131	127	126
Colares	40	42	65	70	69	64	67	65	64	90	87	87
Massamá e Monte Abraão	121	130	128	135	140	190	185	207	206	224	273	270
Queluz e Belas	388	389	382	421	458	441	452	455	479	491	475	495
Rio de Mouro	328	353	350	350	374	375	360	447	574	532	523	606
Santa Maria e São Miguel, São Pedro de Penaferrim e São Martinho	335	396	425	396	408	395	419	395	392	417	422	436
São João das Lampas e Terrugem	175	165	159	159	165	165	169	170	185	220	214	221

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 22 – Evolução da população escolar de 1.º ciclo da rede pública no Concelho de Sintra

1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO												
FREGUESIA	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
Aqualva Mira Sintra	1945	2232	2261	2177	2254	2273	2076	2018	1930	1799	1740	1680
Algueirão Mem-Martins	2493	2478	2505	2608	2663	2734	2693	2598	2473	2409	2286	2227
Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar	655	689	695	719	731	711	693	665	659	687	627	649
Cacém e São Marcos	1385	1366	1427	1430	1534	1475	1523	1546	1453	1579	1525	1230
Casal de Cambra	633	607	557	570	603	604	616	828	541	577	559	549
Colares	224	223	234	225	256	260	266	252	239	240	243	236
Massamá e Monte Abraão	1850	1784	1836	1751	1779	1888	1843	1814	1719	1634	1576	1530
Queluz e Belas	2146	2163	2219	2323	2331	2401	2417	2083	2287	2157	2117	2078
Rio de Mouro	2261	2230	2263	2340	2429	2475	2487	2464	2337	2104	1997	2125
Santa Maria e São Miguel, São Pedro de Penaferrim e São Martinho	1077	1063	1132	1223	1317	1335	1324	1323	1298	1297	1311	1248
São João das Lampas e Terrugem	527	484	528	534	566	576	592	621	623	626	638	597

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 23 - Evolução da população escolar de 2.º e 3.º ciclos da rede pública no Concelho de Sintra

2.º/3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO												
FREGUESIA	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
Agualva Mira Sintra	3266	3284	3250	3260	3401	3604	3776	3642	3930	3593	3381	2984
Algueirão Mem-Martins	4156	4148	3895	4180	3891	3778	3794	3843	3856	3991	3842	3565
Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar	795	742	760	744	755	753	735	782	819	773	748	721
Cacém e São Marcos	1067	1109	1128	1047	1142	1254	1405	1393	1384	1374	1453	1436
Casal de Cambra	926	880	853	814	793	809	715	749	861	685	666	623
Colares	443	391	365	375	393	406	382	412	442	480	511	509
Massamá e Monte Abraão	3443	3502	3623	3751	3903	3941	3933	3977	4156	4038	3666	3824
Queluz e Belas	1265	1336	1325	1334	1408	1365	1495	1453	1466	1433	1375	1408
Rio de Mouro	1918	2160	2538	2819	3376	3226	3228	2883	3273	2883	2401	2788
Santa Maria e São Miguel, São Pedro de Penaferrim e São Martinho	1170	1267	1380	1322	1454	1347	1474	1535	1564	1438	1493	1488
São João das Lampas e Terrugem	674	668	671	694	692	734	703	762	801	779	790	762

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 24 - Evolução da população escolar de Ensino Secundário da rede pública no Concelho de Sintra

ENSINO SECUNDÁRIO												
FREGUESIA	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
Agualva Mira Sintra	1649	1542	1516	2021	1657	1699	1922	1558	1572	1612	1365	1641
Algueirão Mem-Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cacém e São Marcos	349	418	569	890	1060	668	694	546	875	598	703	631
Casal de Cambra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Colares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Massamá e Monte Abraão	1537	1495	1508	1635	1583	1522	1666	1720	1751	1862	1822	1801
Queluz e Belas	1007	899	864	1334	853	1083	1215	748	1076	754	775	741
Rio de Mouro	2063	2153	2042	2674	2390	2257	2733	2402	2709	2638	2460	2609
Santa Maria e São Miguel, São Pedro de Penaferrim e São Martinho	1236	1427	1284	1472	1636	1558	1653	1404	1473	1502	1674	1687
São João das Lampas e Terrugem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: CMS - DED/DPLE

Em suma podemos notar, no presente ano letivo, uma tendência, ainda que ténue, de decréscimo na população escolar do Concelho de Sintra (cerca de 200 alunos). Estarão a contribuir para esta situação alguns fatores de entre os quais se indicam a baixa na taxa bruta de natalidade, que em 2012 se situava nos 10,5% para o Concelho (ver Quadro 25), segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), bem como o decréscimo na taxa de crescimento migratório que, para o mesmo ano, se situava em -0,31% (Quadro 26). Acrescem a estes fatores as consequências da crise financeira mundial que, naturalmente, também estão a afetar o tecido social do Concelho, agravando a retração da fixação da população migrante. Faz-se notar que as tabelas abaixo referem o período 2004-2012, que constitui o último ano disponível para consulta na base de dados do INE.

Quadro 25 - Taxa bruta de natalidade - Continente e Sintra

Local de residência	Taxa bruta de natalidade (‰) por Local de residência; Anual ¹²											
	Período de referência dos dados											
	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004			
	‰	‰	‰	‰	‰	‰	‰	‰	‰			
Portugal	8,5	9,2	9,6	9,4	9,9	9,7	10	10,4	10,4			
Sintra	10,5	11,2	12	12,3	12,8	12,6	12,6	13,5	13			

Fonte: CMS - DED/DPLE e INE

Quadro 26 - Taxa de crescimento migratório - Continente e Sintra

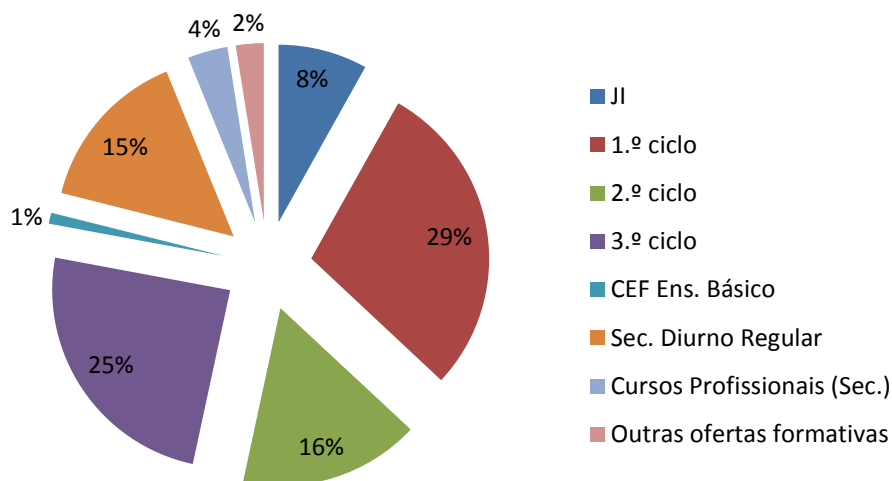
Local de residência	Taxa de crescimento migratório (%) por Local de residência; Anual ¹											
	Período de referência dos dados											
	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004			
	%	%	%	%	%	%	%	%	%			
Portugal	-0,36	-0,23	0,04	0,15	0,09	0,21	0,16	0,15	0,14			
Sintra	-0,31	0,07	-0,34	-0,25	-0,30	-0,28	-0,38	-0,40	-0,41			

Fonte: CMS - DED/DPLE e INE

¹² 1992-2011: valores revistos em função, respetivamente, das séries Estimativas Definitivas de População Residente 1991-2000 e 2001-2010 e das Estimativas Provisórias de População Residente 2011.

3.3 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA POR NÍVEL DE ENSINO/OFERTA FORMATIVA NO CONCELHO DE SINTRA EM 2013/2014

Gráfico 13 - Distribuição da população escolar em 2013/2014



Fonte: CMS - DED/DPLE

A população escolar do Concelho de Sintra distribui-se globalmente da forma acima descrita.

A menor fatia (1%) diz respeito aos Cursos de Educação e Formação no Ensino Básico, em claro declínio tendo em conta o último levantamento feito no âmbito da monitorização da carta educativa (2010), na qual se registavam 624 alunos, ao qual fazem face, neste ano letivo, 487 alunos. Chama-se a atenção para o facto de este tipo de oferta ter vindo a ser gradualmente substituído pelos Cursos Vocacionais, sendo o próximo ano letivo o último com previsão de abertura excecional de um Curso de Educação e Formação no Ensino Básico. No que diz respeito aos dados dos Cursos Vocacionais, não havendo, ainda, uma expressão significativa de alunos inseridos nesta resposta, os mesmos foram incluídos nas “Outras ofertas formativas”.

Atualmente, a maior fatia é ainda ocupada por alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico (29%). Este valor tem vindo a decrescer desde 2008/09, indicando que os efeitos previstos das baixas taxas de natalidade e de imigração continuam a fazer-se notar.

- Ação Social Escolar

Atualmente, os dados referentes à Ação Social Escolar situam-se nos valores espelhados na Quadro 27.

Quadro 27 - Ação Social Escolar (Ano Letivo 2013/2014)

PRÉ-ESCOLAR			1.º CICLO			2.º CICLO			3.º CICLO			ENS. SECUNDÁRIO		
Sem escalão	Escalão A	Escalão B	Sem escalão	Escalão A	Escalão B	Sem escalão	Escalão A	Escalão B	Sem escalão	Escalão A	Escalão B	Sem escalão	Escalão A	Escalão B
2376	999	611	8302	3585	2262	4376	2292	1399	6860	3146	2035	6774	1315	1021
59,6%	25,1%	15,3%	58,7%	25,3%	16,0%	54,3%	28,4%	17,3%	57,0%	26,1%	16,9%	74,4%	14,4%	11,2%

Fonte: CMS - DED/DPLE

De acordo com os valores acima referidos, é no 2.º ciclo que se encontram mais alunos carenciados, estando o valor situado nos 45,7%. Nos restantes ciclos, à exceção do ensino secundário, todos os valores de alunos carenciados rondam entre os 40% e os 50%, o que denota a franca crise financeira das famílias dos alunos da rede pública do Concelho de Sintra. No que diz respeito ao ensino secundário, a taxa de alunos carenciados tem vindo a aumentar, situando-se, no ano letivo 2013/2014, nos 25,6%. Considerando o alargamento da escolaridade obrigatória, é expectável que esta taxa venha a aumentar de ano para ano.

- Educação Especial

No que respeita à Educação Pré-Escolar foram identificados no corrente ano letivo 117 alunos com necessidades educativas especiais, existindo, no concelho, duas escolas de referência para a intervenção precoce na infância (EB D. Carlos I [AE D. Carlos I] e EB Prof. Galopim de Carvalho [AE Queluz-Belas]).

Cerca de 728 alunos do 1.º ciclo da rede pública do concelho de Sintra têm necessidades educativas especiais e destes, 95 frequentam as Unidades de Multideficiência ou de Ensino Estruturado, criadas para dar resposta à especificidade dos seus problemas. A criação e melhoramento das Unidades tem sido uma clara aposta do Município nos últimos anos, e traduz-se numa clara resposta de edilidade às solicitações das famílias e da comunidade escolar alarada. O Quadro 28 lustra a rede de unidades atualmente em funcionamento no concelho de Sintra.

Importa, igualmente, referir que existem no Concelho 16 salas de Atividades de Vida Diária (AVD), direcionadas aos alunos com necessidades educativas especiais que necessitam de uma resposta diferenciada e que vise o treino e aperfeiçoamento de atividades do dia-a-dia. Esta resposta abrange cerca de 70 alunos dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.

Quadro 28 - Unidades de Multideficiência, de Ensino Estruturado e Salas de Atividades de Vida Diária

AGRUPAMENTO	Unidades 1.º ciclo			Unidades 2.º/3.º ciclos			Salas AVD
	Multideficiência	Ensino Estruturado	N.º Alunos	Multideficiência	Ensino Estruturado	N.º Alunos	
Aqualva Mira Sintra	1	-	6	1	1	7	2
Alfredo da Silva	1	1	13	-	-	-	1
Algueirão MDS	-	-	-	-	-	-	1
António Sérgio	-	-	-	-	-	-	1
D. Carlos I	1	-	6	-	-	-	1
D. João II	-	1	3	-	-	-	-
D. Maria II	1	1	12	-	-	-	1
Ferreira de Castro	1	1	13	1	1	12	1
Lapiás	-	1	2	-	1	3	-
Massamá	-	-	-	-	-	-	1
Mem Martins	-	1	6	-	2	15	1
Monte da Lua	-	-	-	-	-	-	2
Prof. Agostinho da Silva	2	1	19	-	1	8	1
Queluz-Belas	1	-	4	-	-	-	1
Rio de Mouro	-	1	4	-	-	-	1
Ruy Belo	-	1	7	-	-	-	1
TOTAL	8	9	95	2	6	45	16

Fonte: CMS - DED/DPLE

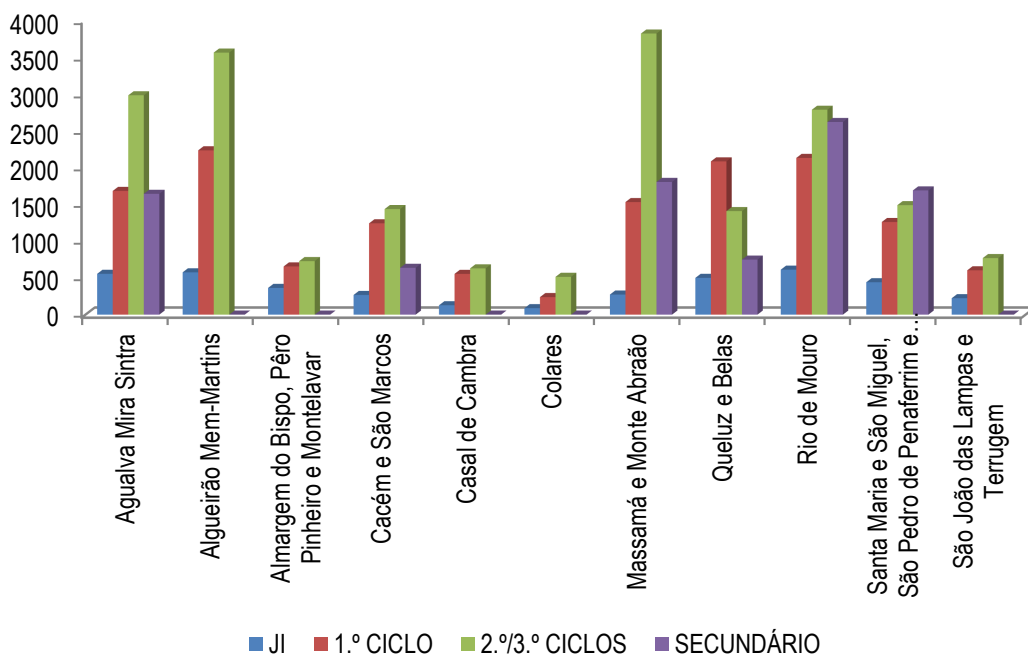
No que diz respeito aos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, o número de alunos com necessidades educativas especiais chega aos 1300 alunos, sendo que apenas 45 frequentam as Unidades de Multideficiência ou de Ensino Estruturado. Existe, atualmente, uma carência de resposta em âmbito de unidades de ensino especial, como se pode observar no Quadro 28, situação que acaba por dificultar a transição adequada das crianças que frequentam unidades de ensino especial no primeiro ciclo para os ciclos subsequentes.

Relativamente ao Ensino Secundário, o número de alunos com necessidades educativas especiais situa-se nos 184 alunos, não existindo resposta ao nível das unidades de ensino especial no ano letivo 2013/2014.

3.4 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA POR NÍVEL DE ENSINO E POR FREGUESIA EM 2013/2014

Segue-se a caracterização da distribuição dos níveis de ensino e ofertas pelas freguesias do concelho de Sintra. O Gráfico 14 ilustra bem a dispersão/concentração populacional relativamente às diferentes áreas mediante as suas características mais rurais ou marcadamente urbanas.

Gráfico 14 - População escolar da rede pública de Sintra em 2013/2014



Fonte: CMS - DED/DPLE

Através da leitura do Gráfico 14, o qual teve em conta a reforma administrativa do território das freguesias, com a qual o Concelho de Sintra passou de 20 para 11 Juntas de Freguesia, é possível verificar que existe um desequilíbrio na distribuição dos alunos, especialmente no que diz respeito aos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, sendo que as zonas urbanas têm muito mais alunos deste ciclo do que as zonas rurais. Por outro lado, a distribuição dos alunos de pré-escolar está relativamente equilibrada, sendo que a grande variável, conforme visto anteriormente, é a capacidade de resposta em termos etários, uma vez que as escolas da zona urbana apenas têm capacidade de acolher, maioritariamente, os alunos com 5 anos, sendo que os jardins de infância da zona rural têm capacidade de acolher alunos a partir dos 3 anos de idade.

3.5 ENSINO PRIVADO E REDE SOLIDÁRIA (IPSS E COOPERATIVO)

De acordo com os dados recolhidos junto das instituições de ensino privadas, com e sem fins lucrativos, bem como de ensino cooperativo, apresentam-se os Quadros 30 e 31. Sublinha-se o facto de nem todas as Instituições nos terem remetido as informações solicitadas, pelo que se ressalva a possibilidade de haver alguma oscilação dos mesmos face à realidade.

Quadro 29 - Nº de alunos da rede privada - ano letivo 2013/2014

Creche	Jardim de infância	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Secundário	Ensino Profissional
897	2240	1489	473	757	200	590

Fonte: CMS - DED/DPLE

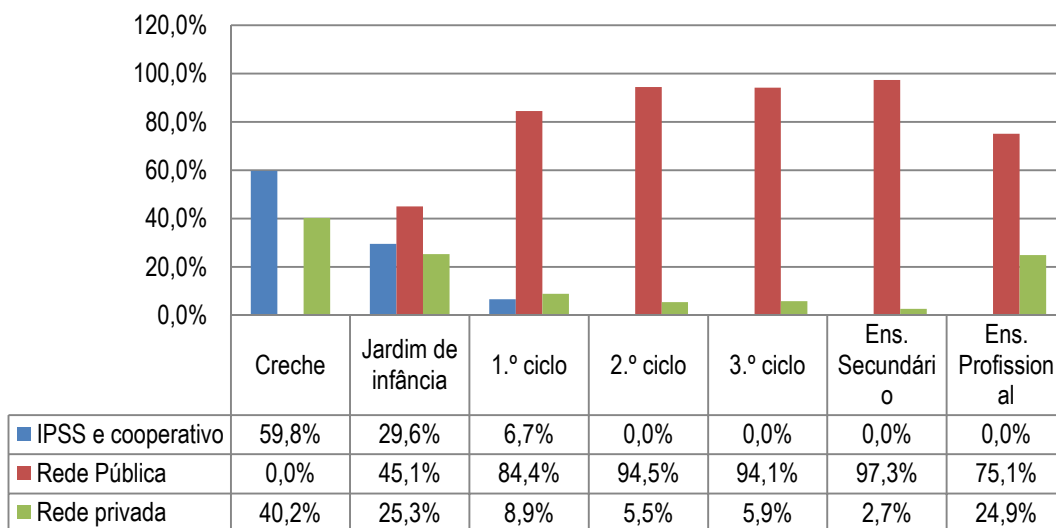
Quadro 30 - Nº de alunos da rede solidária - ano letivo 2013/2014

Creche familiar	Creche	Jardim de infância	ATL
20	1292	2619	1117

Fonte: CMS - DED/DPLE

Tendo por base os valores de frequência da rede privada e da rede pública, relativos ao ano letivo 2013/2014, verifica-se a seguinte distribuição percentual no concelho de Sintra:

Gráfico 15 - Distribuição dos alunos no concelho de Sintra



Fonte: CMS - DED/DPLE

Em conclusão, podemos verificar que é na rede pública que se encontra a maioria dos alunos do concelho de Sintra. No segundo e terceiro ciclo e secundário, a frequência da rede privada é quase inexpressiva e tende a decrescer. Relativamente ao pré-escolar, o significativo aumento percentual da frequência na rede pública de crianças em jardim-de-infância, reflete o esforço que o Município tem vindo a despende, de forma crescente e contínua, nos últimos anos, na construção e equipamento destas salas.

3.6 REDE PÚBLICA – SALAS DE AULA POR CICLO DE ENSINO

Nesta fase do trabalho pretende-se aferir das necessidades, em termos do número de salas de aula, em cada um dos ciclos de ensino, para o concelho de Sintra. Em cada tabela, o ponto de partida é a situação do corrente ano letivo e a atual capacidade de resposta. Optámos por não considerar, nesta fase, os valores da projeção para 2016, uma vez que muito dificilmente se virão a concretizar dada a tendência generalizada de diminuição do número de alunos, nos vários níveis de ensino.

Relativamente às salas de jardim-de-infância, o cálculo assenta no pressuposto de cada sala ser correspondente a um grupo/turma. Como já foi várias vezes referido, assume-se que, apesar do contínuo crescimento da oferta do número de salas, a cobertura da rede pública do pré-escolar está ainda aquém das necessidades na maioria das freguesias do concelho.

No 1.º ciclo, o cálculo apresentado contempla a necessidade de salas de aula para o funcionamento em regime normal. Para além de corresponder a uma exigência legal, o regime normal permite organizar, com qualidade, as respostas educativas complementares ao nível da oferta de Atividades de Enriquecimento Curricular, bem como as Atividades de Animação e Apoio à Família, já em curso na maioria das escolas do concelho. Assim, a necessidade apurada de salas de aula resulta da diferença entre o número de turmas e o número de salas de aula.

Para as salas das Escolas Básicas dos 2.º e 3.º ciclos e Escolas Secundárias foi acrescentado um número de seis turmas à sua capacidade ideal. Por exemplo, numa escola T24, idealmente concebida para vinte e quatro turmas, considerou-se que a sua capacidade poderá ser aumentada em seis turmas tendo o cálculo sido efetuado para trinta turmas, sem que haja perda significativa de qualidade de ensino.

Quadro 31 - Capacidade dos edifícios escolares

	Salas 2013/2014	Turmas 2013/2014	Capacidade alunos	Alunos 2013/2014
JI	170	170	4250 ¹³	3986
EB1	578	626	15028 ²	14149
EB2,3	643	709	19290 ²	16964
EB3/ES	442	545	13260 ²	12742

Fonte: CMS - DED/DPLE

A leitura do Quadro 31 acaba por não nos dar uma visão real e exata da ocupação das escolas, uma vez que não considera, no seu cálculo, as turmas com alunos com necessidades educativas especiais com direito a redução. Este dado acaba por ser muito relevante quando se faz a análise da relação entre o número de alunos e a capacidade de acolhimento na educação pré-escolar, uma vez que a capacidade de resposta neste nível de ensino é ainda notoriamente insuficiente face às reais necessidades do concelho.

No caso do 1.º ciclo do ensino básico, os dados considerados acabam por ser alterados, para além do suprarreferido, por força das turmas que ainda se mantêm em regime duplo de funcionamento. Muito embora o número de turmas nesta situação tenha vindo a reduzir nos últimos anos, conforme já foi visto, ainda existem 124 turmas nesta situação, o que corresponderá a cerca de 3000 alunos. Acresce, ainda, o facto de não terem sido contemplados neste estudo os valores dos alunos que frequentam o ensino privado, o que aumentaria o potencial universo global dos alunos de 1.º ciclo do concelho.

A situação mais complicada parece residir na capacidade de resposta para 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico. Muito embora no Quadro 31 a capacidade de resposta aparente ser superior ao número de alunos existente nestes estabelecimentos de ensino, no Quadro 32 é possível compreender que a média da taxa de ocupação das Escolas Básicas dos 2.º e 3.º ciclos está acima dos 100%, indicando, claramente, a sobrelotação de algumas das mesmas. Tal facto foca-se especialmente nas escolas situadas no corredor ferroviário Queluz-Sintra.

¹³ Ratio de 25 alunos/grupo no pré-escolar, 26 alunos/turma no 1.º ciclo, 30 alunos/turma no 2.º e 3.º ciclo e Ensino Secundário (Despacho nº 5048-B/2013, de 12 de abril).

Quadro 32 - Ocupação das EB 2,3 e Escolas Secundárias

		Tipologia	Nº de turmas	Taxa de ocupação
Escolas Básicas dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico	Alfredo da Silva	24	35	116,67%
	Algueirão MDS	30	36	100,00%
	Alto dos Moinhos	24	32	106,67%
	António Sérgio	36	45	107,14%
	Colares	15	21	100,00%
	D. Domingos Jardo	32	40	105,26%
	D. Fernando II	24	33	110,00%
	D. Pedro IV	24	41	136,67%
	D. Carlos I	30	42	116,67%
	D. João II	30	34	94,44%
	Dr. Rui Grácio	30	31	86,11%
	Ferreira Castro	30	50	138,89%
	Escultor Francisco dos Santos	24	34	113,33%
	Maria Alberta Menéres	24	30	100,00%
	Padre Alberto Neto	24	42	140,00%
	Prof. Agostinho da Silva	30	33	91,67%
	Prof. Egas Moniz	18	22	91,67%
	Prof. Galopim de Carvalho	18	30	125,00%
	Ruy Belo	24	35	116,67%
	Visconde Juromenha	32	43	113,16%
Escolas Secundárias	Ferreira Dias	42	71	147,92%
	Gama Barros	42	66	137,50%
	Leal Câmara	42	57	118,75%
	Matias Aires	42	49	102,08%
	Mem Martins	42	60	125,00%
	Miguel Torga	42	56	116,67%
	Padre Alberto Neto	42	68	141,67%
	Santa Maria	52	69 ¹⁴	118,97%
	Stuart Carvalhais	42	65	135,42%

Fonte: DED/DPLE

Para a evidente sobrelotação das escolas existentes, em que o excessivo número de turmas obriga a uma ocupação limite das infraestruturas e o número de alunos por turma ultrapassa frequentemente o valor estabelecido nos normativos legais em vigor, uma das respostas encontradas foi a de alojar alunos nas

¹⁴ A Escola Secundária de Santa Maria tem, no total, 69 turmas, das quais 4 se encontram temporariamente alojadas na EB D. Fernando II. Se a contabilização for feita em termos reais de ocupação de espaço, então a EB D. Fernando II tem uma taxa de ocupação de 123,33% (37 turmas) e a ES Santa Maria tem uma taxa de ocupação de 112,07% (65 turmas).

escolas secundárias (apenas duas das nove escolas do Concelho não albergam turmas do terceiro ciclo). Esta medida não é, do nosso ponto de vista, desejável e tem trazido às escolas secundárias alguns constrangimentos na organização da resposta a esta solicitação.

Relativamente do Ensino Secundário, podemos verificar uma situação muito semelhante à relatada anteriormente. Se no Quadro 31, onde verificamos a relação entre o número de alunos e a lotação das escolas, a taxa de ocupação ronda os 96%, é no Quadro 32, onde verificamos a relação entre o número de turmas e a lotação da escola, que apuramos uma taxa de ocupação de cerca de 120%, o que nos leva a concluir que as turmas destes estabelecimentos de ensino não estão lotadas de acordo com o *ratio* proposto pelo Ministério da Educação e Ciência, que propõe que cada turma deste nível de ensino chegue aos 30 alunos.

De seguida apresentam-se os quadros (Quadro 33 a Quadro 53) que ilustram a necessidade de salas para os vários ciclos de ensino, no corrente ano letivo, contendo o número de salas disponíveis em cada Agrupamento, para uma melhor leitura das necessidades atuais e perspetivas de futuro alargamento ou contração do parque escolar de Sintra. No pré-escolar e 1.º ciclo o cálculo será feito em função do número de salas disponíveis e do número de turmas, tendo por base o funcionamento em regime normal. No que diz respeito aos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, as necessidades apuradas serão apresentadas em termos do número de turmas atualmente excedentárias, face à tipologia das escolas, que também é indicada nos quadros. Nestes níveis de ensino (2.º e 3.º ciclos e secundário), à tipologia base acrescentamos seis turmas para determinar a capacidade da escola no seu limite de funcionamento. Optou-se, igualmente, por se contabilizar todas as turmas da escola, incluindo as de outras ofertas formativas para além do ensino regular, como por exemplo turmas CEF, uma vez que são elegíveis no cálculo relativo à ocupação de cada equipamento educativo.

Quadro 33 -Necessidade de salas (AE Agualva Mira Sintra)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB		SEC	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
AGUALVA MIRA SINTRA	ES Matias Aires					18	-	31	T 32
	EB D. Domingos Jardo					40	T 32		
	EB Dr. António Torrado	2	2	17	9				
	EB Lopas	2	2	9	10				
	EB Meleças			5	3				
	EB Mira Sintra	2	2	5	5				
	EB Mira Sintra 2			5	6				
	JI Cacém 2 Anta	4	4						
TOTAIS		10	10	41	33	58	32	31	32
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		EB 2,3		Escola Secundária			
	8			2		11			

Fonte: DED/DPLE

Quadro 34 - Necessidade de salas (AE Alfredo da Silva)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
ALFREDO DA SILVA	EB Alfredo da Silva					35	T 24
	EB Abrunheira	2	2	6	4		
	EB Albarraque			6	6		
	EB Cabra Figa	1	1	3	3		
	EB Fernando Formigal de Moraes	3	3	9	10		
	EB Francos	2	2	2	4		
	EB Manique de Cima			4	4		
	EB Serradas			2	3		
	JI Padre Agostinho da Motta	2	2				
TOTAIS		10	10	32	34	35	24
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		2.º/3.º ciclos			
	-			5			

Fonte: DED/DPLE

Quadro 35 - Necessidade de salas (AE Algueirão MDS)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
ALGUEIRÃO MDS	EB Mestre Domingos Saraiva	4	4	6	8	36	T 30
	EB Algueirão			6	7		
	EB Casal da Cavaleira	5	5	12	13		
TOTAIS		9	9	24	28	36	30
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		2.º/3.º ciclos			
	-			0			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 36 - Necessidade de salas (AE Alto dos Moinhos)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
ALTO DOS MOINHOS	EB Alto Moinhos					32	T 24
	EB Assafora	1	1	3	3		
	EB Bolembre	2	2	6	6		
	EB Faião			2	2		
	EB Godigana			2	2		
	EB Santa Susana	1	1	2	2		
	EB S. João das Lampas	1	1	7	7		
	EB Terrugem			2	2		
	EB Vila Verde	1	1	4	4		
	JI Arneiro Marinheiros	1	1				
	JI Terrugem	1	1				
TOTAIS		8	8	28	28	32	24
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		2.º/3.º ciclos			
	0			2			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 37 - Necessidade de salas (AE António Sérgio)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
ANTÓNIO SÉRGIO	EB António Sérgio					45	T 36
	EB Aqualva 2	4	4	12	14		
	EB Aqualva 3	2	2	6	6		
	EB Quinta da Fidalga	2	2	10	10		
	EB N.ª Sr.ª Anunciação	2	2	2	2		
	EB Colaride	3	3	5	5		
TOTAIS		13	13	35	37	45	36
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		2.º/3.º ciclos			
	-			3			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 38 - Necessidade de salas (AE D. Carlos I)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
D. CARLOS I	EB D. Carlos I	2	2	7	7	42	T 30
	EB Lourel	2	2	7	8		
	EB Raí	1	1	2	2		
	EB Várzea de Sintra			8	9		
	JI Morelino	2	2				
	JI Várzea de Sintra	2	2				
TOTAIS		9	9	24	26	42	30
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		2.º/3.º ciclos			
	-			6			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 39 - Necessidade de salas (AE D. João II)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
D. JOÃO II	EB Rainha D. Leonor Lencastre			3	-	31	T 30
	EB Casal do Cotão	2	2	8	8		
	EB S. Marcos 1	3	3	12	12		
	EB S. Marcos 2	2	2	5	7		
TOTAIS		7	7	28	27	31	30
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		2.º/3.º ciclos			
	1			-			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 40 - Necessidade de salas (AE D. Maria II)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB		SEC	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
D. MARIA II	ES Gama Barros					31	-	35	T 42
	EB Ribeiro de Carvalho			18	10				
	EB Cacém 1			6	6				
	EB Cacém 2	4	4	1	1				
	EB Vale Mourão	2	2	8	8				
TOTAIS		6	6	33	25	31	0	35	42
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		Escola Secundária					
	8			18					

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 41 - Necessidade de salas (AE Escultor Francisco dos Santos)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
ESCULTOR FRANCISCO DOS SANTOS	EB Escultor Francisco dos Santos					34	T 24
	EB Fitaes	3	3	11	8		
	EB Rinchoa	2	2	9	9		
TOTAIS		5	5	20	17	34	24
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		2.º/3.º ciclos			
	3			4			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 42 - Necessidade de salas (AE Ferreira de Castro)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
FERREIRA DE CASTRO	EB Ferreira de Castro					50	T 30
	EB Mem Martins	2	2	5	8		
	EB Mem Martins 1	1	1	14	16		
	EB Ouressa	2	2	16	18		
	JI Mem Martins	4	4				
TOTAIS		9	9	35	42	50	30
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		2.º/3.º ciclos			
	-			14			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 43 - Necessidade de salas (AE Lapiás)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
LAPIÁS	EB Dr. Rui Grácio					31	T 30
	EB Almargem do Bispo	1	1	2	2		
	EB Aruil de Baixo	1	1	2	2		
	EB Cortegaça	1	1	2	2		
	EB Dona Maria	1	1	4	3		
	EB Lameiras e Fação	1	1	2	3		
	EB Maceira	1	1	3	3		
	EB Montelavar			4	4		
	EB Morelena			2	2		
	EB Negrais	1	1	2	2		
	EB Pêro Pinheiro	1	1	4	5		
	EB Sabugo e Vale de Lobos	3	3	6	7		
	JI Albogas	1	1				
	JI Camarões	1	1				
	JI Montelavar	2	2				
	JI Morelena	1	1				
	JI Palmeiros	1	1				
TOTAIS		17	17	33	35	31	30
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		2.º/3.º ciclos			
	-			-			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 44 - Necessidade de salas (AE Massamá)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB		SEC	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
MASSAMÁ	ES Stuart Carvalhais					29	-	36	T 42
	EB Prof. Egas Moniz					22	T 18		
	EB Casal da Barôta	2	2	12	7				
	EB Massamá 2			17	13				
	EB Xutaria	2	2	11	7				
TOTAIS		4	4	40	27	51	18	36	42
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		EB 2,3		Escola Secundária			
	13			-		17			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 45 - Necessidade de salas (AE Mem Martins)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB		SEC	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
MEM MARTINS	ES Mem Martins					10	-	50	T 42
	EB Maria Alberta Menéres					30	T 24		
	EB Mem Martins 2			13	9				
	EB Serra das Minas 1	2	2	10	7				
TOTAIS		2	2	23	16	40	24	50	42
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		EB 2,3		Escola Secundária			
	7			-		12			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 46 - Necessidade de salas (AE Miguel Torga)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB		SEC	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
MIGUEL TORGA	ES Miguel Torga					17	-	39	T 42
	EB 2,3 D. Pedro IV					41	T 24		
	EB Massamá	4	4	17	10				
TOTAIS		4	4	17	10	58	24	39	42
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		EB 2,3		Escola Secundária			
	7			11		8			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 47 - Necessidade de salas (AE Monte da Lua)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB		SEC	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
MONTE DA LUA	ES Santa Maria							69	T 52
	EB D. Fernando II					33	T 24		
	EB Colares	1	1	7	7	21	T 15		
	EB Linhó	3	3	4	6				
	EB Ranholas	1		2	2				
	EB Portela de Sintra	1	1	8	8				
	EB São Pedro	1	1	4	4				
	EB Sintra	1		2	2				
	EB Galamares	1	1	3	3				
	EB Mucifal	1	1	4	4				
	JI Azenhas do Mar	2							
TOTAIS		12	8	34	36	54	39	69	52
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		EB 2,3			Escola Secundária		
	-			3			11		

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 48 - Necessidade de salas (AE Prof. Agostinho da Silva)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
PROF. AGOSTINHO DA SILVA	EB Prof. Agostinho Silva					33	T 30
	EB Casal de Cambra	4	4	13	16		
	EB Casal de Cambra 2			12	13		
	JI Casal de Cambra 1	2	2				
TOTAIS		6	6	25	29	33	30
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		2.º/3.º ciclos			
	-			-			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 49 - Necessidade de salas (AE Queluz Belas)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB		SEC	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
QUELUZ BELAS	ES Padre Alberto Neto					27	-	41	T 42
	EB Prof. Galopim de Carvalho					30	T 18		
	EB Belas 2			4	4				
	EB Belas 3	2	2	4	4				

	EB Belas 5				4	5				
	EB Mário Cunha Brito		3	3	13	13				
	EB Pego Longo		2	2	6	7				
	EB Queluz 2		4	4	22	22				
	EB Pendão		3	3	11	9				
	JI Serra da Silveira		2	2						
TOTALIS			16	16	64	64	57	18	41	42
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014	EB 2,3				Escola Secundária			
	-		6				20			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 50 - Necessidade de salas (AE Rio de Mouro)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB		SEC	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
RIO DE MOURO	ES Leal da Câmara							57	T 42
	EB Padre Alberto Neto					42	T 24		
	EB Rinchoa 2	1	1	5	6				
	EB Rio de Mouro 1	2	2	8	6				
	EB Rio de Mouro 2	1	1	7	4				
	EB Serra das Minas 2	3	3	13	16				
TOTALS		7	7	33	32	42	24	57	42
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		EB 2,3			Escola Secundária		
	18			12			9		

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 51 - Necessidade de salas (AE Ruy Belo)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
RUY BELO	EB Ruy Belo					35	T 24
	EB Monte Abraão	6	6	25	25		
	EB Monte Abraão 2	2	2	8	8		
TOTALS		8	8	33	33	35	24
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		2.º/3.º ciclos			
	0			5			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 52 - Necessidade de salas (AE Visconde Juromenha)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	JI		1CEB		2/3CEB	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
VISCONDE JUROMENHA	EB Visconde Juromenha					43	T 32
	EB Eduardo Luna de Carvalho	3	3	13	13		
	EB Tapada das Mercês	3	3	11	16		
TOTAIS		6	6	24	29	43	32
Necessidade de salas em 2013/2014	1.º ciclo	Turmas excedentárias 2013/2014		2.º/3.º ciclos			
	-			5			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Quadro 53 - Necessidade de salas (ES Ferreira Dias)

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	2/3CEB		SEC	
		TURMAS	SALAS	TURMAS	SALAS
ES FERREIRA DIAS	ES Ferreira Dias	21	-	50	T 42
TOTAIS		21	50	50	42
Necessidade de salas em 2013/2014		23			

Fonte: CMS - DED/DPLE

Relativamente ao 1.º ciclo, de acordo com o Quadro 54 conclui-se que são, atualmente, necessárias 60 salas para permitir o funcionamento em regime normal da totalidade das turmas. Porém, a confirmar-se a tendência. Já anteriormente referida de decréscimo na população escolar deste nível de ensino, é recomendável que se anteveja, desde logo, a possibilidade de reconversão destes espaços para salas de jardim de infância, onde a rede pública é insuficiente, de modo a evitar um investimento desadequado, especialmente nas freguesias menos populosas.

Quadro 54 - Resumo global da necessidade de salas de 1.º ciclo na rede pública (2013/2014)

1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO		
AGRUPAMENTO	ESCOLA	NECESSIDADE DE SALAS
Aqualva e Mira Sintra	EB Dr. António Torrado	8
	EB Meleças	2
Alfredo da Silva	EB Abrunheira	2
D. Maria II	EB Ribeiro de Carvalho	8
Escultor Francisco dos Santos	EB Fitaes	3
Lapiás	EB D. Maria	1
Massamá	EB Casal da Barôta	5
	EB Massamá 2	4
	EB Xutaria	4
Mem Martins	EB Mem Martins 2	6
	EB Serra das Minas 1	3
Miguel Torga	EB Massamá	7
Queluz e Belas	EB Pendão	2
Rio de Mouro	EB Rio de Mouro 1	2
	EB Rio de Mouro 2	3
TOTAL		60

Fonte: CMS - DED/DPLE

Ainda no que diz respeito ao 1.º ciclo do Ensino Básico, ressalva-se a necessidade de monitorizar anualmente a relação entre a necessidade de salas em cada estabelecimento de ensino e os espaços utilizados ao abrigo do Programa “À Descoberta dos Tempos Livres” (ATL), uma vez que a disponibilização dos mesmos para a componente curricular daria a hipótese de ter todas as turmas em regime normal de funcionamento.

Quadro 55 - Resumo global da necessidade de salas de 2.º/3.º ciclo e secundário na rede pública (2013/2014)

TURMAS EXCEDENTÁRIAS (face à tipologia dos equipamentos)	
Escolas Básicas dos 2.º e 3.º ciclos	Escolas Secundárias
78	129

Fonte: CMS - DED/DPLE

Chama-se à atenção para o elevado número de turmas de segundo e terceiro ciclos instalados nas Escolas Secundárias (153 turmas), que acrescenta argumentos à atual sobrelotação dos equipamentos deste nível de ensino, que registam um défice de capacidade de alojamento de 78 turmas, mesmo tendo em

consideração que estamos a contabilizar uma capacidade acrescida de 6 turmas acima das indicadas na sua tipologia.

Como se pode observar da leitura global dos dados acima explanados, em especial dos relativos ao ensino secundário, o número de turmas excedentárias nas escolas deste nível de ensino, no concelho de Sintra, é de 129. Contudo, se todas as turmas de segundo e terceiro ciclos alojadas nas escolas secundárias fossem, de imediato, retiradas, num total de 153, a capacidade atual destas escolas daria resposta às necessidades.

Estes dados ilustram a atual situação de sobrelotação em que se encontra a rede escolar do concelho de Sintra. Contudo, muito caminho foi já percorrido para fazer face às dificuldades com que o concelho se depara nesta matéria.

CAPÍTULO 4

4. EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

4.1 EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS - CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ARTIFICIAIS NO CONCELHO DE SINTRA (2014)

População do Concelho = 377.835 habitantes

Área Útil Desportiva = 410.978 m²

Área Útil desportiva / Sintra = 1.09 m²/ hab

Atualmente no Concelho de Sintra existem 540 instalações desportivas artificiais identificadas em SIG, quer sejam de propriedade **municipal, associativa, escolar, particular ou militar**.

Quadro 56 – Tipologias desportivas por Freguesia

FREGUESIAS	Pequenos Campos de Jogos	Grandes Campos de Jogos	Salas de Desporto	Pavilhões	Tanque de Aprendiz.	Piscina Desportiva Coberta	Campos Ténis	Pista de Atletismo	Espaço Informal	Total	%
AGUALVA e MIRASINTRA	15	1	14	4	2	0	1	0	10	47	8,70
ALGUEIRÃO/M. MARTINS	19	4	18	4	3	1	2	1	8	60	11,11
ALMARGEM DO BISPO/PERO PINHEIRO/MONTE LAVAR	11	7	4	7	0	0	4	1	2	36	6,67
QUELUZ e BELAS	20	5	15	4	3	1	12	0	6	66	12,22
CACÉM e S.MARCOS	8	0	10	2	1	0	1	0	3	25	4,63
CASAL DE CAMBRA	6	1	5	2	0	0	0	0	0	14	2,59
COLARES	5	1	4	3	2	1	3	0	2	21	3,89
MASSAMÁ e MONTE ABRAÃO	18	3	22	6	3	1	3	1	6	63	11,67
RIO DE MOURO	15	5	19	5	3	1	4	0	7	59	10,93

Sta MARIA / S. MIGUEL, S.MARTINHO e S.PEDRO PENAFERRIM	42	6	27	7	6	0	24	0	14	126	23,33
S. JOÃO DAS LAMPAS e TERRUGEM	4	2	8	5	1	0	0	0	3	23	4,26
TOTAIS	163	35	146	49	24	5	54	3	61	540	100,00
%	30,19	6,48	27,04	9,07	4,44	0,93	10,00	0,56	11,30	100,00	

Fonte: DCUL

A tipologia pequenos campos de jogos é a que regista maior número (163) seguindo-se a tipologia Salas de desporto (146) e de Pavilhões desportivos (49), a tipologia grandes campos de jogos (35), somando as quatro no seu conjunto mais de metade das existentes no Concelho.

Numa posição intermédia, surge a tipologia campos de ténis (54), piscinas desportivas e tanques de aprendizagem cobertos (30) e muito abaixo, a tipologia piscinas descobertas (4) e pistas de atletismo (4).

No seu cômputo geral, (195) Instalações Desportivas Artificiais encontram-se cobertas.

Entre as instalações desportivas especiais, destacam-se os centros hípicas (15) e os campos de golfe (5), campo de tiro (1), circuito de radiomodelismo (1).

Igualmente, destaca-se a criação / construção de 23 espaços informais com circuitos de Fitness e 22 espaços informais com equipamento desportivo (minigolfe, tabelas de basquetebol, mesas de ténis de mesa, estruturas artificiais de escalada, obstáculos para a prática do Skate).

Por outro lado, a distribuição qualitativa das tipologias desportivas também se apresenta desigual nas diferentes freguesias do Concelho.

Verifica-se uma **Área Útil Desportiva por habitante** de valores muito abaixo dos 1m²/hab., no subconjunto das Freguesias de Cacém/S. Marcos, Agualva/ Mira Sintra, Algueirão-Mem Martins, Queluz/Belas, Casal de Cambra e Massamá/Monte Abraão.

Nas freguesias de Rio de Mouro e S.João das Lampas/Terrugem os valores de **Área Útil Desportiva por habitante** situam-se ainda abaixo dos 2m².

A freguesia de Colares, os valores de AUD / habitante situam-se já acima dos 2m².

Contudo, destacam-se as freguesias de Almargem do Bispo/Pero Pinheiro e Montelavar com valores de AUD/hab. de 2.87m² e de StªMaria/S:Miguel,S.Martinho e S.Pedro de Penaferrim, que apresentam valores

de AUD/hab. 2.77m² acima da média nacional (2.38m²/hab.), situando-se abaixo dos valores 4m²/hab. recomendados pelo Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e Desporto (UNESCO).

Neste sentido, podemos verificar que existem no Concelho 11 freguesias com uma **Área Desportiva Útil por Habitante** (ADUPH) ., bastante inferior ao recomendado pela UNESCO.

Nas freguesias de características mais urbanas, para além de densamente povoadas, apresentam grande dificuldade para disponibilizarem espaços para a construção de novos equipamentos desportivos.

Em quadro poder-se-á verificar os valores inerentes ao nº de Instalações desportivas recreativas e formativas existentes nas várias freguesias do Concelho, comparando as Áreas Uteis Desportivas por nº de Habitantes nas respetivas freguesias.

Quadro 57 – Instalações Desportivas Tipologias desportivas por %

FREGUESIAS	ÁREA FREG. (km ²)	POPULAÇÃO	Nº ID recrea./format.	AREA U. D. EXIST. (m ²)	AREA U. D. Ideal (4m ²)	RÁCIO A.U.D. (m ² /H)	DÉFICE EXIST. (m ²)
AGUALVA e MIRASINTRA	5,98	41.104	47	26.778	164.416	0,65	137.638
ALGUEIRÃO/M. MARTINS	16,00	66.250	60	48.318,00	265.000	0,73	216.682
ALMARGEM DO BISPO/PERO PINHEIRO/MONTELAVAR	64,07	16.788	36	48.208	67.152	2,87	18.944
QUELUZ e BELAS	26,47	52.335	66	50.019,00	209.340	0,96	159.321
CACÉM e S.MARCOS	44,44	38.701	25	12.564	154.804	0,32	142.240
CASAL DE CAMBRA	2,17	12.701	14	11.686	50.804	0,92	39.118
COLARES	33,37	7.628	21	15.373	30.512	2,02	15.139
MASSAMÁ e MONTE ABRAÃO	3,09	48.921	63	47.105	195.684	0,96	148.579
RIO DE MOURO	16,49	47.311	59	47.837,00	189.244	1,01	141.407

Sta MARIA / S. MIGUEL, S.MARTINHO e S.PEDRO PENAFERRIM	63,55	29.591	126	82.072,00	118.364	2,77	36.292
S. JOÃO DAS LAMPAS e TERRUGEM	83,6	16.505	23	21.018	66.020	1,27	45.002
Total	359,23	377.835	540	410.978	1.511.340	1,09	1.100.362

Fonte: DCUL

Verifica-se que a **Área Desportiva Útil por Habitante (ADUPH)** no Concelho é de **1.09m² / Habitante**, dispondo as freguesias de Almargem do Bispo/Pero Pinheiro e Montelavar (2.87m²), seguida das freguesias de StªMaria/S.Miguel, SMartinho e S.Pedro de Penaferrim (2.77m²) apresentando assim as maiores áreas Desportivas Úteis por Habitante.

Salienta-se que a **Área Desportiva Útil por Habitante (ADUPH)** no Concelho encontra-se distribuída pelas várias tipologias desportivas, com exceção das especializadas, como são os campos de golfe, campo de tiro e áreas de lazer ao ar livre, verificando-se que a maior AUD (m²) em destaque encontra-se de propriedade particular (28.89%), seguida do municipal (24.70%) , do movimento associativo (23.89%), seguido do espaço escolar(21.05%), e por ultimo o militar (2.23%), como se pode analisar na seguinte tabela:

Quadro 58 – Instalações Desportivas e área útil desportiva

FREGUESIAS	Nº INSTALAÇÕES DESPORTIVAS (recreat./format.)					Total	ÁREA ÚTIL DESPORTIVA (m2)					Total m2
	Escolares	Mov. Assoc.	Particulares	Municipais	Militares		Escolar	Mov. Assoc.	Particular	Municipal	Militar	
AGUALVA e MIRASINTRA	14	4	12	14	0	44	8304	5228	6300	3196	0	23028
ALGUEIRÃO/M. MARTINS	14	7	12	21	0	54	8650	7650	8078	13491	0	37869
ALMARGEM DO BISPO/PERO PINHEIRO/MONTELAVAR	3	20	3	2	4	32	2018	40172	0	450	8518	51158
QUELUZ e BELAS	11	8	11	9	7	46	6816	8318	7156	1350	10328	33968
CACÉM e S.MARCOS	6	2	9	12	0	29	7636	1050	4328	3150	0	16164
CASAL DE CAMBRA	4	0	2	6	0	12	2468	0	1200	6668	0	10336

COLARES	3	9	4	4	0	20	2018	8677	1066	900	0	12660
MASSAMÁ e MONTE ABRAÃO	15	13	10	17	0	55	16772	16078	3728	5458	0	42036
RIO DE MOURO	16	10	9	25	0	60	10022	18600	3856	13409	0	45887
Sta MARIA / S. MIGUEL, S.MARTINHO e S.PEDRO PENAFERRIM	15	31	57	10	0	113	12354	54654	22852	3158	0	93018
S. JOÃO DAS LAMPAS e TERRUGEM	3	14	10	2	0	29	2018	30054	2528	450	0	35050
TOTAIS	104	118	139	122	11	494	79076	190481	61092	51679	18846	401173
%	21,05	23,89	28,14	24,7	2,23	100	19,71	47,48	15,23	12,88	4,7	100

Fonte: DCUL

Relativamente à distribuição das Tipologias Desportivas nas várias freguesias do Concelho, poder-se-á verificar não só a sua existência, como também a quantidade disponível em cada uma das Freguesias do Concelho:

Quadro 59 – Tipologia Desportiva / Gestão por freguesia

	PISCINAS COBERTAS (Tanques Aprendiz. + Desport.)						PAVILHÕES DESPORTIVOS						GRANDES CAMPOS DE JOGOS						PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS						CAMPOS DE TÊNIS					
FREGUESIAS	Escolar	Mov.Assoc	Particular	Municipal	Militar	T o t a l	Escolar	Mov. Assoc.	Particular	Municipal	Militar	T o t a l	Escolar	Mov. Assoc.	Particular	Municipal	Militar	T o t a l	Escolar	Mov. Assoc.	Particular	Municipal	Militar	T o t a l	Escolar	Mov. Assoc.	Particular	Municipal	Militar	T o t a l
AGUALVA e MIRASINTRA	0	1	0	1	0	2	3	0	0	1	0	4	0	0	0	1	0	1	10	1	0	4	0	15	0	0	0	1	0	1
ALGUEIRÃO/M. MARTINS	1	0	1	2	0	4	4	0	0	0	0	4	0	1	1	2	0	4	6	0	1	12	0	19	0	0	0	2	0	2
ALMARGEM DO BISPO/PERO PINHEIRO/ MONTELAVAR	0	0	0	0	0	0	1	4	1	0	1	7	0	6	0	0	1	7	1	7	0	1	2	11	0	0	0	0	4	4
QUELUZ e BELAS	1	0	2	0	1	4	3	1	0	0	0	4	0	1	1	0	3	5	11	2	1	3	3	20	4	0	8	0	0	12
CACÉM e S,MARCOS	0	0	1	0	0	1	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	1	0	5	0	8	0	0	0	1	0	1
CASAL DE CAMBRA	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2	0	0	0	1	0	1	4	1	0	1	0	6	0	0	0	0	0	0
COLARES	0	3	0	0	0	3	1	2	0	0	0	3	0	1	0	0	0	1	2	1	0	2	0	5	0	0	3	0	0	3
MASSAMÁ e MONTE ABRAÃO	0	1	1	2	0	4	5	0	0	1	0	6	0	3	0	0	0	3	9	1	0	8	0	18	0	2	0	1	0	3
RIO DE MOURO	0	0	2	2	0	4	4	0	0	1	0	5	1	4	0	0	0	5	8	4	0	3	0	15	0	0	0	4	0	4
S <small>ta</small> MARIA / S. MIGUEL, S.MARTINHO e S,PEDRO PENAFERRIM	0	1	6	0	0	7	4	3	0	0	0	7	1	4	1	0	0	6	14	12	11	5	0	42	0	1	20	3	0	24
S. JOÃO DAS LAMPAS e TERRUGEM	0	0	1	0	0	1	1	4	0	0	0	5	0	2	0	0	0	2	1	2	0	1	0	4	0	0	0	0	0	0
TOTAIS	2	6	14	7	1	30	29	14	1	4	1	49	2	22	3	4	4	35	68	32	13	45	5	163	4	3	31	12	4	54

Fonte: DCUL

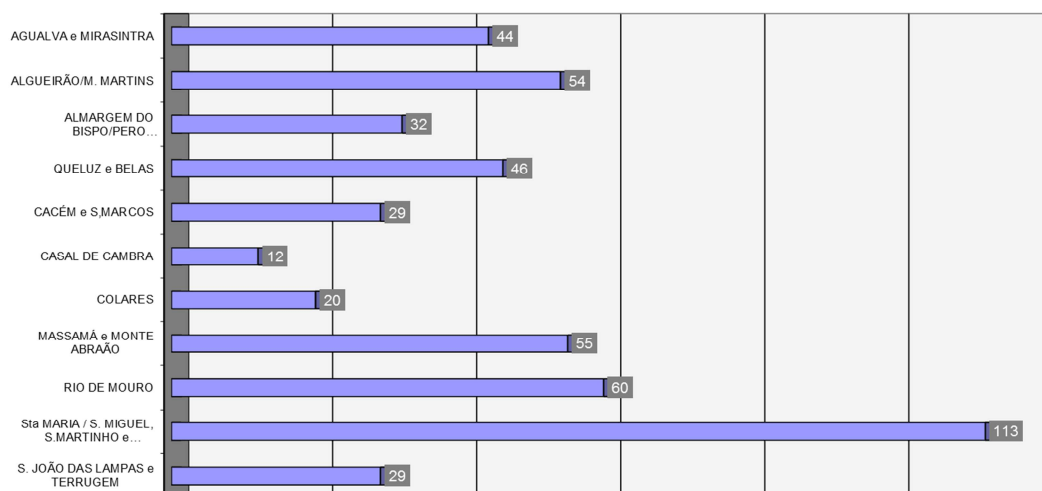
Quadro 60 – Tipologia Desportiva / Gestão por freguesia

FREGUESIAS	SALAS DE DESPORTO / RECREAT.					T o t a l	ESPAÇOS INFORMAIS				T o t a l	PISTAS DE ATLETISMO				T o t a l	CENTROS HIPICOS				T o t a l	CAMPOS DE GOLFE					T o t a l	Piscinas descobertas					T o t a l
	Escolar	Mov. Assoc.	Particular	Municipal	Militar		Escolar	Mov. Assoc.	Particular	Municipal		Militar	Escolar	Mov. Assoc.	Particular		Municipal	Militar	Escolar	Mov. Assoc.		Particular	Municipal	Militar	Escolar	Mov. Assoc.		Particular	Municipal	Militar	Escolar	Mov. Assoc.	
AGUALVA e MIRASINTRA	3	1	10	0	0	14	0	0	0	10	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ALGUEIRÃO/M. MARTINS	4	6	8	0	0	18	0	0	0	8	0	0	0	1		1	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ALMARGEM DO BISPO/PERO PINHEIRO/MONT ELAVAR	1	2	0	0	1	4	0	0	1	1	0	2	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
QUELUZ e BELAS	3	4	6	0	2	15	0	0	1	5	0	6	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	
CACÉM e S.MARCOS	2	1	7	0	0	10	0	0	0	3	0	3	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CASAL DE CAMBRA	1	0	2	2	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
COLARES	1	3	0	0	0	4	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4	
MASSAMÁ e MONTE ABRAÃO	5	5	9	3	0	22	0	0	0	6	0	6	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RIO DE MOURO	5	1	5	8	0	19	0	0	1	6	0	7	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sb MARIA / S. MIGUEL, S.MARTINHO e S.PEDRO PENAFERRIM	3	10	14	0	0	27	0	0	4	5	0	9	0	0	0	0	0	0	6	0	0	6	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	
S. JOÃO DAS LAMPAS e TERRUGEM	1	3	4	0	0	8	0	0	1	2	0	3	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TOTAIS	29	36	65	13	3	##	0	0	8	48	0	56	0	1	0	2	1	4	0	0	15	0	5	0	0	5	0	0	4	0	0	4	

Fonte: DCUL

No cômputo geral podemos observar em gráfico, a distribuição do número total de instalações desportivas, por Freguesias do Concelho, independentemente da sua propriedade.

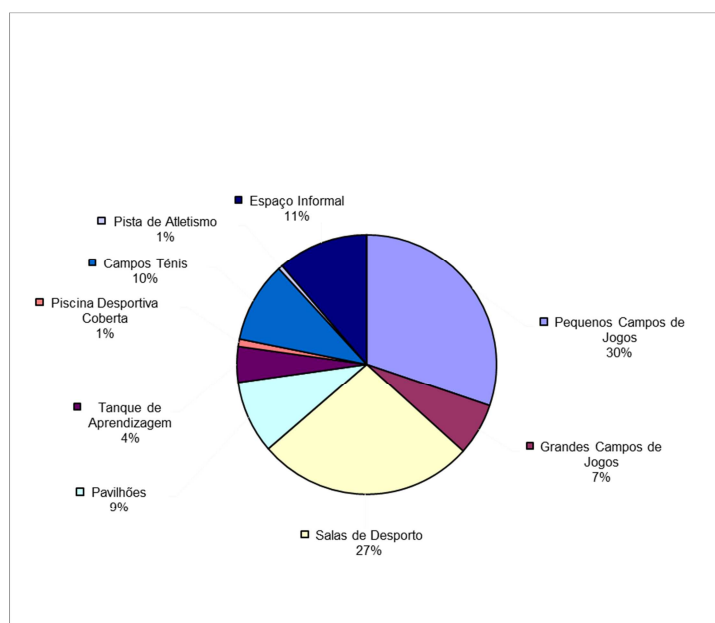
Gráfico 16 – Tipologia Desportiva / Gestão por freguesia



Fonte: DCUL

Graficamente poder-se-á também observar a distribuição das Tipologias Desportivas nas várias freguesias do Concelho:

Gráfico 17– Tipologias Desportivas por %



Fonte: DCUL

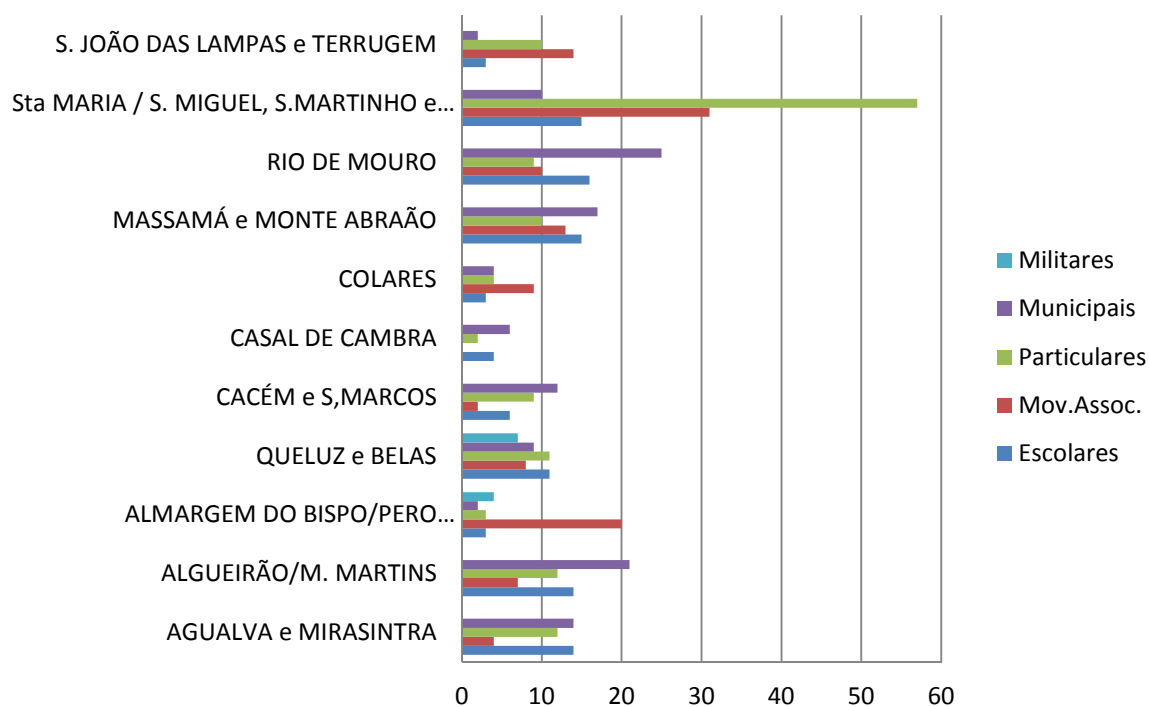
Sendo indispensável estimular a procura de práticas desportivas dos munícipes pelas razões largamente conhecidas e divulgadas (estilos de vida saudável, ocupação de tempos livres...) a necessidade de novos equipamentos, a sua qualificação/requalificação e funcionalidade tem assumido significado nos últimos anos.

O quadro seguinte evidencia a distribuição dos equipamentos por Freguesia, salientando-se que em termos quantitativos no Concelho dominam os pequenos campos de jogos e as salas de desporto.

A maioria das instalações desportivas são de propriedade particular (28.14%), com especial destaque para as freguesias de Stª Maria/S.Miguel, S.Martinho e S.Pedro de Penaferrim.

A Autarquia é detentora de cerca de 24.70%, do total de equipamentos desportivos existentes no concelho, com particular destaque nas freguesias de *Rio de Mouro, Algueirão/Mem Martins e Agualva/Mira Sintra*.

Gráfico 18 – Proprietário das Tipologias Desportivas por Freguesia



Fonte: DCUL

O movimento associativo, conjuntamente com as escolas e a autarquia detêm a propriedade da maioria das instalações desportivas existentes no Concelho (69.64%) com destaque para os pavilhões e salas de desporto, os pequenos e grandes campos de Jogos, espaços informais de lazer e pistas de atletismo.

As instalações desportivas especiais (campos de ténis, campos de Golfe, os centros hípicas e piscinas descobertas) são na sua maioria de propriedade privada (28.14%).

A realçar que os planos de água cobertos (piscinas desportivas e tanques de aprendizagem) estão em igual percentagem entre o grupo das de propriedade particular e as de propriedade municipal / associativa /escolar.

Com o aumento da população nos últimos anos, o surgimento de novas necessidades, assim como o envelhecimento da população, implica uma reflexão sobre o reordenamento do parque desportivo municipal (tendo por base investimentos criteriosos, projetos com qualidade e capacidade de atrair as populações onde se integram), num esforço conjunto de diversos intervenientes.

As atividades de Desporto da Natureza, têm vindo a ganhar cada vez mais aderentes, tendo a Autarquia dado um forte contributo. Inclui modalidades tão diversas como o Pedestrianismo, a Escalada, BTT, Voo Livre, Surf, Bodyboard, Boulder, entre outras. Foi ainda publicada a Carta de Desporto da Natureza do Parque Natural Sintra-Cascais ¹⁵, *“onde se estabelecem as regras e orientações relativas a cada modalidade desportiva, incluindo os locais e as épocas do ano em que as mesmas podem ser praticadas, bem como a respetiva capacidade de carga”*.

CAPÍTULO 5

5. EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE RECREIO E LAZER

5.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS NO CONCELHO DE SINTRA – 2014

Atualmente no Concelho de Sintra existem 80 associações de cultura e recreio, identificadas em SIG, de **propriedade associativa** e 16 equipamentos culturais de **propriedade municipal**, distribuídas da seguinte forma pelas freguesias do Concelho de Sintra:

Quadro 61 – Distribuição das Tipologias de Equipamentos Culturais por Freguesia

Freguesias	Coletividades de Cultura e Recreio Com Sede	Coletividades de Cultura e Recreio sem sede	Museus Municipais	Galerias Municipais	Bibliotecas Municipais	Auditórios Municipais/ Casas da Cultura	Total	%
Agualva e Mira Sintra	1	1	1	3	3
Algueirão Mem Martins	6	9	15	16
Almargem do Bispo/Pero Pinheiro/Montelavar	8	1	9	10
Queluz e Belas Cacém e S. Marcos	6 2	4 3	1 1	...	11 7	12 7
Casal de Cambra							0	0
Colares	6	1	7	7
Massamá e Monte Abraão	4	3	7	7
Rio de Mouro	2	1	1	4	4
Santa Maria/S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro de Penaferrim	14	2	4	2	1	2	25	25
São João das Lampas e Terrugem	5	2	1	8	9
Totais	54	26	6	2	4	4	96	100
%	58	28	6	2	4	2	100	

Fonte: CMS - DCUL

Podemos verificar através da análise da distribuição da tipologia das coletividades de cultura e recreio e equipamentos municipais, por freguesia, que a União de Freguesias de Santa Maria/S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro de Penaferrim (Centro Histórico), se destaca tanto ao nível das coletividades como dos equipamentos municipais, num total de 25, seguida da freguesia de Algueirão-Mem Martins com 16 equipamentos, a mais populosa do Concelho, com cerca de 66.250 habitantes.

As restantes Freguesias e Uniões de freguesia, encontram-se equilibradas, dispondo entre 7 e 11 coletividades de cultura e recreio e equipamentos municipais.

No pólo oposto temos, a Freguesia de Rio de Mouro com apenas 4 coletividades de cultura e recreio e equipamentos municipais para 47.311 habitantes, a União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra com 3 coletividades de cultura e recreio e equipamentos municipais para 41.104 habitantes, e a Freguesia de Casal de Cambra, com 0 coletividades de cultura e recreio e equipamentos municipais.

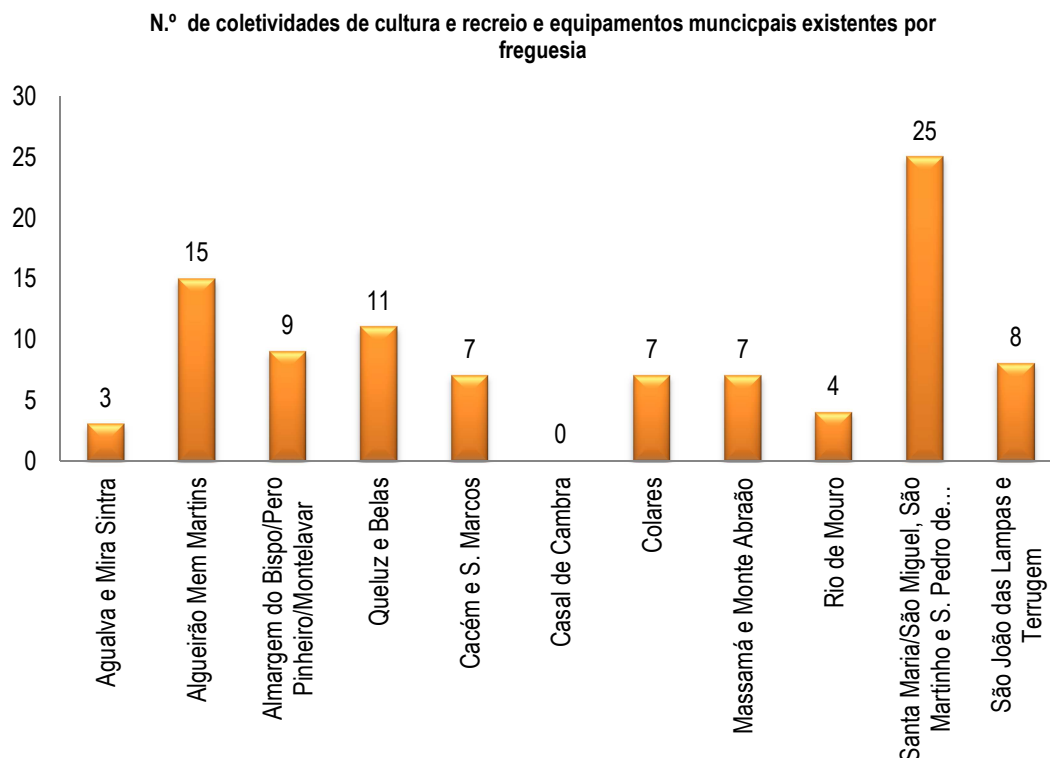
Neste quadro poder-se-á verificar os valores inerentes ao n.º de coletividades de cultura e recreio e equipamentos municipais existentes nas várias freguesias do Concelho, por n.º de Habitantes nas respetivas freguesias.- Quadro 62-.

Quadro 62 – Tipologias de Equipamentos Culturais por Freguesia– Equipamentos por habitante

Freguesias	Área da Freguesia (km ²)	População	N.º de equipamentos existentes	N.º de equipamentos por habitante	N.º de equipamentos por Km ²
Agualva e Mira Sintra	5,98	41.104	3	0,000073	0,50
Algueirão Mem Martins	16,00	66.250	15	0,000226	0,94
Almargem do Bispo/Pero Pinheiro/Montelavar	64,07	16.788	9	0,000536	0,14
Queluz e Belas	26,47	52.335	11	0,000210	0,41
Cacém e S. Marcos	44,44	38.701	7	0,000180	0,16
Casal de Cambra	2,17	12.701	0	0	0
Colares	33,37	7.628	7	0,000918	0,21
Massamá e Monte Abraão	3,09	48.921	7	0,000143	2,27
Rio de Mouro	16,49	47.311	4	0,000085	0,24
Santa Maria/São Miguel, São Martinho e S. Pedro de Penaferrim	63,55	29.591	25	0,000777	0,36
São João das Lampas e Terrugem	83,6	16.505	8	0,000484	0,10
Totais	359,23	377.835	96	0,000249	0,26

Fonte: CMS - DCUL

Gráfico 19 – Equipamentos de Cultura e Recreio e Equipamentos Municipais por Freguesia



Fonte: CMS - DCUL

Podemos constatar através da análise da tabela e gráfico, que as freguesias mais populosas, nomeadamente Algueirão-Mem Martins, União das Freguesias de Queluz e Belas e União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, são as freguesias com uma maior número de Equipamentos Culturais de Recreio e Lazer, curiosamente todas pertencentes à zona urbana.

Por outro lado a União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra e a Freguesia de Rio de Mouro, também das mais populosas e pertencentes à zona urbana, são as que têm menos Equipamentos Culturais de Recreio e Lazer, bem como a Freguesia de Casal de Cambra que não dispõe de nenhum.

Aferimos também, que as freguesias da zona rural, apesar de terem menos população, estão bastante bem servidas de Equipamentos Culturais de Recreio e Lazer, como é o caso a União de Freguesias de Almagem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, com 9 equipamentos, a freguesia de Colares com 7 equipamentos, a União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, com 8 equipamentos.

Destacamos novamente a União de Freguesias de Santa Maria/S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro de Penaferrim (Centro Histórico), com o maior número de Equipamentos Culturais de Recreio e Lazer, num total de 25.

No quadro seguinte, podemos identificar qual a distribuição das **Salas Polivalentes, Auditórios e Espaços municipais** por freguesia:

Quadro 63 – Salas Polivalentes e Auditórios por Freguesia

Freguesias	Salas Polivalentes	Auditórios	Espaços Culturais Municipais	Total
Aqualva e Mira Sintra	2	1	2	5
Algueirão Mem Martins	3	3	0	6
Almargem do Bispo/Pero Pinheiro/Montelavar	11	1	0	12
Queluz e Belas	6	0	1	7
Cacém e S. Marcos	2	0	2	4
Casal de Cambra	0	0	0	0
Colares	7	2	0	9
Massamá e Monte Abraão	1	0	0	1
Rio de Mouro	2	0	1	3
Santa Maria/São Miguel, São Martinho e S. Pedro de Penaferrim	17	4	9	30
São João das Lampas e Terrugem	10	3	1	14
Totais	61	14	16	91

Fonte: CMS - DCUL

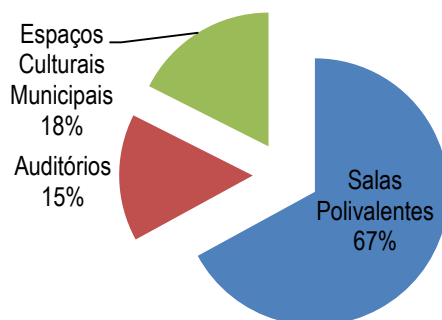
Gráfico 20 – Coletividades de Cultura e Recreio e Equipamentos Municipais existentes por Freguesia



Fonte: CMS - DCUL

Salientamos que, a grande maioria de equipamentos culturais de recreio e de lazer, cerca de 57 num total de 91 são **salas polivalentes de propriedade associativa**, que se adaptam a qualquer e a quase todos os tipos de actividade cultural. No que respeita a **auditórios de raiz quer de propriedade associativa quer municipais**, em todo o Concelho, apenas existem 14, e **Espaços Municipais**, entre museus, galerias, bibliotecas, casas da cultura, centros culturais e auditórios, existem 16 em todo o Concelho de Sintra, sendo que o Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, tem 1 auditório e 1 sala polivalente, a Casa da Cultura de Mira Sintra, tem 1 auditório e 2 salas polivalentes, a Vila Alda tem 1 sala polivalente e o Centro Cultural Olga Cadaval tem 2 auditórios.

Gráfico 21 – Equipamentos Culturais d e Recreio e Lazer no concelho de Sintra



Fonte: CMS - DCUL

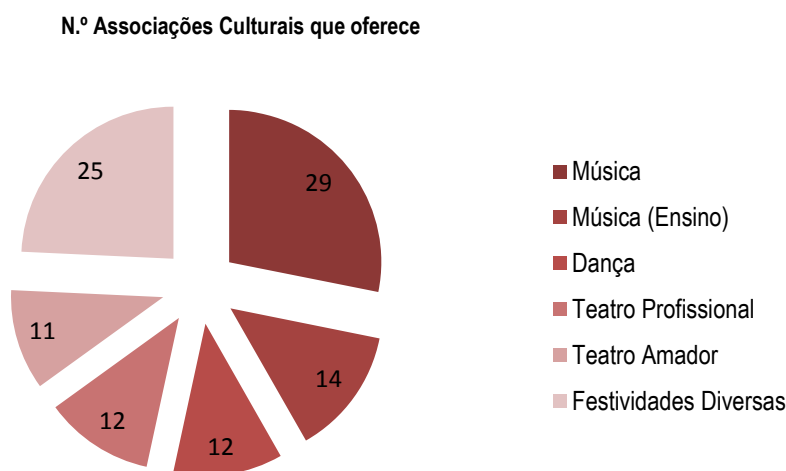
Por último, podemos verificar na seguinte tabela, quais os tipos de oferta cultural no que respeita às associações de cultura e recreio, de **propriedade associativa**.

Quadro 64 – Valências Culturais – Quadro resumo

Valências Culturais	N.º Associações Culturais que oferece
Música (Banda Filarmónica, Orquestra Ligeira; Grupos Corais; Grupos de Música Popular Tradicional, Grupos de Música Clássica)	29
Música (Ensino)	14
Dança (Folclore, Contemporânea, Recreação histórica)	12
Teatro Profissional	12
Teatro Amador	11
Festividades Diversas (Baile da Rainha, Marchas Populares, Carnaval, Festivais de Folclore, Encontro de Coros, Bailes, Workshops, entre outros)	25

Fonte: CMS - DCUL

Gráfico 22 – Tipologia de Valências Culturais



Fonte: CMS - DCUL

Podemos verificar da análise da tabela e gráfico, referentes à tipologia de valências culturais, oferecidas pelas associações de cultura e recreio, de **propriedade associativa**, que a mesma é bastante diversificada, destacando-se a oferta na área da música e do seu ensino, bem como dos festejos tradicionais.

5.2 EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE RECREIO E LAZER MUNICIPAIS

Casa da Cultura de Mira Sintra

A Casa da Cultura de Mira Sintra é um espaço vocacionado para acolher as mais variadas manifestações culturais, tais como: espetáculos de música, dança e teatro, exposições, conferências, ateliês e workshops, entre outros eventos de natureza análoga.

Assim, com o intuito de promover e incentivar a atividade cultural no concelho, este equipamento municipal continua a ser palco de vários espetáculos para públicos de todas as idades.

- Átrio
- Espaço Internet
- Leitura de Periódicos
- Serviço de Leitura
- Salas Multiusos
- Sala Polivalente / Auditório (143 pessoas lugares sentados)



Auditório Municipal António Silva

O Auditório Municipal António Silva é uma sala de espetáculos polivalente, no entanto está especialmente **vocacionado para espetáculos de teatro, música e dança**



Possui um palco com 9m largura por 8m profundidade e 4,5m de altura, dois camarins com capacidade para oito pessoas e instalações sanitárias.

A sala tem uma plateia com 188 lugares (dois reservados para cadeiras de rodas).

O seu equipamento de som é composto por uma mesa de mistura digital, com trinta e dois canais e com uma potência de 1.200 WRMS de amplificação, um mini disk e um leitor de CD'S.



No que se refere a equipamento de luminotecnica, o mesmo consta de uma caixa com 7 dimmers e com 2x6 canais, com 3.000W de potência por canal e de uma mesa de mistura com 48 canais.

A sala deste Auditório possui, ainda, projetor de vídeo e projetor de cinema com som estéreo e tem ar condicionado e sistema de alarme.

Museu de História Natural de Sintra – Coleção Miguel Barbosa

Missão: O Museu de História Natural de Sintra tem por missão a investigação, preservação, conservação, documentação, valorização, divulgação, aquisição e difusão dos testemunhos materiais atinentes à vida na terra, com o objetivo de construir e transmitir uma memória da história da terra primitiva e da evolução da vida.

Principais Coleções: Paleontologia, Mineralogia, Malacologia, Petrografia e Entomologia.

Valências | Serviços: Serviço Educativo, Loja, Sala Polivalente, Sala de Exposições Temporárias, Serviço de Documentação e Jardim.



Casa-Museu de Leal da Câmara

Missão: A Casa-Museu de Leal da Câmara, tem por missão a investigação, conservação, documentação, valorização, divulgação, aquisição e difusão dos testemunhos materiais e orais atinentes à vida e à obra de Mestre Leal da Câmara, numa perspetiva geral, com o objetivo de construir e transmitir uma memória correta de um brilhante percurso humanista e artístico de vida, para fins de estudo, educação e fruição.

Principais Coleções: Caricatura, Pintura, Desenho, Mobiliário, Tecidos, Fotografia, Azulejos e Documentação.

Valências | Serviços: Serviço Educativo, Sala Multiusos, Sala de Exposições Temporárias, Serviço de Documentação, Núcleo dos Saloios (pólo museológico) e Jardins.



Museu Anjos Teixeira

Missão: O Museu Anjos Teixeira tem por missão a investigação, conservação, documentação, valorização, divulgação, aquisição e difusão dos testemunhos materiais e orais atinentes às vidas e às obras dos Mestres Escultores contemporâneos Artur Gaspar dos Anjos Teixeira e Pedro Augusto dos Anjos Teixeira (pai e filho), numa perspetiva geral, com o objetivo de construir e transmitir uma memória correta de dois brilhantes percursos artísticos de vida, para fins de estudo, educação e fruição.



Principais Coleções: Escultura, Desenho, Pintura, Fotografia, Medalhística e Documentação.



Valências | Serviços: Serviço Educativo, Sala Polivalente, Serviço de Documentação e Jardins.

Museu Ferreira de Castro

Tipologia: Museu de Literatura.

Missão: O Museu Ferreira de Castro tem por vocação a preservação, conservação, investigação, valorização e divulgação do vasto espólio castriano, para fins de estudo, educação e lazer, assentando esse labor na sua exposição permanente, centro de documentação, publicações, conferências, clube de leitura e atividades temporárias (exposições temáticas e parcerias com outras instituições), sendo que a sua área temática do Museu Ferreira de Castro se prende com a vida e a obra do escritor e, ainda, com a literatura, com a história e com a cultura do século XX.



Principais Coleções: Livros, Fotografia, Manuscritos, Pintura, Desenho e Periódicos.

Valências | Serviços: Serviço Educativo, Auditório, Serviço de Documentação e Jardins.



Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Missão: O Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas tem por missão a investigação, preservação, conservação, documentação, valorização, divulgação, aquisição e difusão dos testemunhos arqueológicos do concelho de Sintra.

Principais Coleções: Arqueologia (pré-história e períodos: pré-clássico, clássico – etrusco e romano – medieval, moderno e contemporâneo), numismática, cerâmica, utensilagem lítica, artefactos metálicos, vidros, materiais osteológicos e orgânicos.

Valências | Serviços: Museu, Biblioteca, Auditório, Serviço Educativo, Sala Polivalente, Ruínas e Jardins.



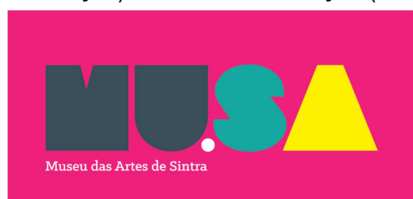
MU.SA – Museu das Artes de Sintra.

Missão: O MU.SA tem por missão a exposição das obras de arte pertencentes à Coleção de Arte Contemporânea Municipal; a exposição e divulgação dos trabalhos de artistas na Galeria Municipal de Arte e a exposição e divulgação de trabalhos de artistas emergentes no LabArt. Em simultâneo pretende valorizar e divulgar o vasto espólio artístico municipal, para fins de estudo, educação e lazer. A Livraria Municipal dispõe do maior acervo bibliográfico sobre temática sintrense existente.



Principais Coleções: Pintura, Escultura, Desenho, Fotografia, Tapeçaria, Medalhística e Instalação.

Valências | Serviços: Museu, Galeria Municipal de Arte, Livraria Municipal, Serviço Educativo (em construção) zona de Restauração (em formação) e Jardins.

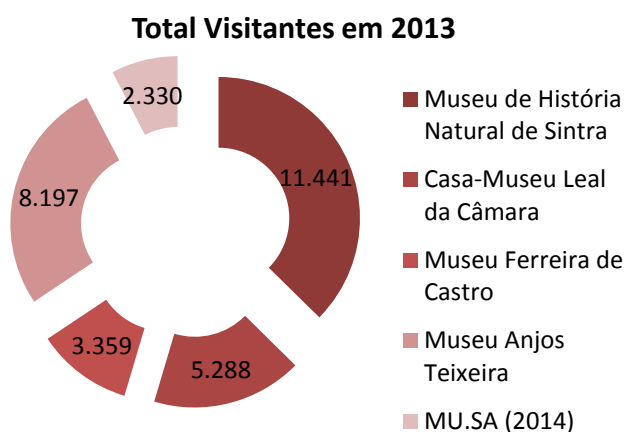


Quadro 65 – Museus Municipais e Total de visitantes

Museus Municipais de Sintra – Visitantes 2013	
Museus Municipais	Total Visitantes
Museu de História Natural de Sintra	11.441
Casa-Museu Leal da Câmara	5.288
Museu Ferreira de Castro	3.359
Museu Anjos Teixeira	8.197
MU.SA (inaugurado em maio de 2014)	2.330
Total 2013	30.615

Fonte: CMS - DCUL

Gráfico 23 – Museus Municipais e Total de visitantes



Fonte: CMS - DCUL

Vila Alda

A Vila Alda é um edifício no bairro da Estefânea, em Sintra, que foi recuperado para ser a casa do elétrico. Isto porque este transporte centenário tem aqui ao lado a última paragem, vindo da Praia das Mações.



A Vila Alda tem funcionado também como um Centro de Cultura, propôs-se a diversificar a oferta das suas atividades de forma a abranger o maior número de visitantes, sem descurar a qualidade, promovendo eventos que compreendessem, desde a população idosa à infantil, passando por adultos e jovens; para este efeito, variou-se nas temáticas dos diversos eventos, recebendo debates, palestras, ações de carácter social, poesia, teatro feiras de artesanato e do livro, tentando assim, abranger quer a população mais urbana quer a população mais rural e as várias faixas etárias que as compõe promovendo espetáculos e organizando exposições.



A Vila Alda é constituída por uma sala de exposições no piso dois e no piso zero polivalente; na entrada da Vila Alda existe o atendimento aos visitantes.

Biblioteca Municipal de Sintra – Casa Mantero

Nº de Lugares – 160 lugares. Nº de Postos de Atendimento – 6

Nº de Livros – 90.000 volumes de monografias, distribuídos pelas Bibliotecas Infantil, Juvenil, Adultos, Núcleo de Braille e pelo Núcleo de Reservados, com documentos de elevado valor patrimonial e bibliográfico, para além de um fundo documental de audiovisuais com cerca de 4.500 documentos.

Possui Catálogo Bibliográfico informatizado em rede com os seus 3 pólos: Agualva - Cacém; Tapada das Mercês e Queluz.

Valências:

Leitura de Presença com livre acesso às estantes, Empréstimo Domiciliário, Espaço Infanto-Juvenil, Bebéteca, Setor de Periódicos, Setor Multimédia Internet, Núcleo de Braille, Serviços de leitura especiais para Deficientes visuais, Reprografia, Gabinetes de Estudo, Acesso para deficientes.

Núcleo de História Local e Regional (Sintriana), Acervo documental de Camilo Castelo Branco (Biblioteca Camiliana de Sintra), Fundo Antigo, Espólios (Vera Jane, Oliva Guerra, Ângelo Costa Cabral, Rodrigo Castro Pereira, Francisco Costa)

Animação do Livro e da Leitura (Visitas guiadas, contos/ateliers e parcerias com Escolas). Bar, Casa de Chá, jardim e Galeria de Exposições.



Biblioteca Municipal de Sintra – Pólo de Aqualva-Cacém

Nº de Lugares – 100 lugares. Nº de Postos de Atendimento – 2

Nº de Livros – 16833 de monografias.

Valências:

Leitura de Presença com livre acesso às estantes, Empréstimo Domiciliário, Atendimento personalizado, Espaço Infanto-Juvenil, Setor de Periódicos, Setor Multimédia, Internet, Reprografia, Acesso para deficientes.

Animação do Livro e da Leitura (Visitas guiadas, contos/ateliers e parcerias com Escolas).



Biblioteca Municipal de Sintra – Pólo da Tapada das Mercês

Nº de Lugares – 102 lugares. Nº de Postos de Atendimento – 1

Nº de Livros – 16472 de monografias.

A Biblioteca Municipal da Tapada das Mercês foi inaugurada a 23 de Abril de 1998.

Valências:

Leitura de Presença com livre acesso às estantes, Empréstimo Domiciliário, Atendimento personalizado, Espaço Infanto-Juvenil, Setor de Periódicos, Setor Multimédia, Internet, Reprografia, Acesso para deficientes.

Animação do Livro e da Leitura (Visitas guiadas, contos/ateliers e parcerias com Escolas).



Biblioteca Municipal de Sintra – Pólo de Queluz Ruy Belo

Nº de Lugares – 98 lugares. Nº de Postos de Atendimento – 3

Nº de Livros – 9938 de monografias.

Valências:

Leitura de Presença com livre acesso às estantes, Empréstimo Domiciliário, Atendimento personalizado, Espaço Infanto-Juvenil, Setor de Periódicos, Setor Multimédia, Internet, Reprografia, Acesso para deficientes, Sala Polivalente.

Atuação do Livro e da Leitura (Visitas guiadas, contos/ateliers e parcerias com Escolas).

Quadro 66 – Bibliotecas Municipais e Total de utilizadores

Bibliotecas Municipais de Sintra – Utilizadores 2013	
Bibliotecas Municipais	Total Utilizadores
Biblioteca Municipal de Sintra – Casa Mantero	106.225
Biblioteca Municipal de Sintra – Pólo do Cacém	44.984
Biblioteca Municipal de Sintra – Pólo das Mercês	25.470
Biblioteca Municipal de Sintra – Pólo de Queluz/Ruy Belo	52.128
Total 2013	228.807

Fonte: CMS - DCUL

Gráfico 24 – Bibliotecas Municipais e Total de utilizadores



Fonte: DCUL

Apoio Técnico Prestado à Rede de Bibliotecas Escolares de Sintra

As Bibliotecas Municipais apoiam as Bibliotecas Escolares desde 2006, tendo de 2006 a 2010 apoiado cerca de 10 escolas com o tratamento documental de cerca de 37.910 documentos.

De 2011 a junho de 2013 apoiou-se 6 escolas com cerca de 15.207 documentos tratados.

De setembro de 2013 a maio de 2014 deu-se apoio a 3 escolas com 8.640 documentos tratados.

Estão previstas para 2014-2015 as Escolas EB1 Casal de Cambra nº 2 e EB1 Fitares

As Bibliotecas Municipais apoiaram desde 2006 até à data 19 escolas com 61.757 documentos tratados.

Galerias Municipais de Sintra e Espaços de Exposição

Existem ainda **duas Galerias Municipais de Sintra e Espaços de Exposição**, instaladas no MU.SA – Museu de Artes de Sintra e na Biblioteca Municipal de Sintra – Casa Mantero, cuja missão é a exposição e divulgação das artes contemporâneas dos trabalhos de artistas plásticos nas áreas da Pintura, Escultura, Desenho, Fotografia, Tapeçaria, Medalhística e Instalação.



Centro Cultural Olga Cadaval

O Centro Cultural Olga Cadaval engloba um conjunto de salas, áreas de apoio e espaços técnicos. Todo o conjunto se articula em função das duas salas principais: o **Auditório Jorge Sampaio** (Grande Auditório) com uma lotação total de 967 lugares, o **Auditório Acácio Barreiros** (Pequeno Auditório), com uma lotação de 272 lugares; a Sala de Ensaios e ainda um conjunto de 4 camarins coletivos e 6 camarins individuais que, no total permitem receber cerca de 172 artistas em simultâneo. Está prevista também a possibilidade de funcionamento autónomo das duas salas, dispondo cada uma delas de infra-estruturas, foyers, bares e espaços de apoio técnico independentes.

Em 2013, realizaram-se 214 espetáculos totalizando 33.693 espetadores (6.979 convites + 26.714 vendas), bem como 32 eventos / alugueres



Coletividades de Cultura e Recreio

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AGUALVA E MIRA SINTRA

Sociedade Filarmónica de Mira Sintra

ALGUEIRÃO – MEM MARTINS

Associação *Danças com História*

Associação Coral de Sintra

Associação Cultural Bica Teatro

Associação Cultural *teatromosca*

Associação Juvenil Utopia Teatro

Associação Grupo Folclórico Danças e Cantares *As Florinhas do Alto Minho*

Byfurcação – Associação Cultural e Juvenil

Centro Cultural e Recreativo de Mem Martins

Grupo Desportivo de Sacotes

Mem Martins Sport Clube

Progresso Clube

Simple Partilha – Associação Cultural

Recreios Desportivos do Algueirão

Sintra Estúdio de Ópera - Associação Cultural

Teatro Tapafuros

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMARGEM DO BISPO, PERO PINHEIRO E MONTELAVAR

Casa das Cenas – Educação pela Arte

Centro de Recreio Popular e Cultura Musical de D. Maria

Grupo Folclórico *Os Camponeses* de D. Maria

Liga dos Amigos de Covas de Ferro

Sociedade Recreativa “Os Bem Entendidos” de Albogas

União Desportiva e Recreativa Sabuguense

Clube Recreativo Império de Anços

Sociedade Filarmónica Boa União Montelavareense

Sociedade Filarmónica Recreativa de Pero Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE QUELUZ E BELAS

Associação de Proprietários e Moradores da Serra da Silveira

Associação Cultural e Recreativa da Serra do Casal de Cambra

Associação Cultural e Recreativa de Rio de Mel

Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Belas

Grupo Bandolinista 22 de Maio de 1925

Recreios da Venda Seca

Associação O Mirante de Queluz Cultura e Desporto

Ginásio Clube de Queluz

Grupo Coral de Queluz

Liga dos Amigos de Queluz

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CACÉM E SÃO MARCOS

Associação Juvenil Rostos Cobertos (Valdevinos - Teatro de Marionetas)

Associação Sócio-Cultural do Bairro Alegre

Grupo Coral Alentejano “Os Populares do Cacém”

Grupo de Artistas Vale de Eureka

Lua Singular – Associação Cultural

COLARES

Ardecoro - Associação Cultural

Banda dos Bombeiros Voluntários de Colares

Centro Educativo, Desportivo, Cultural e Recreativo das Azenhas do Mar

Clube Recreativo da Praia das Mações

Sociedade Recreativa e Musical de Almoçageme

Tuna Euterpe União Penedense

União Mucifalense - Sociedade Desportiva e Recreativa

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MASSAMÁ E MONTE ABRAÃO

Banda Filarmónica da Cidade de Agualva-Cacém

FilarmóniArtes

Grupo Coral Infanto-Juvenil “Sementinhas”

Grupo Coral Encontro de Queluz

Grupo Teatrosfera

Sociedade Filarmónica de N. Srª da Fé do Monte Abraão

Academia de Música do Monte Abraão – Associação

RIO DE MOURO

Associação do Grupo de Bombos das Mercês

Conservatório de Música de Sintra, Associação de Música e Dança

Grupo Folclórico e Cultural da Rinchoa – Sintra

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. JOÃO DAS LAMPAS E TERRUGEM

Caminho Sentido – Associação Cultural

Grupo União Recreativo e Desportivo M.T.B.A.

Sociedade Filarmónica União Assaforense

Sociedade Recreativa Desportiva e Familiar de S. João das Lampas

União Recreativa e Desportiva de Fontanelas e Gouveia

Rancho Folclórico Os Canteiros de Vila Verde

Sociedade Filarmónica Instrução e Recreio Familiar de Lameiras

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SINTRA (STA MARIA E S MIGUEL, S. MARTINHO E S. PEDRO DE PENAFERRIM)

Alagamares – Associação Cultural

Grupo Desportivo e Cultural de Galamares

Sociedade União Sintrense

União Desportiva e Cultural de Nafarros

Sociedade Filarmónica Os Aliados

Sociedade Filarmónica União 1º Dezembro

Associação Cultural, Social e Recreativa de Cabriz

Casa do Concelho de Resende

Centro de Cultura e Desporto Sintrense

Chão de Oliva – Centro de Difusão Cultural em Sintra

Companhia de Dança Contemporânea de Sintra

Reflexo – Associação Cultural e Teatral

Sporting Clube de Lourel

Sociedade Tuna Operária de Sintra

Voando em Cynthia, Associação Cultural

Musgo Amarelo – Associação

Em suma, a existência de 80 associações de cultura e recreio, de **propriedade associativa** demonstra um vasto e enraizado movimento associativo no Concelho de Sintra, que se caracteriza por ser **um dos mais ricos do país**, ao nível do associativismo cultural quer amador, quer profissional.

Assim sendo, o movimento associativo desempenha um **papel fundamental na sociedade**, pois a sua existência pressupõe o cruzamento, a partilha e a conjugação de saberes e experiências, de conhecimentos construídos através da transmissão de emoções, que se traduzem num **legado eterno e fundamental para a manutenção do património imaterial coletivo**.

Os grandes objetivos do trabalho desenvolvido pela Edilidade com as coletividades de cultura e recreio e com as estruturas profissionais do Concelho de Sintra, são a descentralização e a dinamização cultural do Concelho, visando o colmatar das dificuldades financeiras, com vista à criação de sinergias entre as instituições e o Município.

Assim, o trabalho desenvolvido por esta Unidade Orgânica reveste-se de extrema importância, uma vez que para além de ser muito **abrangente no seu objeto**, através do apoio ao universo das **80 associações distribuídas no espaço por todo o concelho de Sintra**, também **preserva, dinamiza e divulga a tradição e a cultura popular** do Concelho de Sintra

Apesar da Autarquia apenas ser de detentora de apenas 18% do total dos equipamentos de culturais de recreio e lazer, os Museus Municipais são visitados por cerca de 31.000 pessoas por ano e as Bibliotecas Municipais têm cerca de 230.000 utilizadores por ano.

Verificamos ainda que, os equipamentos municipais estão distribuídos cerca de metade em zona urbana e a outra metade em zona rural, havendo uma grande concentração dos mesmos nas freguesias do Centro Histórico.

Por fim, importa realçar que, apesar dos fortes constrangimentos orçamentais e financeiros dos últimos anos, a Autarquia tem feito não só um esforço de manutenção e dinamização dos espaços culturais existentes, como também tem investido na construção de novos equipamentos culturais, nomeadamente com a construção da Casa da Cultura de Mira Sintra, inaugurada em junho de 2008 e com a inauguração do renovado MU.SA – Museu de Artes de Sintra no dia 17 de Maio de 2014.

CAPÍTULO 6

6. SEGURANÇA PÚBLICA

6.1 POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

A reorganização administrativa das freguesias foi estabelecida através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais de acordo com os princípios, critérios e parâmetros definidos na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, com as especificidades previstas na Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2007, de 19 de março, procedeu ao ajustamento dos dispositivos territoriais de modo a limitar as freguesias partilhadas entre as duas forças de segurança.

Traçado este enquadramento legal, a GNR tem a seu cargo a área de intervenção constituída pela união das freguesias de Sintra (que integra as freguesias de Santa Maria e São Miguel, São Martinho, e São Pedro de Penaferrim), a freguesia de Colares, a união das freguesias de São João das Lampas e da Terrugem, e a união das freguesias de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro.

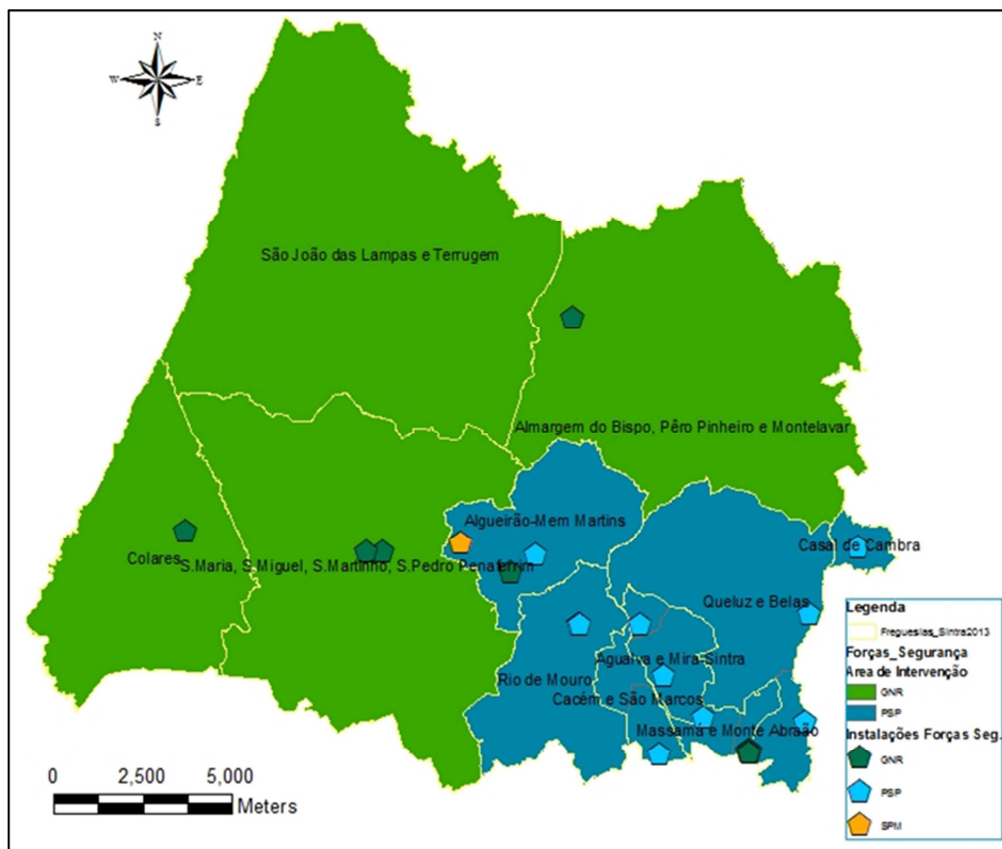
Além dos postos territoriais, esta força ainda está representada no concelho com o Destacamento Territorial de Sintra, o Subdestacamento Territorial de Sintra, o Destacamento de Intervenção de Lisboa, a Unidade Nacional de Trânsito, o 1º Destacamento de Ação Conjunta, o Pelotão de Detecção Cinotécnica e a Escola da Guarda.

A PSP ficou com a responsabilidade exclusiva pelas freguesias mais urbanas de Algueirão Mem Martins, Rio de Mouro, Casal de Cambra, união das freguesias do Cacém e São Marcos, união das freguesias de Agualva e Mira Sintra, união das freguesias de Massamá e Monte Abrão, e união das freguesias de Queluz e Belas.

Além das esquadras, a PSP também se faz representar pela Divisão Policial de Sintra, a Unidade Especial de Polícia que integra o Corpo e Intervenção, o Grupo de Operações Especiais, o Corpo de Segurança Pessoal, o Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo, e o Grupo Operacional Cinotécnico.

A maioria dos terrenos/instalações destinados às forças de segurança são propriedade privada do município.

Figura 4 - - Localização e Área de Intervenção das Forças de Segurança



Fonte: CMS - DPMF

6.2 SERVIÇO DE POLÍCIA MUNICIPAL

A Lei 140/99, de 28 de agosto veio estabelecer o regime e forma de criação de polícias municipais. Estas são serviços municipais especialmente vocacionados para o exercício de funções de polícia administrativa, com as competências, poderes de autoridade e inserção hierárquica definidos naquela lei.

O Regulamento da Polícia Municipal de Sintra, publicado pelo Aviso nº 4006/2001 (2ª série), Apêndice de 16 de maio de 2001 na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº 134/2000, publicada em Diário da República de 13 de outubro de 2000, que ratificou a deliberação da Assembleia Municipal de Sintra de 17 de abril de 2000, veio criar o Serviço de Polícia Municipal de Sintra.

Através da criação de um corpo de Polícia Municipal em Sintra, ficou a Câmara com uma disponibilidade para uma resposta mais rápida e eficaz, a diversos níveis, designadamente no que à prevenção diz respeito.

Sendo que entre as muitas competências confiadas à Polícia Municipal de Sintra se encontram, diversos domínios, desde o urbanismo, à construção, à defesa e proteção dos recursos cinegéticos, do património cultural, da natureza e do ambiente, à fiscalização do estacionamento, à vigilância dos espaços públicos designadamente nas áreas circundantes de escolas e edifícios públicos, ressalta claro o quão importante ser para a segurança e bem-estar dos munícipes de Sintra, a criação da Polícia Municipal.

6.3 PROTEÇÃO CIVIL

6.3.1 CORPOS DE BOMBEIROS

No Concelho de Sintra existem nove Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, cada uma delas é detentora de um Corpo de Bombeiros.

Os recursos humanos afetos a cada corpo de bombeiros são constituídos por pessoal assalariado e complementado por pessoal voluntário.

Do pessoal assalariado, 72 homens são comparticipados pela Câmara Municipal de Sintra e pela Administração Central, que constituem os Grupos de Intervenção Permanente, resultado dos protocolos tripartidos celebrados entre estes e as Associações Humanitárias.

Dado que existem nove corpos de bombeiros voluntários no mesmo município, as diferentes áreas de atuação correspondem a uma parcela que coincide, em regra, com uma ou mais freguesias contíguas. Ocorre casos em que as áreas de atuação fixadas não são coincidentes com os limites da freguesia, facto que resulta de acordos antigos e que se mantêm, sendo necessário para assegurar a rapidez e prontidão do socorro.

Ocorre casos em que uma única freguesia existe dois corpos de bombeiros.

As associações de bombeiros são anualmente reforçadas no seu orçamento com apoios financeiros do município, ao abrigo do Programa de Apoio às Associações de Bombeiros Voluntários (PAABV), aprovados em reunião do executivo municipal, direcionados à formação dos recursos humanos, à aquisição de equipamento, no apoio às infraestruturas e na gestão corrente.

Integrado no sistema de defesa da floresta contra incêndios, anualmente, e ao abrigo do protocolo com as Associações de bombeiros de Almoçageme, Colares, São Pedro de Sintra e de Sintra, o Grupo de Proteção e Socorro desenvolve ações de vigilância e primeira intervenção na área da Serra de Sintra.

6.3.2 SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Em 1987 foi aprovada a estrutura e organização dos serviços municipais (DR II SER, 131, 8 de junho), que criou o Serviço Municipal de Proteção Civil em Sintra. Este tomou os primeiros passos com a comissão AD – HOC composta por 2 elementos dos bombeiros e 2 da CVP que a título pessoal realizam reuniões preparatórias.

A Câmara Municipal aprova em 26/07/89 o projeto de organização de um sistema municipal de proteção civil para o concelho de Sintra.

A Lei 65/2007, de 12 de novembro veio definir o enquadramento da proteção civil e do comandante operacional municipal.

A proteção civil municipal é a atividade desenvolvida pela autarquia, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas existentes no município com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

A atividade de proteção civil municipal tem caráter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabendo ao Serviço Municipal de Proteção Civil promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentrada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades responsáveis pela prossecução da mesma atividade ao nível municipal ou níveis territoriais de maior dimensão.

O Serviço Municipal de Proteção Civil apoia o Presidente da Câmara nas suas funções em matéria de proteção civil municipal e desempenha as tarefas que este lhe cometa no âmbito do planeamento e da coordenação operacional.

O Serviço Municipal de Proteção Civil apoia a Comissão Municipal de Segurança em articulação com o Serviço de Polícia Municipal e Fiscalização.

Sem prejuízo do disposto na Lei de Bases da Proteção Civil, compete em especial, ao Serviço Municipal de Proteção Civil:

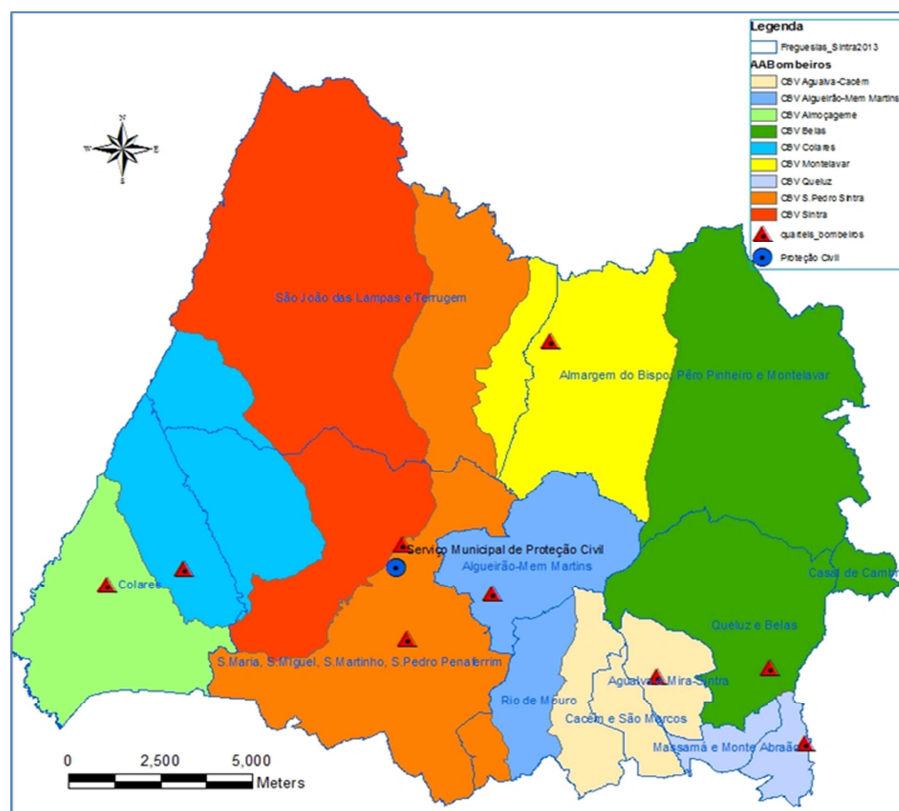
- Assegurar a articulação e colaboração com as estruturas nacionais no âmbito da proteção civil;
- Promover a elaboração de estudos e planos de emergência;
- Promover o levantamento, previsão e avaliação de riscos;
- Apoiar tecnicamente e desenvolver formas de cooperação e apoios de natureza financeira no âmbito do socorro, emergência e proteção civil, em especial com os corpos de bombeiros e as associações humanitárias de bombeiros;
- Articular operacionalmente os agentes de proteção civil do concelho;
- Inventariar os meios e recursos, necessários ao socorro e emergência;
- Fomentar e apoiar atividades em todos os domínios em que se desenvolve a proteção civil;
- Estruturar e enquadrar as redes de voluntariado para a proteção civil ao nível municipal.

A organização estrutural obedece a critérios técnicos e funcionais, dado a natureza da atividade do SMPC, exigindo a intervenção de diversos núcleos funcionais.

Os serviços do SMPC quanto ao exercício da função de proteção e socorro incluem os seguintes núcleos técnicos:

- Núcleo de Planeamento (NPLA);
- Núcleo de Formação e Logística (NFLG);
- Núcleo de Operações de Emergência (NOPE);
- Centro Municipal de Operações de Socorro (CMOS).
- Núcleo de Prevenção de Incêndios Florestais (NPIF).
- Gabinete Técnico Florestal (GTF).

Figura 5 - Localização e Área de Intervenção dos Serviços de Proteção Civil



Fonte: CMS - SMPC

CAPÍTULO 7

7. EQUIPAMENTOS DE JUSTIÇA

Na caracterização deste tipo de equipamentos, e de acordo com a informação recolhida sobre este capítulo é possível indicar os cinco equipamentos de justiça com relevância no concelho e a respetiva localização, conforme Quadro 67.

À exceções do Estabelecimento Prisional da Carregueira, que se situa na União das Freguesias de Queluz e Belas, todos os outros equipamentos, localizam-se na União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Pedro de Penaferrim e São Martinho).

Quadro 67 - Equipamentos de Justiça no Concelho de Sintra

EQUIPAMENTOS	Número	FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO
Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais / Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas (S. Pedro de Penaferrim) Equipa de Lisboa tutelar Educativa 2 e Lisboa penal 3	1	União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Pedro de Penaferrim e São Martinho)	Rua Dr. Higinio de Sousa, 12 São Pedro de Penaferrim
Tribunal de Sintra / Ministério Público Criminal, Família e Menores e Trabalho	1	União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Pedro de Penaferrim e São Martinho)	Palácio da Justiça - Av. General Mário Firmino Miguel, n.º 2 2714-556 Sintra
Estabelecimento Prisional de Sintra	1	União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Pedro de Penaferrim e São Martinho)	Quinta do Bom Despacho 2714-515 Sintra
Estabelecimento Prisional da Carregueira	1	União das Freguesias de Queluz e Belas	Estrada Nacional, 117 2605-Belas
Julgados de Paz	1	União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Pedro de Penaferrim e São Martinho)	Rua Projectada à Avª Dr. Álvaro Vasconcelos, nº 2 A 2710-438 Portela de Sintra
Mediação Familiar	1	União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Pedro de Penaferrim e São Martinho)	Rua Projectada à Avª Dr. Álvaro Vasconcelos, nº 2 A 2710-438 Portela de Sintra

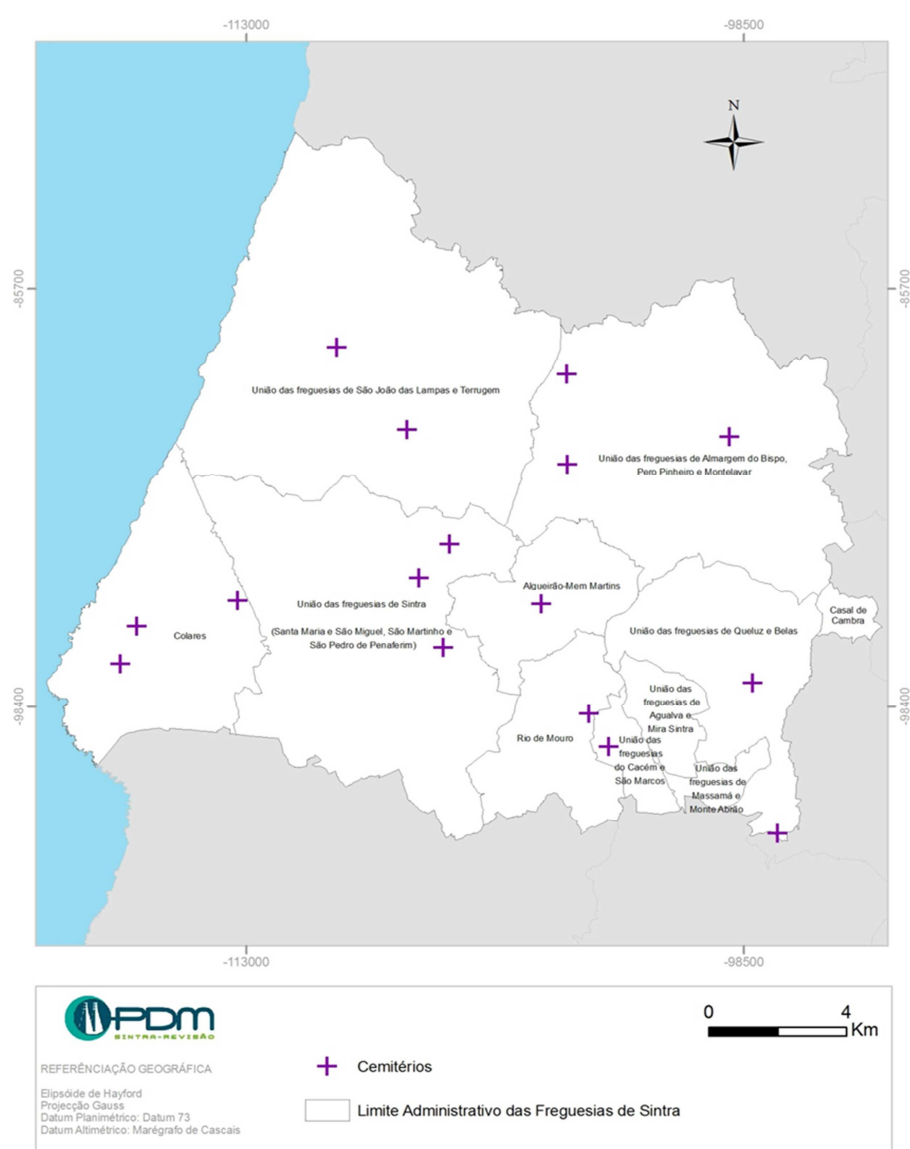
Fonte: CMS/GPDM-DSI

CAPÍTULO 8

8. CEMITÉRIOS

A localização geográfica dos cemitérios distribui-se uniformemente pelo território. É possível verificar na Figura 6 que apenas três freguesias não têm cemitérios, nomeadamente Casal de Cambra, União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e União das Freguesias de Agualva e Mira Sintra.

Figura 6 - Localização dos Cemitérios no Concelho de Sintra



Fonte: CMS/GPDM

Do levantamento efetuado foi possível identificar os 16 cemitérios existentes no concelho de Sintra, pela sua designação, freguesia a que corresponde e localização / morada, conforme Quadro 68.

Pretende-se avaliar a capacidade e a taxa de ocupação dos cemitérios do concelho, em que na capacidade estão incluídas sepulturas, jazigos (capela), jazigos Municipais (gavetões), mausoléus e nichos

Verificou-se que, dos nove cemitérios onde foi possível apurar a respetiva capacidade / taxa de ocupação, o cemitério de Queluz é o que tem a maior capacidade. Relativamente à taxa de ocupação, os valores situam-se acima dos 70% sendo que os cemitérios de Algueirão na freguesia de Algueirão, os cemitérios de Queluz e de Belas na União de Freguesias de Queluz e Belas e o cemitério da Ulgueira na Freguesia de Colares já atingiram o limite máximo de ocupação de (100%).

Também se pode verificar que o cemitério de Pero Pinheiro, apesar de ter pouca capacidade em relação à maioria é o que tem menor taxa de ocupação (31%).

Quadro 68 – Capacidade e taxa de ocupação dos Cemitérios no Concelho de Sintra

Nº	CEMITÉRIOS	FREGUESIA	LOCAL E MORADA	CAPACIDADE (a)	TAXA DE OCUPAÇÃO
1	SÃO MARÇAL	União das Freguesias de Sintra	Avenida da Aviação Portuguesa -Lourel	2.577	80%
2	ALTO CHÃO FRIO	União das Freguesias de Sintra	Estrada da Ericeira - Lourel	4.950	90%
3	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	União das Freguesias de Sintra	Rua Alto da Bonita - Chão de Meninos	1161	98%
4	ALGUEIRÃO	Freguesia de Algueirão - Mem Martins	Estrada do Cemitério - Algueirão	2.050	100%
5	RIO DE MOURO	Freguesia de Rio de Mouro	Rua Marquês de Pombal – Rio de Mouro	?	?
6	AGUALVA - CACÉM	União das Freguesias de Cacém e São Marcos	Estrada de Vale Mourão - Cacém	4.114	98%
7	PAROQUIAL DE QUELUZ	União das Freguesias de Queluz e Belas	Estrada do Cemitério, Serra da Murta - Queluz	9.286	100%
8	PAROQUIAL DE BELAS	União das Freguesias de Queluz e Belas	Rua da Saudade - Belas	3.011	100%
9	SÃO GREGÓRIO	Freguesia de Colares	Rua São Gregório – Colares	1.800	80%
10	ALMOÇAGEME	Freguesia de Colares	Largo Comendador Gomes da Silva - Almoçageme	82	90%
11	ULGUEIRA	Freguesia de Colares	Largo da Igreja - Ulgueira	30	100%
12	PAROQUIAL DA TERRUGEM	União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem	Largo dos Ciprestes – Terrugem	1.227	63,47%
13	S JOÃO DAS LAMPAS	União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem	Rua do Cemitério - S. João das Lampas	2.163	89%
14	MONTELAVAR	União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar	Alto das Mimosas – Montelavar	2567	94%
15	ALMARGEM DO BISPO	União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar	Largo do Cemitério - Almargem do Bispo	2618	73%
16	PERO PINHEIRO	União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar	Rua dos Arcos - Morelena	622	31%
Fonte: CMS - GPDM					

CAPÍTULO 9

9. MERCADOS E FEIRAS

No âmbito da económica integram-se os mercados municipais e as feiras. Os mercados municipais constituíram durante a década de 80 e 90 o principal polo de abastecimento das populações. Aliás o maior número de equipamentos edificados em Sintra, tenha ocorrido na década de 90 (Quadro 69). Foi a fase de grande expansão, somente travada com o surgimento dos novos formatos comerciais dos centros comerciais, hipermercados e supermercados.

As feiras mantiveram o seu auge durante estas décadas, mas a requalificação dos espaços que estes eventos ocupavam, não tiveram em linha de conta a sua manutenção, acabando por fazer extingui-las, veja-se a exemplo a centenária feira de Agualva, hoje praticamente inexistente.

9.1 MERCADOS MUNICIPAIS

O município de Sintra continua a investir na componente alimentar através dos mercados e feiras. Atualmente existem doze mercados municipais, cuja gestão é efetuada diretamente pelo município, nas seguintes freguesias: Casal de Cambra, Queluz, Agualva, Cacém, Rio de Mouro, Estefânia, Tapada das Mercês, São Carlos, Mucifal, Várzea, Vila de Sintra e Pero Pinheiro.

Quadro 69 – Numero de concessionários por mercado (2000-2012)

Nº	MERCADO	Ano/Construção
1	Vila de Sintra	1894
2	Estefânia	1951
3	Queluz	1959
4	São Carlos	1990
5	Cacém	1991
6	Rio de Mouro	1993
7	Mucifal	1993
8	Tapada das Mercês	1994
9	Casal de Cambra	1996
10	Várzea de Sintra	1997
11	Mira-Sintra	1997 *
12	Agualva	2000
13	Pero Pinheiro	2013

Obs. * Mercado encerrado ao público em 2010

Fonte: CMS- GLAE

Quadro 70 – Numero de concessionários por mercado (2000-2013)

MERCADO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
QUELUZ	52	51	51	51	50	49	49	45	44	42	40	37	35	32
CASAL DE CAMBRA	20	20	17	17	17	17	17	16	16	16	16	16	14	13
AGUALVA	77	75	73	72	74	71	66	66	66	51	51	54	52	47
CACÉM	38	38	38	38	38	38	38	37	37	37	37	34	28	36
RIO DE MOURO	34	36	34	34	35	35	35	24	33	29	23	24	25	25
ESTEFÂNIA	65	64	63	61	59	50	44	44	46	43	32	39	29	27
TAPADA DAS MERCÊS	26	17	17	17	16	16	15	15	15	12	11	8	6	7
S. CARLOS	19	19	20	19	14	19	19	13	13	10	9	9	8	6
MUCIFAL	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	8	6	6	4
VÁRZEA	5	5	5	6	6	6	8	8	8	8	7	7	7	6
PERO PINHEIRO	MERCADO ABRIU EM 7 DE DEZEMBRO 2013													11

Fonte: CMS

9.2 FEIRAS

Em Sintra encontram-se em funcionamento um conjunto de feiras onde se realiza a venda a retalho de produtos alimentares e não alimentares. Com exceção de três feiras, Tapada das Mercês, Cacém e Mercado de Produtores de Sintra, cuja gestão é efetuada diretamente pelo Município, as restantes feiras são da gestão das Juntas de Freguesia.

Em virtude das recentes alterações legislativas ocorridas por via da publicação do DL 23/2013, de 12 de abril, o regime de instalação de feiras tornou-se bastante mais simplificado, permitindo que entidades privadas (com CAE adequado) possam realizar em espaço público, feiras destinadas à venda a retalho, bastando para tal, que em instrumento de ordenamento do território se encontre definido como espaço adequado.

Deste modo, e considerando que o próprio legislador considera estas actividades como um polo potenciador de emprego e de competitividade, urge garantir que os instrumentos de gestão territorial definam zonas, dotadas de infra-estruturas de conforto (água, electricidade, wc's, estacionamento) para o seu posterior funcionamento.

Quadro 71 – Numero de concessionários por mercado (2000-2012)

Freguesia	Localização	Periodicidade	Horário de funcionamento	Entidade gestora
Algueirão-Mem Martins	Rua Padre Alberto Neto	Sábado	7H às 13H00	Câmara Municipal de Sintra
	Estrada de Mem Martins, n.º 199/201	Quarta- feira Sábado	7H às 13H00	Célia Maria Simões Pedro e Outros
União das freguesias do Cacém e São Marcos	Cruzamento da Rua de Cabo Verde com a Avenida Dr. Miguel Freire da Cruz	Domingo	7H às 13H00	Câmara Municipal de Sintra
Colares	Largo Comendador Gomes da Silva	5ªs Feiras 3ºs Domingos cada mês	8H00 às 13h00	Junta de Freguesia de Colares
União das freguesias de Massamá e Monte Abraão	Rua Casal do Olival	3.ª Feira a Domingo	7h00 às 14H00	União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão
	Parque de Estacionamento da EMES	Sábado	8h00 às 17H00	
União das freguesias de Aqualva e Mira-Sintra	Rua 1º de Maio	Semanal (6ª feira)	8H às 13H	União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra
	Rua Almada Negreiros	Sábado	8h00 - 13h00	
	Alto de Colaride	Domingo		
União das freguesias de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro	Alameda D. Afonso Henriques	Diária 3ª a 6ª feira	8H00 às 13H00	União das Freguesias
	R. Casal dos Ossos – Logradouro Edifício Multiusos	3ª, 6ª e Sábados	8H às 13H	
Parque de Vendas da Serra das	Rua Vitorino Nemésio	Semanal	7h00 às 14h00	Junta de Freguesia de Rio de Mouro

Minas				
Mercado de Produtores de Sintra	Rua Capitão Mário Alberto Pimentel	3ª Feira 6ª Feira Sábado	5h00 – 14h00	Câmara Municipal de Sintra
União das freguesias de Sta Maria, S.Martinho e S. Pedro	Rua Capitão Mário Alberto Pimentel	3ª Feira 6ª Feira Sábado	7h00 – 13h00	União de Freguesias de Sintra
	Largo D. Fernando II, Largo D. Manuel Arriaga	Quinzenal (2ºs e 4ºs domingos) Exceção do dia 14/09/2014	04h30 – 18h00	
União das freguesias S. João das Lampas e Terrugem	Espaço Multiusos em S. João das Lampas	Mensal 1.º Domingo de cada mês	08h0 às 19h	União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem
	Campo de Futebol	Mensal 3.º Domingo (quando os meses têm 5 semanas realiza-se também no 5º Domingo)	08h00 – 19h00	União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

Fonte: CMS - GLAE

O diagnóstico ora realizado, retrata a realidade em termos de mercados e feiras no município de Sintra. Todavia, a sua construção nem sempre foi realizada em interligação com os instrumentos de gestão territorial. Apesar de outros factores determinantes, a localização dos mercados nos centros das cidades e vilas, é claramente um denominador de procura destes equipamentos. De igual modo, apresenta-se de todo relevante, que a avaliação dos novos pedidos de instalação de grandes superfícies comerciais seja efectuada atendendo aos equipamentos existentes, não devendo a sua avaliação ser efectuada apenas do ponto de vista urbanístico, mas sim por equipas multidisciplinares dotadas de diversas áreas do saber.

Creemos que este trabalho deverá ser completado com um levantamento exaustivo de todas as estruturas integradas no sistema alimentar do concelho e sua localização em SIG, bem como, com a inserção em SIG dos equipamentos “mercados e feiras”.

De igual modo, para efeitos de revisão do PDM deverão ser garantidos:

Espaços para promoção/desenvolvimento agrícola – onde seja possível implementar medidas de apoio à agricultura. O novo quadro estratégico de apoio (QREN) definiu as freguesias de São João das Lampas e Terrugem como territórios elegíveis para fundos comunitários, sobretudo nas áreas agrícolas.

Requalificação/adaptação dos mercados da Estefânea e Vila de Sintra, numa perspectiva turística e de valorização do eixo Vila – Estefânea e da sua integração no PDM como medida estratégica.

Definição dos critérios de localização e distribuição das áreas comerciais e de serviços, em sede dos instrumentos de gestão territorial

Delimitação clara de espaços para atividades económicas e comerciais mais qualificadas com definição das normas e metodologias de valorização para avaliação dos projectos a apresentar pelos diversos promotores.

CAPÍTULO 10

10. ESPAÇO PÚBLICO

O espaço público desempenha funções essenciais na cidade, relacionando-se com a qualidade de vida (um dos pilares da sustentabilidade) e com processos identitários (enraizamento das populações aos lugares), sendo essencial na ligação dos vários espaços que compõem a cidade (redes) como na criação de acontecimentos que enriquecem a vivência dos cidadãos e compõem o cenário da paisagem urbana.

Apesar de não ser possível num concelho como Sintra fazer a caracterização de todo o espaço público procurou-se fazer uma breve caracterização do espaço público recorrendo aos principais usos que ali ocorrem, às principais morfologias urbanas que se distinguem e, finalmente à caracterização de outras ocorrências pontuais, nomeadamente as que se podem distinguir no concelho por serem exemplos de boas práticas.

Assim, a análise ao espaço público encontra-se dividida em duas partes: os espaços públicos indiferenciados, nos quais se incluem os espaços para a circulação pedonal, automóvel, estacionamento e espaços verdes; e os espaços públicos diferenciados, nos quais se incluem as praças e largos, os jardins e os parques urbanos de maior dimensão. Haverá obviamente outras ocorrências, sendo o que importa ao nível do concelho (PDM) será a caracterização breve e expedita deste tema, havendo lugar para a caracterização mais aprofundada deste tema ao nível da elaboração de outros planos municipais de ordenamento do território (planos de urbanização e planos de pormenor), e de estudos urbanos (nomeadamente os orientados para a reabilitação urbana).

10.1. COMPOSIÇÃO GENÉRICA

Conforme referido, são espaços públicos correntes ou indiferenciados, os espaços afetos à circulação automóvel, à circulação pedonal, ao estacionamento de veículos e aos espaços verdes. São correntes e indiferenciados porque ocorrem necessariamente em qualquer tecido urbano, sendo que o que varia é a afetação destes espaços no conjunto da malha.

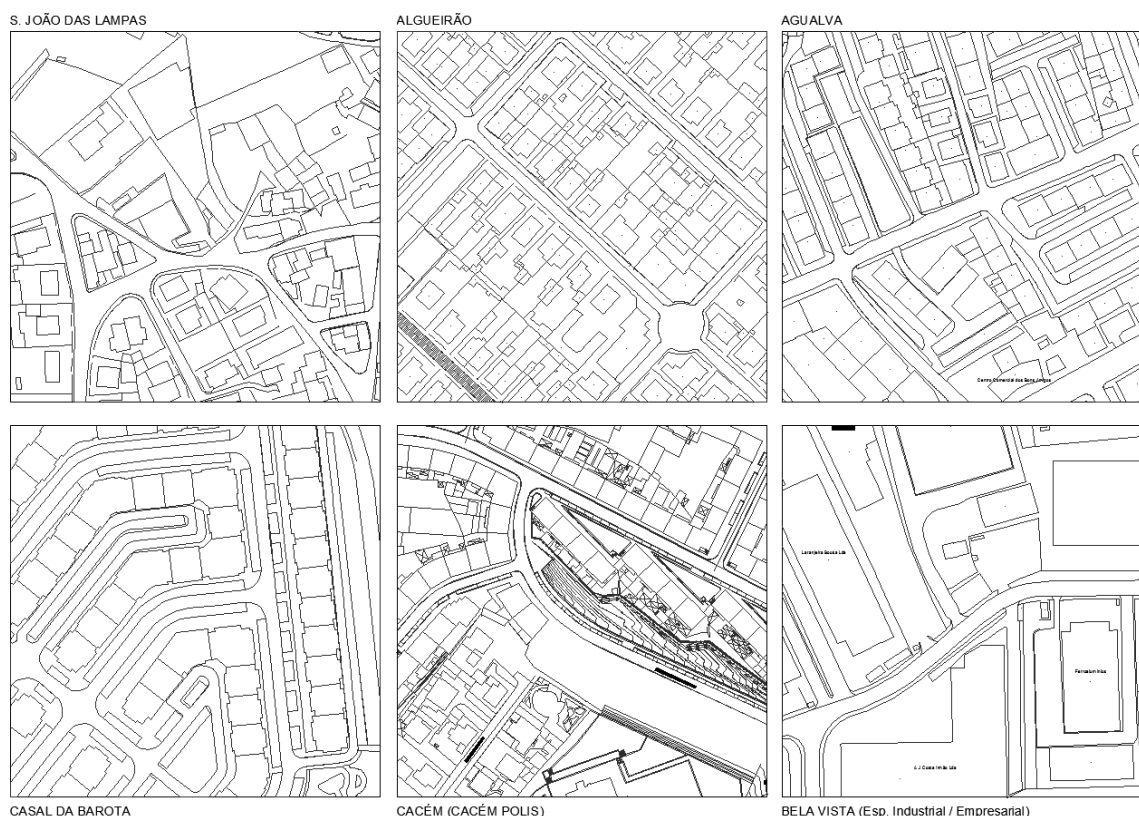
Para uma breve e indicativa análise procurou-se analisar quatro tipos de espaço cujas morfologias têm alguma repetição no concelho de Sintra (área de referência de 4 hectares). Assim, foram identificados os seguintes tecidos representativos da realidade observada:

- a) *Pequenos núcleos urbanos de crescimento radial* – Estes núcleos estão normalmente associados ao território norte do concelho, correspondendo aos pequenos aglomerados do solo rústico. Sendo espaços não planeados e de crescimento orgânico, nem sempre é possível a distinção entre as áreas que compõem o

espaço público (ex: espaço pedonal e circ. automóvel. Para esta análise foi adotado um exemplo de S. João das Lampas;

- b) *Núcleos urbanos (não planeados)* – Malhas urbanas consolidadas, de dimensão relevante, que foram surgindo a partir de pequenas operações urbanísticas (incluindo pequenos alvarás de loteamento e operações de destaque), como é o caso da Agualva, ou malhas organizadas, fruto de um desenho geral ou de uma escritura de urbanização, como é o caso de Algueirão.
- c) *Núcleos urbanos (planeados)* – Malhas urbanas consolidadas que foram alvo de planeamento (ato consciente de fazer cidade) seja através de grandes operações urbanísticas, como é o exemplo do Casal da Barota, ou da requalificação de centros urbanos através planos de pormenor que visam o ordenar e qualificar de estruturas existentes, como é o caso do Cacém na área do CacémPolis.
- d) *Áreas industriais e empresariais* – Estruturas urbanizadas destinadas ao uso industrial e empresarial, que compreendem formas de organização no território bastante diferentes das verificadas nos centros urbanos. Para esta análise foi adotado um exemplo da Bela Vista, no Cacém.

Figura 7 – Imagem dos aglomerados urbanos analisados (morfologias)



Fonte: Elaboração própria

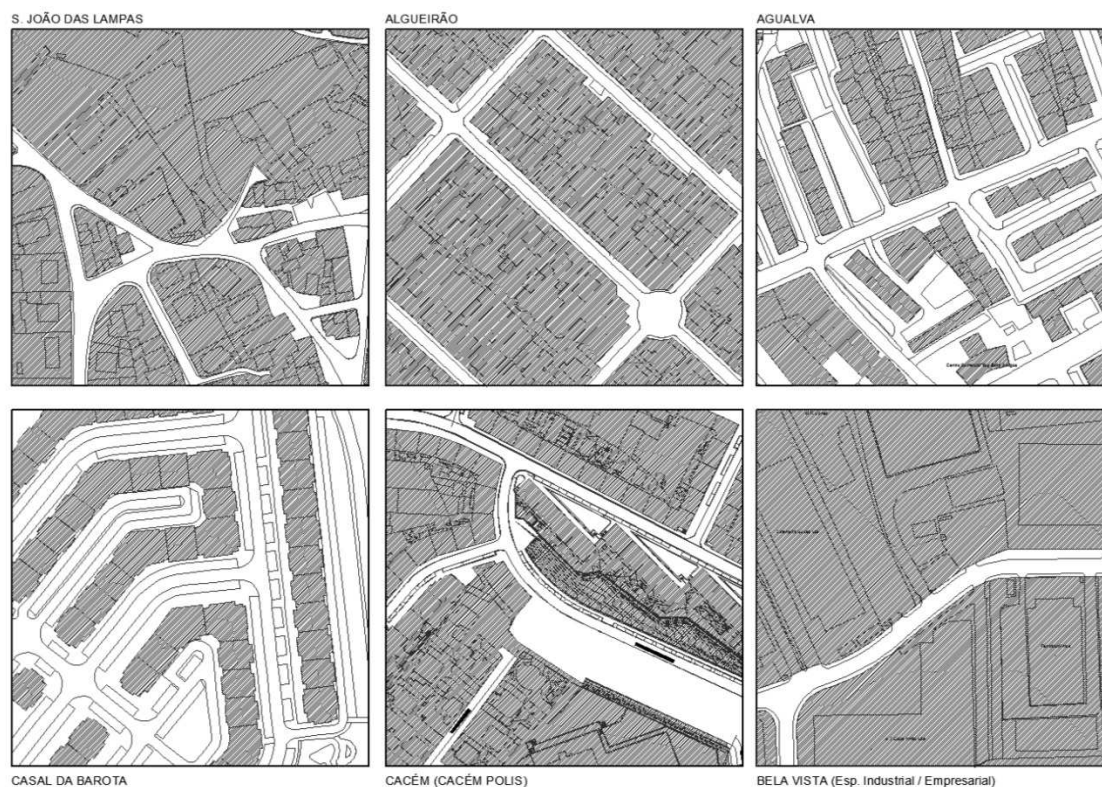
A identificação destas áreas procurou abranger partes regulares em termos de imagem destes mesmos territórios e não situações excecionais como podem ser grandes espaços públicos (praças, parques, entre outros) situados dentro destas malhas.

10.1.1. ESPAÇO PÚBLICO VERSUS ESPAÇO PRIVADO

A análise do espaço público deve em primeiro lugar refletir sobre o seu universo, ou seja, sobre a afetação de espaço público em determinada área versus a afetação de espaço privado.

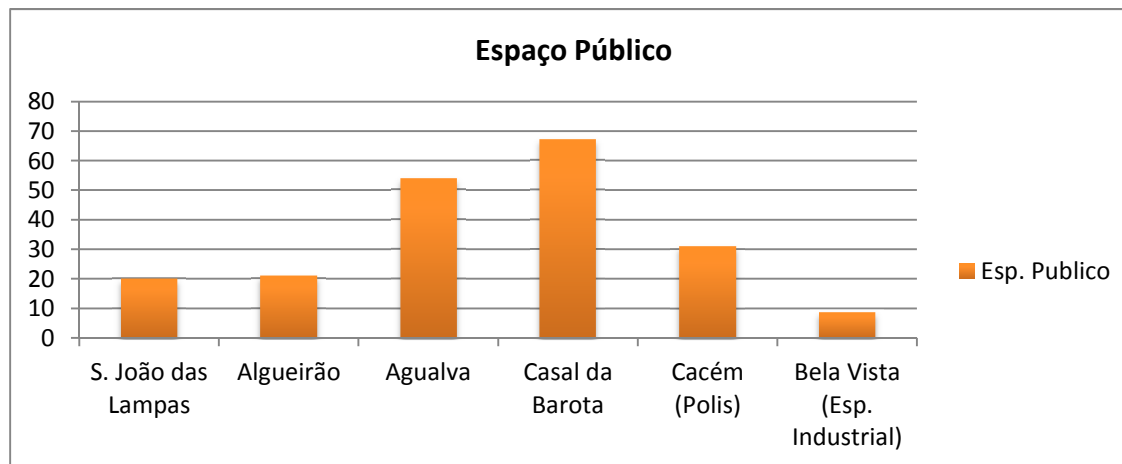
A perceção da quantidade de espaço público relaciona-se com a oferta de espaços que servem e qualificam o ambiente urbano, sendo que a necessidade de maior ou menor afetação de área relaciona-se intimamente com os usos predominantes e com a morfologia urbana presente naquele local.

Figura 8 – Imagem dos aglomerados urbanos analisados, realçando o espaço privado (cheio) e público (vazio)



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 25 – Distribuição da percentagem de espaço público nas áreas observadas



Fonte: Elaboração própria

Uma das primeiras conclusões que podemos retirar desta análise, e considerando o que já conhecemos a partir deste diagnóstico, é que existe uma relação entre os aglomerados de maior densidade populacional e a quantidade de espaço público disponível, destacando-se os espaços que foram planeados, mesmo que por operação urbanística de grandes dimensões, como é o caso do Casal da Barota.

No extremo oposto surgem os espaços para os quais o espaço público não é relevante, como é o caso dos espaços industriais e empresariais, e aqueles que cresceram sem critérios técnicos que tivessem em consideração uma boa afetação dos espaços para circulação, estacionamento e de zonas de estar e de lazer, bem como de espaços verdes, como é o caso de S. João das Lampas e do Algueirão.

A escassa afetação de espaço público nas áreas industriais e empresariais, que corresponde a menos de metade do verificado em S. João das Lampas (8,7% contra 20%) sublinha a dependência que sempre houve ao transporte individual como forma de locomoção, em detrimento do transporte público e do acesso em modos suaves (pedonal ou ciclável), e a fraca aposta em espaços industriais e empresariais qualificados e atrativos.

Apesar da proximidade estatística, S. João das Lampas e Algueirão (20% e 21% de espaço público, respetivamente) configuram espaços morfologicamente diferentes. Enquanto o primeiro apresenta uma estrutura orgânica, com passeios e vias de larguras variáveis, e espaços partilhados entre os vários usos possíveis (ex.: circulação automóvel e estacionamento), o segundo apresenta-se como um espaço relativamente organizado, de malha ortogonal e parâmetros de dimensionamento relativamente próximos, mas exíguos e sem qualquer rasgo da malha num espaço público mais qualificado. O resultado acaba por ser semelhante, ou seja, os passeios não servem os peões, as vias estão cheias de carros estacionados, e os espaços verdes e de

estacionamento são praticamente inexistentes. O mesmo acontecerá nos restantes núcleos que partilham semelhanças a estes aglomerados.

Uma maior aposta no espaço público surge no Casal da Barota (Massamá norte), exemplo de território planeado que procurou respeitar parâmetros técnicos que visam um maior equilíbrio das funções que ocorrem na cidade, e que por esse facto privilegia o espaço público ao espaço privado (67% espaço público). Não planeados, mas seguindo critérios semelhantes, embora introduzidos progressivamente e não de raiz, surgem Agualva e Cacém (53,8% e 31% respetivamente), sendo que estas diferenças notam-se na diversidade morfológica da malha urbana e dos edifícios.

Conforme veremos mais adiante, esta relação, e a sua influência na perceção que temos sobre a qualidade do espaço público, vai variar em função do conteúdo, ou seja, da distribuição dos usos dentro de cada uma destas áreas.

10.1.2. CIRCULAÇÃO PEDONAL

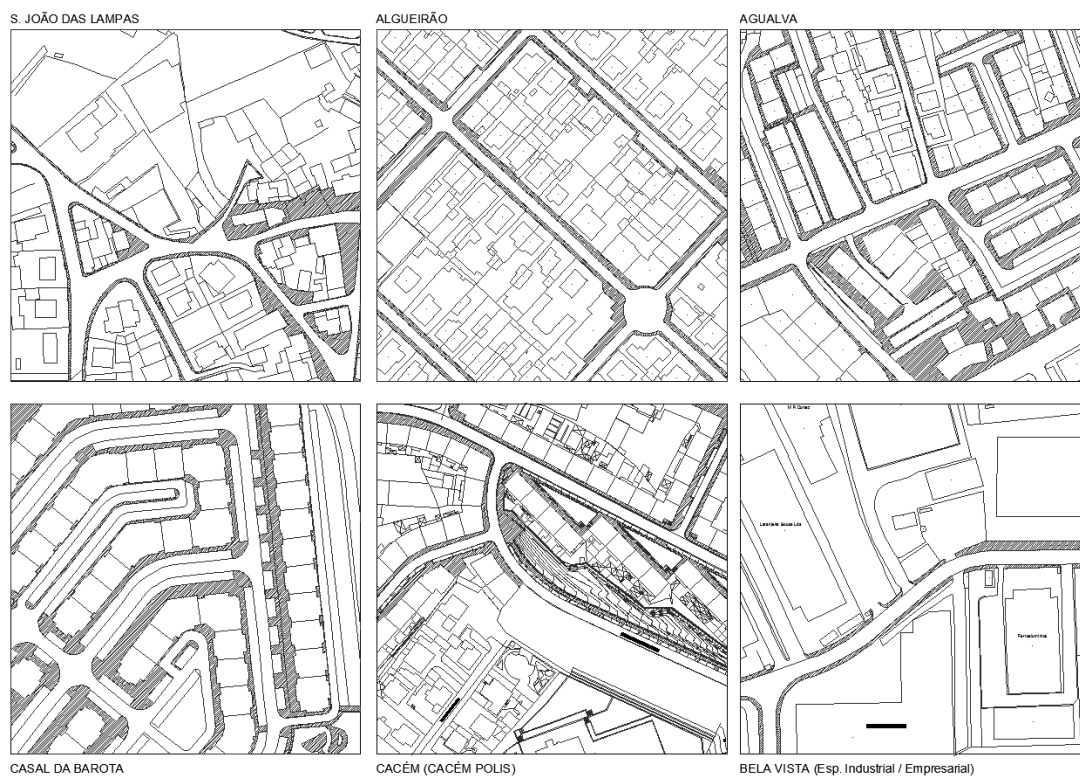
Os espaços destinados à circulação de pessoas, às zonas de estar e lazer, como pequenos largos e praças, configuram os espaços privilegiados do cidadão na sua vivência pela cidade e uma importante rede na garantia das condições de suporte a uma melhor qualidade de vida.

Ao analisarmos os dados recolhidos, verificamos que a relação do espaço público pedonal com a quantidade de espaço público disponível não é proporcional, ou seja, que os tecidos urbanos que têm mais espaço público não são necessariamente os que têm maior percentagem de espaços para a circulação pedonal, o que indicia uma maior afetação para outros usos.

Assim, o Casal da Barota (Massamá norte) que se destaca pela maior quantidade de espaço público vê-se ultrapassado pela Agualva com 23,7% da área observada (4 ha) afeta à circulação pedonal.

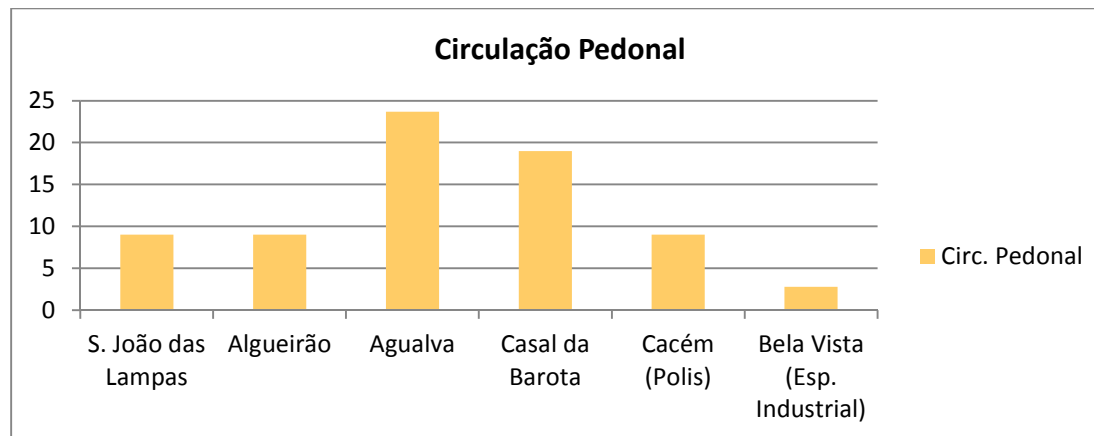
Esta verificação pode-se prender com duas questões essenciais: a maior disponibilidade de espaços públicos dedicados ao peão, como por exemplo pequenas praças e largos, e passeios francamente largos ou, um maior desperdício de solo urbano com espaços residuais (dado tratar-se de um território não planeado). No caso da Agualva será por certo pelas duas razões, uma vez que por um lado existem pequenos espaços públicos (lazer e estar), e por outro não só existem espaços residuais (que resultam da ocupação gradual e não planeada do território) como zonas de circulação pedonal subdimensionadas que não justificam o resultado.

Figura 9 – Imagem dos aglomerados urbanos analisados, realçando o espaço pedonal.



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 26 – Distribuição da percentagem de espaço pedonal nas áreas observadas.



Fonte: Elaboração própria

No que respeita ao Casal da Barota verifica-se que quase todas as confrontações dos edifícios são acompanhadas por espaços de circulação pedonal, e que a sua largura varia em função da importância da via a que respeita. Apesar da inexistência de espaços públicos de estar e lazer (ex.: praças e largos), a sua proporção

(19%) próxima dos 20% assinala uma oferta razoável para uma ocupação edificada que ocupa aproximadamente 30% da área analisada ($IO=0,33$).

Também o Cacém, por se ter selecionado uma área relativamente heterogénea, apresenta valores baixos (9%), embora estes quase dupliquem caso nos concentremos na área norte que foi a objeto de qualificação pelo Cacém Polis. Apesar da intervenção verificada nesta área, as limitações espaciais, principalmente nos casos onde se mantiveram os edifícios existentes (alinhamentos existentes), são significativas e refletem-se no resultado final.

Mais uma vez (tal como na afetação de espaço público generalizado), S. João das Lampas e Algueirão partilham semelhanças, com a afetação de espaços pedonais nos 9%, apesar de todo o distanciamento no que respeita à configuração da malha urbana e tipologias edificadas. Nestes aglomerados realça-se o facto de muitas destas áreas, além de subdimensionadas e sem capacidade para suportar a deslocação de pessoas (mobilidade condicionada ou não), encontrarem-se muitas vezes ocupadas por veículos e outros obstáculos, como são o exemplo de depósitos de RSU, caldeiras de árvores, postos de transformação, postes de iluminação, entre outros, o que os afasta da sua principal função – garantir a deslocação em segurança de pessoas. Apesar de não ser um problema exclusivo deste tipo de aglomerados, verificando-se situações semelhantes pontualmente em todo o território municipal, é nestes espaços que assume maior relevo.

Por fim, a zona industrial / empresarial da Bela Vista, onde de facto por força da expressão do espaço privado, o espaço público e consequentemente o espaço pedonal é residual (2,8%). Verifica-se apenas existência de um percurso pedonal, associado à via de distribuição local, com uma média de 2 metros de largura de cada lado.

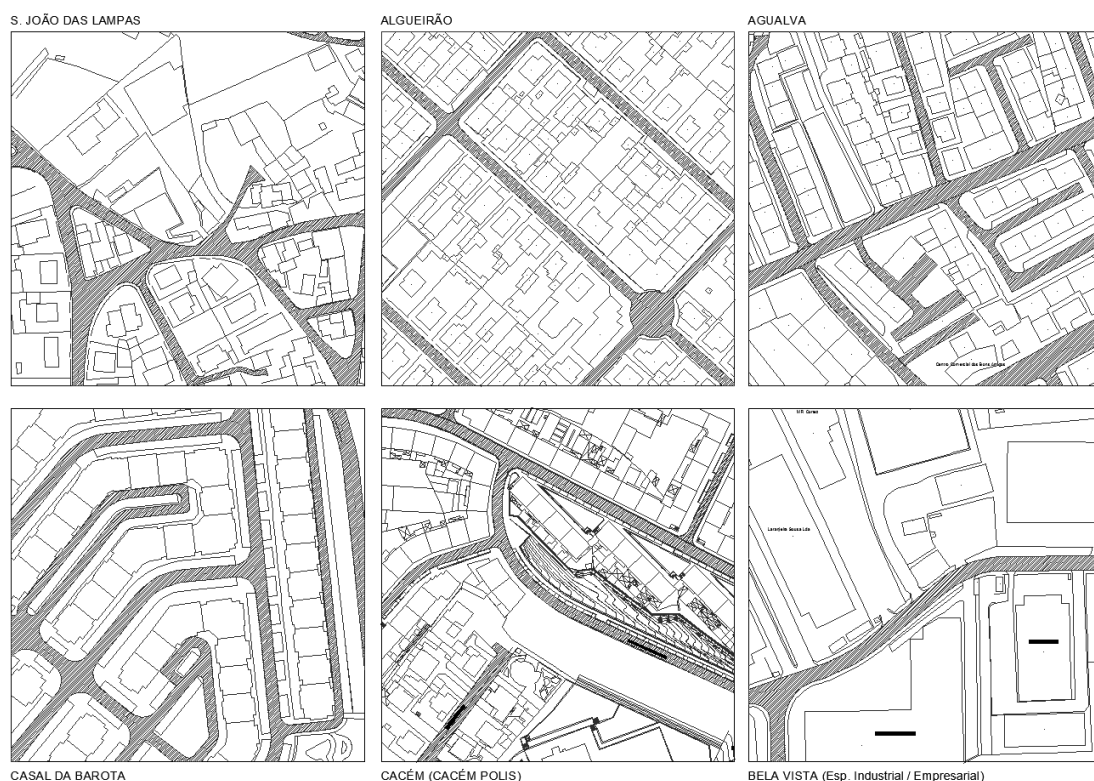
10.1.3. CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL

Os espaços destinados à circulação automóvel tornam-se um imperativo da cidade moderna e um espaço a organizar de forma harmoniosa na cidade contemporânea. A importância do automóvel na cidade tem vindo a ser relativizada face a valores tão importantes como a qualidade de vida, a poluição (ar, ruído e visual) e a necessidade de transportes públicos eficientes e do uso de formas de mobilidade suave. Enquanto os primeiros aglomerados desenvolveram-se sem o conhecimento do veículo automóvel, os mais recentes desenvolveram-se à volta deste, na perspetiva de garantia de mobilidade e por isso de acesso, nomeadamente a usos e produtos que não estavam disponíveis na proximidade. O fracasso de políticas e opções de planeamento completamente orientadas para o automóvel levou a movimentos recentes que procuram a qualificação do espaço público e uma visão integrada do território na perspetiva de uma cidade diversificada, humanizada e vivida.

Exemplo do referido, no sentido da cidade moderna (virada para a utilização do automóvel), é claramente o aglomerado do Casal da Barota (Massamá norte) e da Aqualva, onde os espaços dedicados à circulação automóvel disparam em relação aos outros (23% e 19% respetivamente).

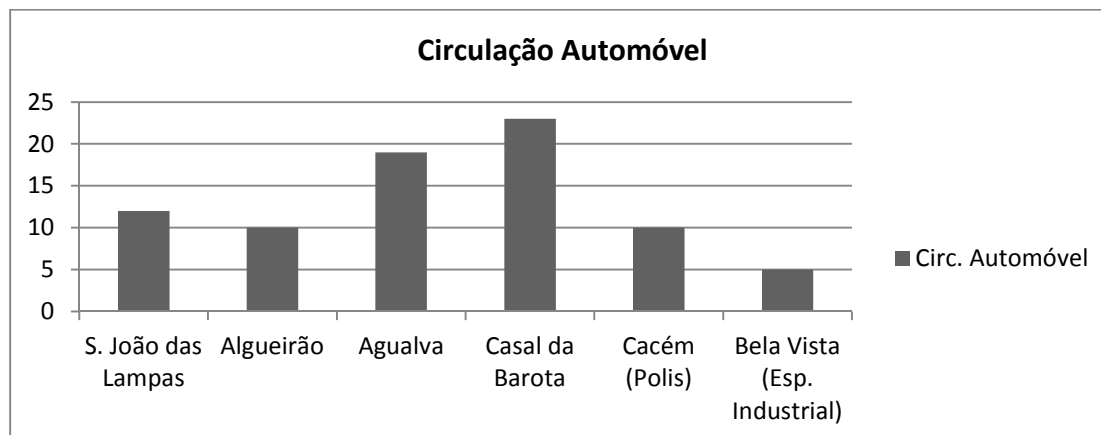
O centro do Cacém, que já se pôde associar morfológicamente à Aqualva, reduz a afetação destes espaços via qualificação urbana (CacémPolis) que permitiu a retirada de espaços à circulação automóvel e estacionamento de veículos em benefício dos espaços de circulação pedonal.

Figura 10 – Imagem dos aglomerados urbanos analisados, realçando os espaços de circulação automóvel.



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 27 – Distribuição da percentagem de vias de circulação automóvel



Fonte: Elaboração própria

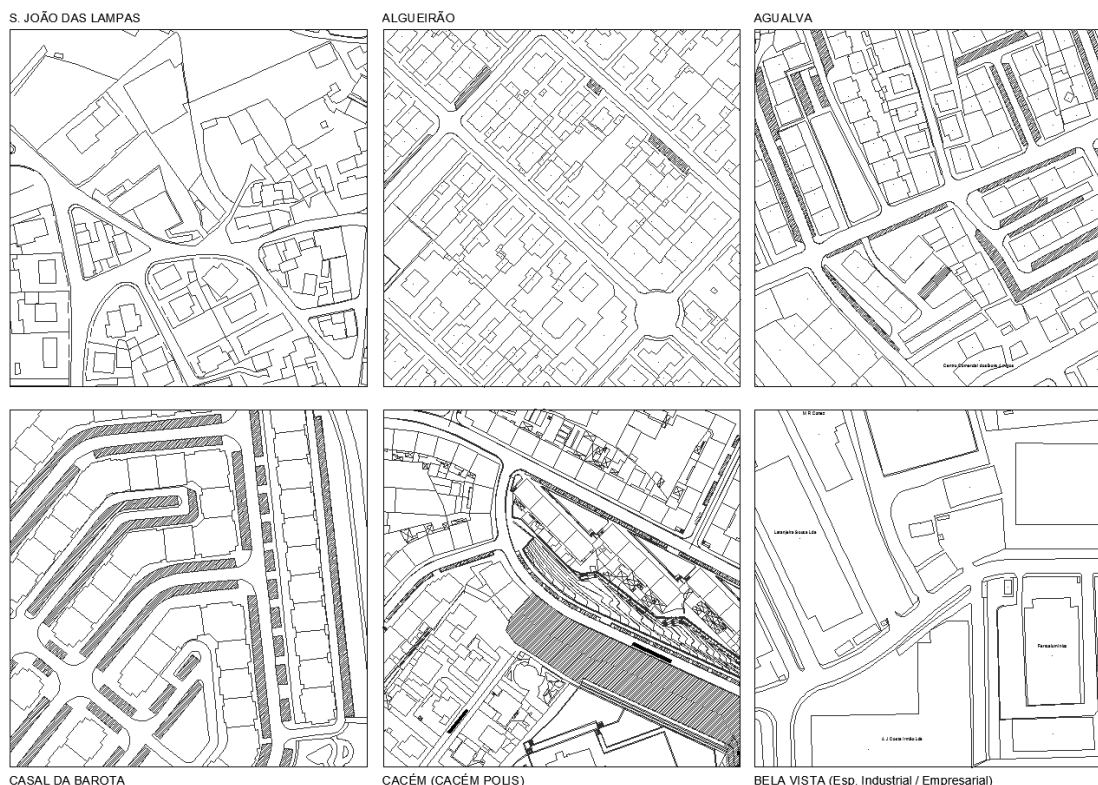
Nos aglomerados de S. João das Lampas e Algueirão (12% e 10% respetivamente) não há falta de espaços dedicados à circulação automóvel, embora no primeiro haja situações de subdimensionamento face às preexistências. Ou seja, é garantido o acesso, de forma generalizada, às construções existentes, independentemente do seu uso. O que se vai verificar, conforme veremos, é que a não contemplação de espaços para o estacionamento de veículos, bem como a sua não regulação (atuação fiscalizadora), leva à apropriação de outros espaços como a própria via pública ou os espaços de circulação pedonal, contribuindo assim para a degradação do espaço público.

Já na Bela Vista (Cacém) a expressão da circulação viária pública é unicamente a necessária a garantir o acesso às parcelas industriais e empresariais.

10.1.4. ESTACIONAMENTO

Na sequência do referido anteriormente, a necessidade de estacionamento público é uma consequência natural do uso generalizado do automóvel, e um forte fator de degradação do espaço público, nomeadamente quando o mesmo ocorre de forma irregular. No entanto, não devemos ignorar a necessidade da utilização do automóvel e do seu estacionamento, embora este devesse ocorrer em espaços dedicados para o efeito e devidamente articulados com o tecido urbano de forma a não prejudicar uma leitura qualificada da cidade.

Figura 11 – Imagem dos aglomerados urbanos, realçando os espaços dedicados ao estacionamento automóvel



Fonte: Elaboração própria

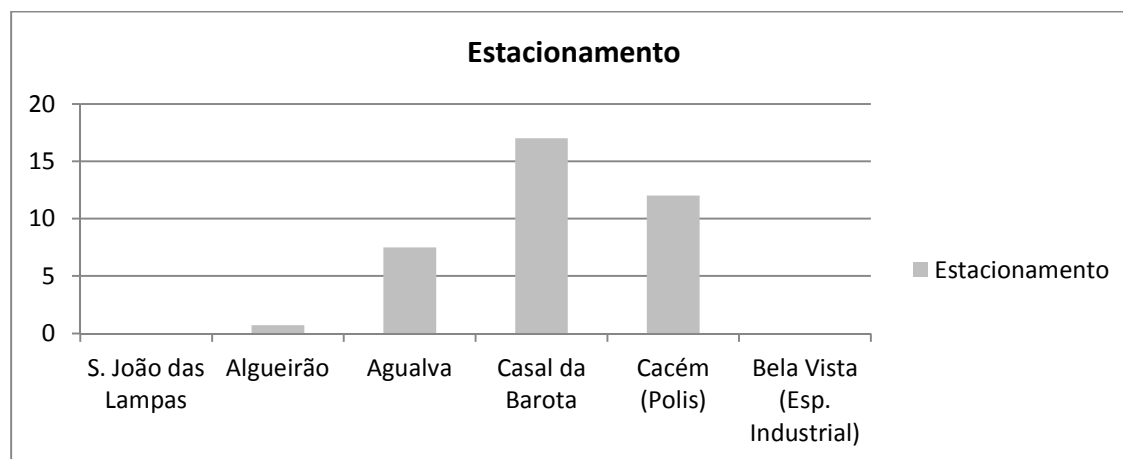
Conforme podemos verificar, é nos núcleos históricos ou rurais, como é o caso de S. João das Lampas, que se verifica uma maior ausência de espaços destinados ao estacionamento de veículos. Fruto da sua génese, estes aglomerados não se desenvolveram à volta do tema da circulação automóvel, pelo que apresentam grande carência de espaços para o efeito. O resultado é a já referida apropriação de outros espaços públicos pelos automóveis, a poluição visual, e a descaraterização dos núcleos.

Já no Algueirão, surgem alguns espaços dedicados ao estacionamento, embora com uma presença quase inexistente (0,7%), o que leva aos problemas enunciados anteriormente para os aglomerados tipo S. João das Lampas. Partilham estes problemas praticamente todos os aglomerados que resultam de escrituras de urbanização e as áreas urbanas de génese ilegal (AUGI).

Neste domínio o Casal da Barota assume-se destacado na liderança, com 17% do território afeto ao estacionamento. Trata-se de um exemplo claro do planeamento moderno, de forte cariz técnico, e orientado para a supressão de carências em prejuízo de uma ideia de cidade orientada para o cidadão. Revela de facto uma resposta eficiente a um problema, embora não haja rua sem carros e favoreça o uso do transporte individual.

Estranhamente, e ao contrário do que veremos no Cacém ou Aqualva, maior parte dos edifícios têm estacionamento no interior do lote, o que deveria levar a uma redução do espaço dedicado ao estacionamento automóvel.

Gráfico 28 – Distribuição da percentagem de espaços de estacionamento



Fonte: Elaboração própria

Aqualva e Cacém, com 7,5% e 12%, respetivamente, procuram garantir uma oferta de lugares de estacionamento regulares, que é insuficiente para a densidade populacional destes centros urbanos (verificada através da manifesta existência de estacionamento irregular, nomeadamente ao longo das vias). Assim, e sobre os principais centros urbanos, importa referir que por um lado, o estacionamento de veículos automóveis é um fator de desqualificação urbana (quando mal localizado), e por outro, a oferta existente é claramente insuficiente, o que nos leva às referidas opções políticas e técnicas sobre a cidade que queremos. Se numa distribuidora principal admitimos, dados os constrangimentos espaciais, o estacionamento ao longo da via (por vezes em 2.^a fila), estamos a condicionar a possibilidade de introdução de modos alternativos de transporte nessa mesma via, e logo, a adoção de outra estratégia, de outra ideia de cidade.

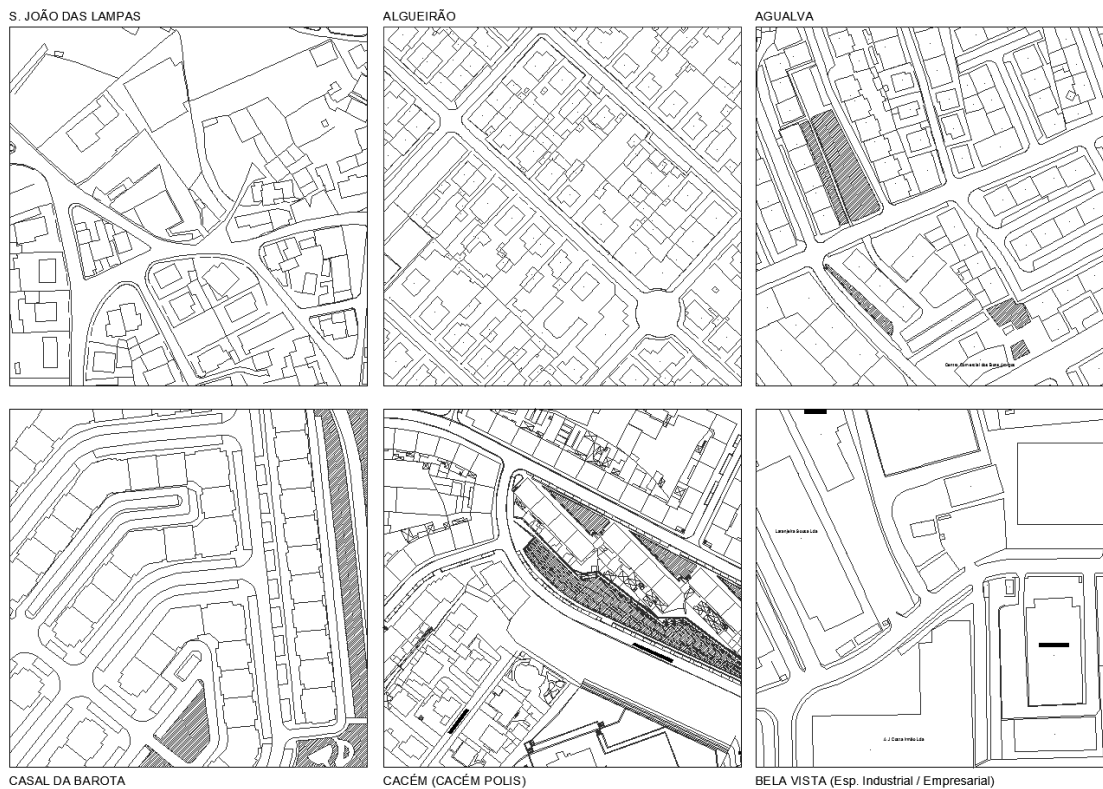
Por fim, o núcleo industrial da Bela Vista, que ao reter toda a oferta de estacionamento dentro dos lotes (espaço privado), acaba por não apresentar nenhum estacionamento no espaço público. Embora esta situação não seja totalmente replicável para os restantes espaços industriais e empresariais, é claramente uma constante, e a afetação de espaços destinados ao estacionamento público é quase sempre nulo ou muito reduzido.

10.1.5. ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS

Este ponto visa retratar os espaços verdes públicos correntes, ou seja, aqueles espaços verdes que fazem parte da composição do espaço público, e que naturalmente encontramos na malha urbana da cidade, e não os de

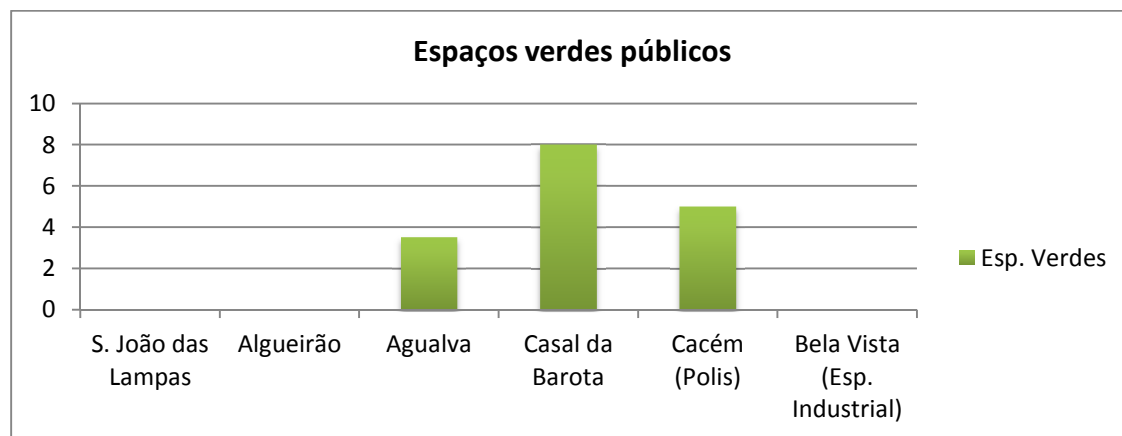
caráter excecional como serão os grandes parques urbanos ou os espaços verdes cuja dimensão e especificidade o remetam para uma ocorrência excecional.

Figura 12 – Imagem dos aglomerados urbanos, realçando os espaços verdes públicos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 29 – Distribuição da percentagem de espaços verdes públicos



Fonte: Elaboração própria

Os espaços verdes desempenham funções essenciais na cidade, seja na melhoria da qualidade do ar, no conforto bioclimático, na qualidade visual e paisagística dos elementos que compõem o tecido urbano, no fomento à presença de ecossistemas, e na garantia da permeabilidade do solo (essencial ao ciclo hidrológico da água), sendo dos espaços que os cidadãos mais associam à qualidade de vida, principalmente numa sociedade cada vez mais exigente e orientada para o desporto e saúde.

Conforme poderemos verificar, este foi uma das componentes do tecido urbano mais negligenciado nas últimas décadas. O seu papel foi subvalorizado nas grandes zonas residenciais, com exceção daquelas que usufruem de um estatuto privativo ou controlado (ex: Penha Longa e Belas Clube de Campo).

Hoje, a presença de uma estrutura ecológica urbana (dos quais os espaços verdes fazem parte), é essencial à ligação dos vários sistemas que compõem a cidade, a uma visão integrada e sistémica do território, que centre o interesse da cidade na qualidade que esta pode oferecer ao seu utilizador.

Da análise efetuada, constata-se que a presença de espaços verdes públicos nos aglomerados históricos e/ou rurais, como é o caso de S. João das Lampas, é raro ou pouco significativo, embora se saiba que neste aglomerado especificamente há um grande espaço verde público (zona verde multiusos). O mesmo acontece com Algueirão e os principais aglomerados do princípio da 2.^a metade do sec. XX, e com as AUGI, onde manifestamente, a existência de qualquer espaço público que não fosse destinado à circulação (pedonal e automóvel) era um desperdício de espaço (não comercializável).

É no Casal da Barota (Massamá norte), cidade planeada numa perspetiva técnica, que surge a maior afetação de espaços verdes públicos, com 8% da área analisada. Seguidamente surge o Cacém e a Agualva com 5% e 3,5% respetivamente, embora os espaços verdes assinalados no Cacém, pelo seu declive, não sejam utilizáveis mas sim de enquadramento paisagístico. Na Agualva surgem vários espaços de configuração, área e expressão diferente, o que contribui claramente para a riqueza e identidade destas áreas (o que já não acontece no Casal da Barota). Esta riqueza, extensível a outros núcleos da mesma altura e de configuração semelhante, surge a passo da heterogeneidade do tecido urbano, embora peque pela sua pouca expressão no conjunto da cidade.

Mais uma vez, os espaços industriais e empresariais, dos quais se inclui o exemplo da Bela Vista, são inexpressivos na presença das componentes do espaço público, com especial destaque para os espaços verdes. Esta inexistência, outrora incontabilizável para a atratividade do produto (imobiliário), torna-se um fator de entropia à competitividade segundo os critérios contemporâneos, uma vez que cada vez mais os nichos industriais e empresariais utilizam uma imagem “verde” para reforçar a sua imagem, seja na qualidade ou na perspetiva de indústria / empresa sustentável.

Se considerarmos as recomendações da ONU/OMS de 12 m²/hab. , e invertêssemos a situação (população em função do espaço verde disponível) concluiríamos que:

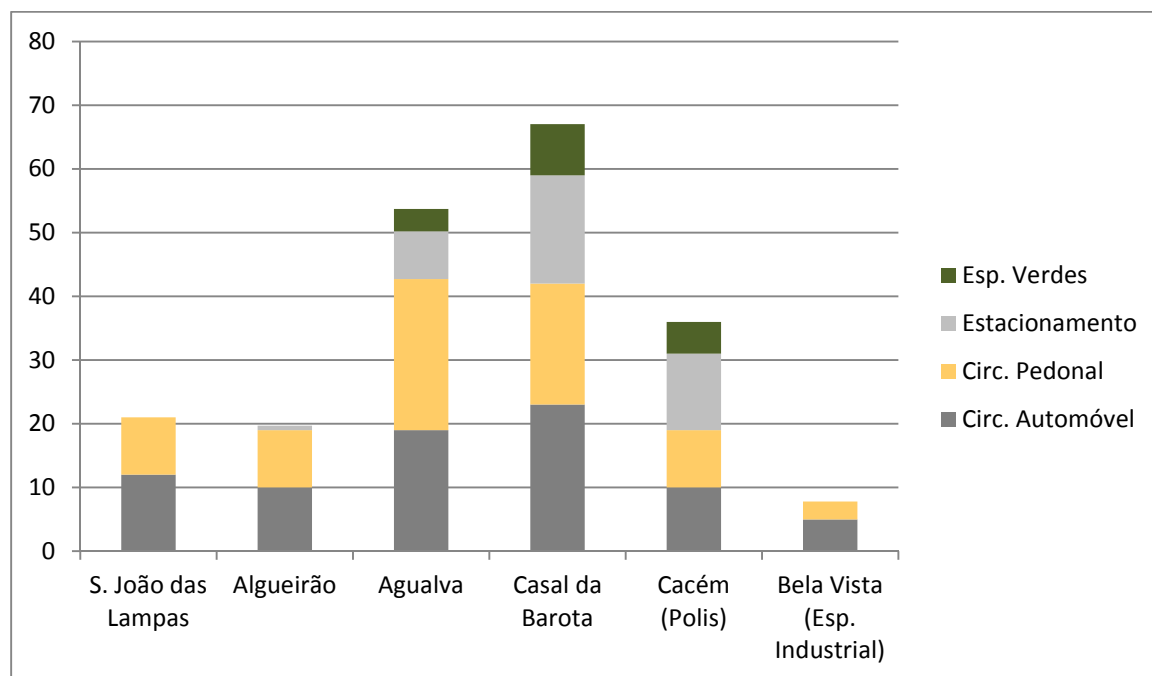
- Agualva admitia 29 hab/ha face aos 81,65 hab/ha verificados nos Censos 2011;
- Cacém admitia 45 hab/ha face aos 81,65 hab/ha verificados nos Censos 2011;
- Casal da Barota admitia 65 hab/ha face aos 93 hab/ha verificados nos Censos 2011;

Concluindo, existe claramente um défice de espaços verdes de utilização pública (para o qual não contribuem os espaços de enquadramento não utilizáveis), sendo esta uma conclusão generalizada e de fácil aplicação, por razões contextuais, a todo o município de Sintra.

10.1.6. SÍNTESE DA COMPOSIÇÃO GENÉRICA DO ESPAÇO PÚBLICO

Como síntese recorremos ao gráfico seguinte, que espelha bem as diferenças entre os grandes núcleos urbanos da cidade, com os aglomerados rurais e/ou históricos. No lado da ausência ao limite do possível encontram-se os espaços industriais e empresariais.

Gráfico 30 – Distribuição dos usos existentes nos espaços públicos analisados



Fonte: Elaboração própria

10.2. ELEMENTOS DIFERENCIADORES DA MALHA URBANA

10.2.1. GRANDES ESPAÇOS

10.2.2.1 PARQUES URBANOS E JARDINS

Na tipologia dos espaços verdes, incluem-se os Parques Urbanos, os jardins Municipais, espaços ajardinados de enquadramento, praças e ruas arborizadas.

Os espaços verdes contribuem para a preservação do património construído, incremento da qualidade de vida e enquadramento paisagístico das zonas densamente urbanizadas. Proporciona também o aumento das oportunidades de recreio e lazer dos residentes.

Promovem uma continuidade ecológica e cultural, essencial para a sustentabilidade ambiental dos espaços urbanos. A vegetação arbórea pode ainda ser entendida como fazendo parte do mobiliário urbano, uma vez que concorre para o bom funcionamento dos espaços livres de edificação.

Estes espaços no concelho de Sintra observam desde superfícies pequenas, que correspondem a pequenos canteiros dos arruamentos urbanos, até espaços com uma maior extensão que correspondem a parques urbanos ou manhas situados no interior da malha urbana ou na envolvente dos aglomerados urbanos.

Tal como os jardins públicos, os parques urbanos são geralmente artificializados, mas devido à sua dimensão permitem por vezes promover alguma naturalidade do espaço. No concelho de Sintra os parques e jardins com maior relevância e/ou dimensão são cerca de 19, totalizando uma área de cerca de 66 ha (Quadro 72).

Quadro 72 – Parques/Jardins com maior relevância no Concelho de Sintra

LOCAL	NOME	Área (ha)
Massamá	Estufa e Jardim Botânico Quinta das Flores	0,56
Agualva	Jardim da Anta	2,05
Queluz	Matinha de Queluz	22,50
Monte Abraão	Parque 25 de Abril	0,35
São Martinho	Parque da Liberdade	3,98
São Martinho	Parque das Merendas	3,32
São João das lampas	Parque de Merendas do Magoito	0,75
Queluz	Parque Felício Loureiro	7,24
Agualva Cacém	Parque Linear da Cidade do Cacém	2,43
Massamá	Parque Salgueiro Maia	0,91
Casal de Cambra	Parque Urbano Casal de Cambra	4,78
Cacém	Parque Urbano da Bela Vista	4,55
Algueirão Mem Martins	Parque Urbano da Qta de Sta Teresinha	0,58

Mira Sintra	Parque Urbano de Mira Sintra	1,78
Rio de Mouro	Parque Urbano do Alto do Forte	2,55
Queluz	Parque Urbano do Pendão	3,87
Massamá	Parque Urbano Quinta das Flores	1,12
Belas	Quinta da Samaritana	0,65
Massamá	Parque Urbano Casal da Barota	2,50
Área Total do Concelho		66,48

Fonte: CMS

Os parques urbanos são espaços de dimensões superiores aos jardins públicos, com uma maior diversidade de valências e usos. Os de maior dimensão são geralmente mais utilizados ao fim de semana e nos tempos livres, podendo também ter um uso diário por parte de da população em geral, mas com mais intensidade dos jovens, inativos ou idosos.

Em seguida, iremos apresentar quatro exemplos de Parques urbanos existentes no Concelho todos eles integrados na malha urbana, embora de formas diferentes:

Figura 13 - Parque Urbano Felício Loureiro – Queluz



Fonte: CMS e Junta da União das Freguesias de Queluz e Belas

O Parque Urbano Felício Loureiro (Figura 13) situa-se na União das Freguesias de Queluz e Belas, mais propriamente na cidade de Queluz.

“Parque bastante arborizado, com equipamentos que proporcionam aos utentes atividades de recreio, lazer e exercício físico.

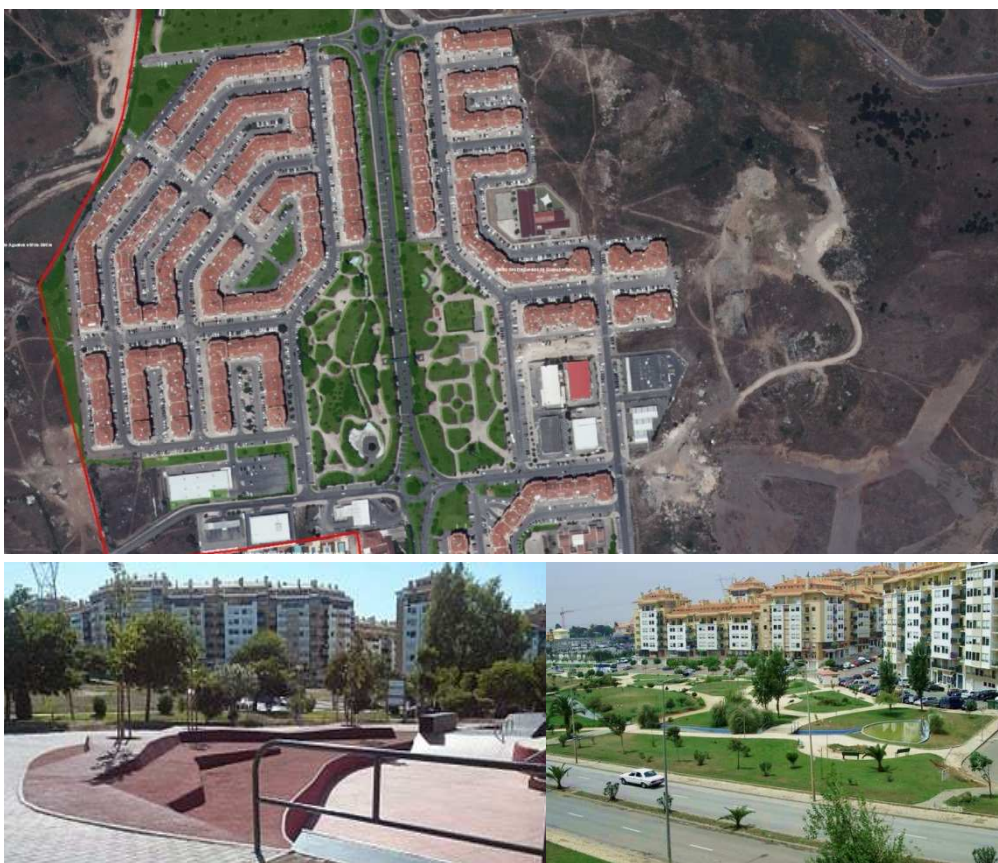
Divide-se em duas zonas, sendo que uma se prolonga ao longo das margens da ribeira, onde se destaca entre outros equipamentos, a escultura de José Pedro Croft em calcário bujardado.

Na outra zona, destaca-se o circuito de exercício físico, assim como zonas relvadas vocacionadas para o recreio e lazer.

Esta instalação tem excelentes condições para a realização de várias atividades, nomeadamente desportivas e de sensibilização ambiental.”¹⁶

Este parque, com uma área aproximada de 7 ha, reveste-se de extrema importância para a qualidade de vida dos seus habitantes e equilíbrio ambiental.

Figura 14 - Parque Urbano - Urbanização Casal da Barota



Fonte: CMS e <http://pt.worldmapz.com>

¹⁶ <http://www.cm-sintra.pt/parques-e-jardins#parque-urbano-felicio-loureiro>

O Parque Urbano – Urbanização Casal da Barota (Figura 14), situado na União das Freguesias de Queluz e Belas, tem uma área de cerca de 2,5 ha, com zonas arborizadas vocacionadas para o recreio e lazer.

Dos equipamentos existentes destaca-se o skate, “*objetivo deste novo equipamento da freguesia de Queluz-Belas é o de colmatar a carência destas estruturas em zonas urbanas, dando resposta a praticantes de nível médio nas modalidades de Patins, Skate e Bmx.*

*Este espaço radical está localizado num parque urbano com boa acessibilidade para os praticantes de todo o concelho de Sintra e da Grande Lisboa e possui rampas inovadoras concebidas especificamente para este local”.*¹⁷

Figura 15 - Parque Urbano Quinta das Flores, Estufa e Jardim Botânico



Fonte: CMS e Junta da União das Freguesias de Massamá e monte de Abraão

¹⁷ <http://www.cm-sintra.pt/centenas-de-jovens-ja-foram-ao-novo-skate-parque-de-sintra>

O Parque Urbano Quinta das Flores fica localizado no centro urbano – União das Freguesias de Massamá e Monte de Abraão, tem uma área aproximada de 1 ha, junto com a Estufa e Jardim Botânico Quinta das flores perfazem um total de 1,7 ha (Figura 15). O parque dispõe de onze equipamentos de manutenção física e áreas ajardinadas.

Figura 16 - Parque Linear da Cidade do Cacém (Ribeira das Jardas)



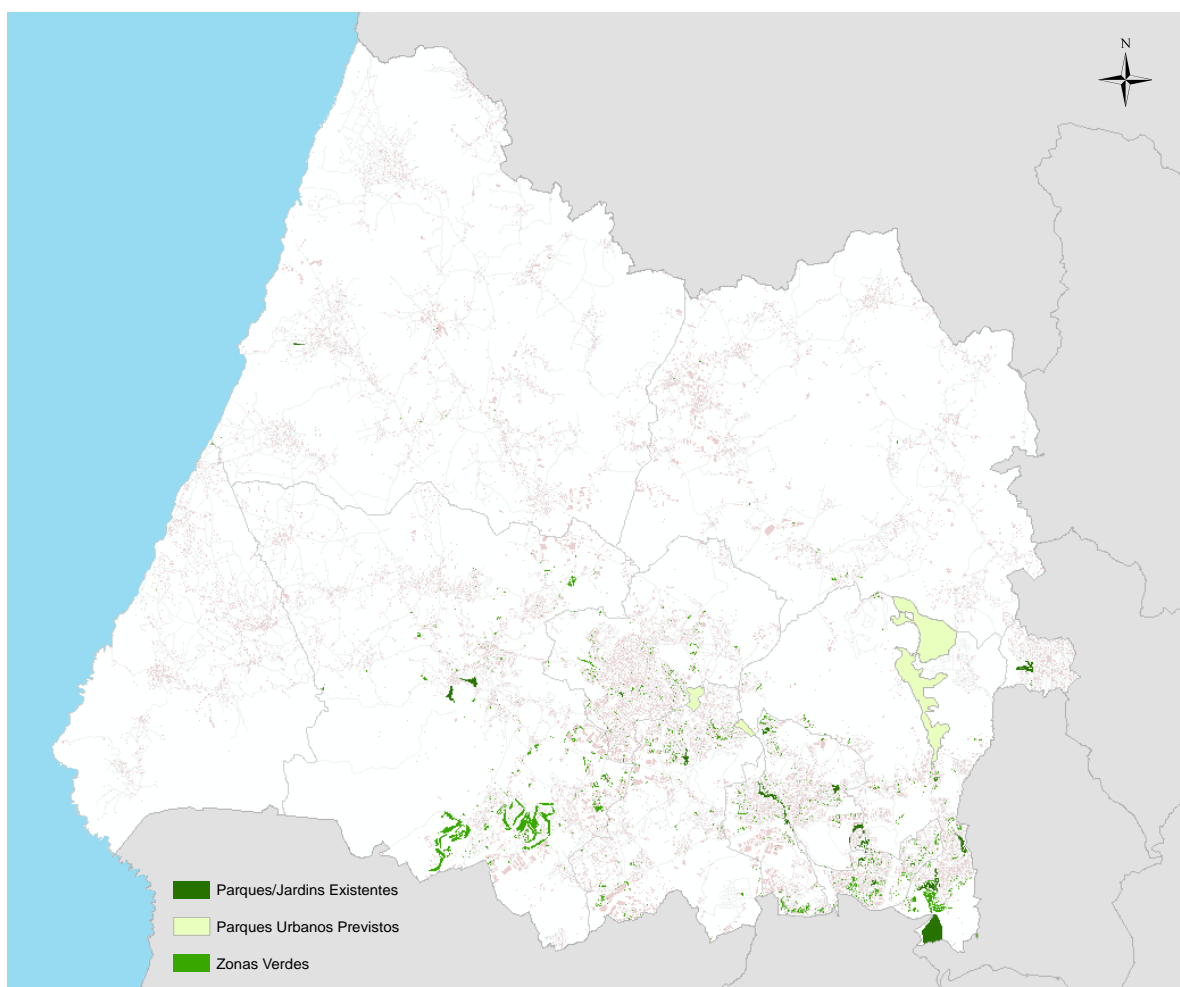
Fonte: CMS e IST-UL

A intervenção estruturada de forma linear (ribeira das Jardas), além da sua valorização ambiental, permitiu estabelecer um contínuo com ligações entre as duas margens da ribeira, contribuindo para a aproximação entre dois núcleos (Aqualva e Cacém).

Assiste-se a uma flexibilidade de usos, designadamente mobilidade, recreio e lazer, com maior utilização pela população, conferindo-lhe um espaço público central.

As restantes zonas verdes distribuídas pelos espaços urbanos ocupam uma área de 235ha. Estão previstos mais três parques urbanos, o Parque Urbano da Serra da Carregueira, o Parque Urbano das Mercês e o Parque Urbano Rinchoa-Cacém Poente, com 14,7 ha e 7,6ha e 195 ha respetivamente (Figura 17).

Figura 17 – Parques/Jardins existentes e previstos no Concelho de Sintra



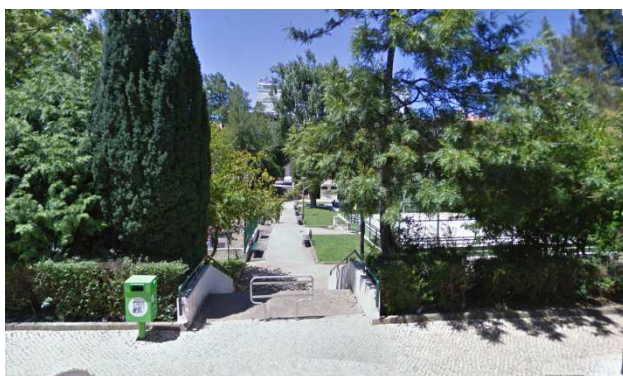
Fonte: CMS

Existem no concelho, sobretudo no corredor urbano, vários espaços verdes com importante valor ambiental, mas que se encontram em estado de deterioração ou mesmo expectantes e à espera de uma decisão de uso. Muitos dos espaços verdes que resistiram à expansão urbana são propriedades ou antigas quintas, algumas em situação de degradação, partes de manchas florestais não integradas e zonas verdes ao longo dos cursos de água que atravessam o eixo urbano.

As manchas verdes devem tanto quanto possível integrar-se com os espaços verdes existentes ou linhas de água, zonas degradadas e/ou expetantes existentes na proximidade ou no interior das zonas já urbanizadas, ponderando sempre a inserção de equipamentos de desporto ou lazer.

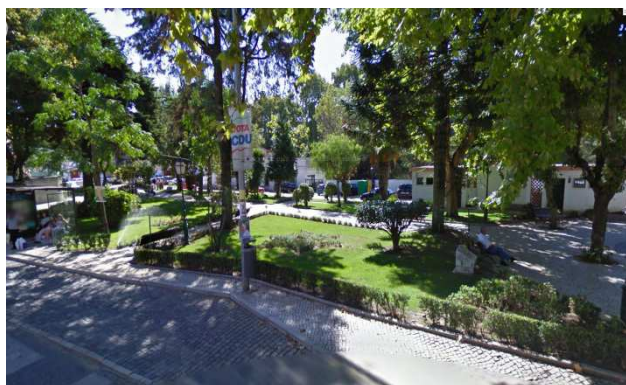
Por último, seguem-se dois exemplos de jardins que funcionam como espaço de recreio e lazer e servem basicamente a população residente nas proximidades. Estes espaços salientam-se essencialmente como espaço de encontro, permitindo-nos afirmar que o seu papel social pode ser tão importante como o ambiental (Figura 18 e Figura 19).

Figura 18 - Parque Largo D. Afonso V



Fonte: Google Maps - ©2014 (Street view) e <http://www.igogo.pt>

Figura 19 – Jardim de Belas



Fonte: Google Maps - ©2014 (Street view)

10.2.2.2 PRAÇAS, PRACETAS E LARGOS

As praças e Largos, constituem elementos de grande centralidade, podendo apresentar formas e dimensões diversas, sendo a maior parte do seu contorno delimitado por edifícios. As praças e também os largos sempre tiveram um sentido funcional, de convívio e interação social entre a comunidade, e enquanto espaço público é necessário que se vão adaptando ao uso e às exigências contemporâneas. As praças normalmente apresentam uma maior escala relativamente aos largos.

Nas últimas décadas, fruto das transformações ocorridas no espaço urbano e das relações sociais, verificou-se um abandono na manutenção das praças e largos e também da sua fruição.

Atualmente, percebendo-se a verdadeira importância e funcionalidade das praças em contexto urbano, tem-se vindo a assistir à sua recuperação e à promoção do seu usufruto. O Programa Polis do Cacém é um bom exemplo no concelho de Sintra, com a renovação deste tipo de espaço nos núcleos do Cacém e Aqualva - Largo D. Maria II /Praceta Duque de Saldanha e Praça da República.

Figura 20 - Praça da República



Fonte: Google Maps - ©2014 (Street view)

Figura 21 - Praceta Duque de Saldanha e Largo D. Maria II



Fonte: Bing © 2014 Microsoft Corporation

As Pracetas são espaços livres de pequena dimensão e de enquadramento do edificado, e geralmente têm origem num alargamento de via ou resultam de um impasse. Encontram-se associadas à função habitar, e muitas delas “interiorizam-se” na malha urbana através de áreas relvadas e diferentes pavimentos. Estes tipos de espaços são mais frequentes em todo o concelho, especialmente no tecido urbano.

Seguem-se duas imagens onde o Largo se localiza no centro do aglomerado facilitando o ponto de encontro e propiciando o convívio, apresentando no largo de São João das Lampas um elemento de caráter lúdico (coreto) e no Largo da Capela um elemento religioso (igreja)

Figura 22 - Largo de São João das Lampas e Largo da Capela – Algueirão Mem Martins



Fonte: Google Maps - ©2014 (Street view)

10.2.2. PEQUENOS ESPAÇOS

Neste ponto, e estando caracterizados os equipamentos públicos, apenas se mencionam espaços que, pela ligação que criam entre munícipes e espaço público, não constituem uma duplicação do que já referido, visto que é precisamente dessa ligação, de proximidade, que o presente ponto pretende tratar.

10.2.2.1 PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS

Os pequenos campos de jogos (já devidamente caracterizados em número, área e restantes parâmetros que visam a sua perfeita aferição) têm uma função particular dentro dos equipamentos desportivos: satisfazem necessidades de lazer, mais que formativas. São, além disso, de baixo custo.

Assim, enquanto um pavilhão desportivo ou mesmo um grande campo de jogos, que obrigam desde logo a maiores investimentos na construção e manutenção, são mais raros e regra geral destinados a formação, os

pequenos campos de jogos servem para colmatar a necessidade de atividade física e mesmo socialização, em contraponto ao trabalho, criando espaços de vivências que incluem quem as usa na comunidade onde residem.

Figura 23 – Parque do Bairro do Lagar, Colónia e Sesmarias, Abrunheira



Fonte: DAGE

Figura 24 - Parque 2 de Abril, Monte Abraão



Fonte: DAGE

10.2.2.1 ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO

Tal como os pequenos campos de jogos, também os espaços de jogo e recreio assumem uma função socializante no tecido urbano em que se inserem; sendo espaços destinados à atividade lúdica das crianças, na qual as estas possam brincar ao ar livre, atraem os residentes para a rua, tornando-se importantes âncoras de vivência e qualificação do espaço público, até pelas características a que a sua implantação tem que obedecer, nomeadamente:

- ser afastados das zonas de circulação e estacionamento de veículos;
- estar inseridos na rede de circulação de peões da respetiva área urbanizada;
- estar situados na proximidade de acessos a edifícios habitacionais ou de instalações de uso colectivo em funcionamento ((conforme Decreto-Lei n.º 379/97 de 27 de Dezembro);

e outras que em muitos casos obrigam a toda uma beneficiação da envolvente aquando da construção destes espaços.

Figura 25 – Praceta Rocha Martins, Algueirão



Fonte: DAGE

10.3. MOBILIÁRIO URBANO

A abordagem específica ao mobiliário urbano resulta da importância que assume por ser um elemento caracterizador, muitas vezes até diferenciador do espaço público. De qualquer forma, à escala de trabalho de um PDM, o diagnóstico exaustivo do existente não serve o propósito do plano, já que esse importa para planos e projetos dos quais resultem opções de desenho urbano concretas, podendo no entanto orientar para uma melhor articulação na sua localização e um maior cuidado nas opções tipológicas.

A realidade atual traduz-se na inexistência duma linguagem única e coerente do mobiliário urbano, e onde muitas vezes a localização dos elementos é feita de forma aleatória ou até provisória, com reflexos negativos para a qualidade do espaço público. Esta situação deriva em grande parte dos mesmos servirem diferentes funções e da sua localização resultar de gestões diferenciadas das infraestruturas e de planeamentos distintos

das diferentes tutelas. A sua articulação de facto só acontece quando existe um projeto específico de requalificação, um plano de pormenor, de salvaguarda, uma operação urbanística, enfim, soluções estudadas à escala da rua, quarteirão, dum centro histórico e / ou duma pequena localidade – aí sim, estaremos a falar de soluções de desenho urbano e de obras de urbanização em concreto, que mesmo assim seguindo regras e normativas operacionais podem muitas vezes condicionar a desejável localização do mobiliário urbano.

Assim, servindo diferentes funções, poder-se-á agrupar o mobiliário urbano nas seguintes categorias:

- circulação e transporte (paragens de autocarro, sinalização e inibidores de estacionamento, etc.);
- infraestruturas (papeleiras, ecopontos, luminárias, armários técnicos, etc.);
- estadia e lazer (bancos, floreiras, quiosques, painéis publicitários, sinalização turística, etc.).

A forma e a localização do mobiliário urbano deve ter em conta o edificado existente e a composição visual da rua, sendo inclusive desejável promover a coordenação visual dos diferentes elementos para que o espaço pareça mais cuidado, em especial em zonas mais sensíveis, como centros históricos, zonas balneares, envolventes a equipamentos estruturantes ou locais de culto, e em especial em zonas protegidas, como é o caso específico da Serra de Sintra. A sinalização e informação são importantes para aumentar a legibilidade da área, e, a iluminação pública, para a sua segurança, podendo inclusive servir para realçar arte pública e / ou pontos diferenciadores dos espaços, promovendo a identidade do local.

O desenho de elementos de mobiliário deve cumprir três conceitos essenciais que se interligam: funcionalidade, racionalidade e emotividade. Estes elementos devem promover a definição de uma identidade e não podem tornar-se barreiras nem invadir o espaço público.

A aleatoriedade na colocação do mobiliário urbano resulta em sobreposições e invasões do espaço público, faltando uniformização dos elementos e muitas vezes manutenção, bastando para isso atentar nas seguintes imagens de uma das zonas estudadas no âmbito do planeamento municipal.

Figura 26 - Circulação e Transporte – Paragem de Autocarro, Sinalização e Toponímia



Fonte: Relatório / Diagnóstico do Plano de Pormenor da Praia Grande em curso na CMS, “Análise ao Ambiente Construído”.

Figura 27 - Circulação e Transporte – Inibidores de Estacionamento



Fonte: Google Street View.

Figura 28 – Infraestruturas – Papeleiras



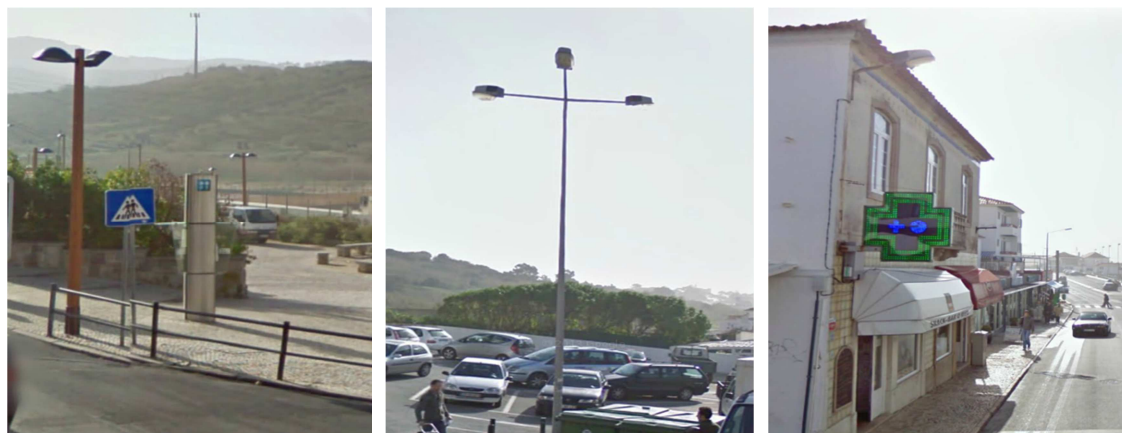
Fonte: Relatório / Diagnóstico do Plano de Pormenor da Praia Grande em curso na CMS, “Análise ao Ambiente Construído”

Figura 29 – Infraestruturas – EcoPontos



Fonte: Google Street View

Figura 30 – Infraestruturas – Luminárias



Fonte: Google Street View

Figura 31 – Infraestruturas - Armários Técnicos



Fonte: Relatório / Diagnóstico do Plano de Pormenor da Praia Grande em curso na CMS, "Análise ao Ambiente Construído"

Figura 32 – Estadia e Lazer – Bancos



Fonte: Relatório / Diagnóstico do Plano de Pormenor da Praia Grande em curso na CMS, "Análise ao Ambiente Construído"

Figura 33 – Estadia e Lazer – Floreiras



Fonte: Google Street View

Figura 34 – Estadia e Lazer – Quiosques



Fonte: Relatório / Diagnóstico do Plano de Pormenor da Praia Grande em curso na CMS, “Análise ao Ambiente Construído”

Figura 35 – Estadia e Lazer - Painéis Publicitários e Sinalização Turística



Fonte: Relatório / Diagnóstico do Plano de Pormenor da Praia Grande em curso na CMS, “Análise ao Ambiente Construído”

CAPÍTULO 11

SÍNTESE E ANÁLISE SWOT

11.1. SÍNTESE

A síntese do Tema constitui um resumo das questões mais pertinentes que podem ser retiradas deste documento. Não substitui a leitura integral ou parcial do relatório de diagnóstico, uma vez que constitui uma interpretação associada à importância que é dada a determinadas questões e à sua relação com outras, conforme selecionadas pela equipa técnica que o elaborou. Por fim, a síntese permite lançar pistas para a coerência da análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças).

1. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) é composto por 11 **Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados** e 12 **Unidades de Saúde Familiar**;
- Em dezembro de 2013, estavam inscritos 358.610 utentes, dos quais 95.689 (27%) não tinham médico de família atribuído;
- Esta situação é mais grave na UCSP de Rio de Mouro, onde 90% dos utentes inscritos não tinham médico de família, seguindo-se a UCSP do Algueirão (48%), a UCSP de Agualva (44%), a UCSP dos Lusíadas (36%) e a UCSP de Monte Abraão (32%);
- A UCSP de Belas e da Terrugem, embora não tenham tantos utentes sem médico como as anteriores, o peso destes sobre o total dos inscritos é bastante significativo (37% e 46%, respetivamente);
- Nas USF, por definição, não existem utentes inscritos sem médico de família;
- As instalações da UCSP Lusíadas, UCSP Agualva, USF Cyntia, USF Colares e UCSP Almargem do Bispo são, simultaneamente, más e desadequadas;
- As instalações da UCSP Algueirão são desadequadas e em estado de conservação médio;
- As instalações da USF Mira Sintra, UCSP Rio de Mouro e USF Natividade encontram-se em estado de conservação médio, embora adequadas;

- Relativamente ao **atendimento complementar** todo o Concelho está coberto por esta resposta, à exceção da União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar.

REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

- É uma rede de âmbito nacional, a lista de utentes é única;

APOIO DOMICILIÁRIO:

- Em Sintra existem **6 Equipas**, que abrangem todo o concelho;
- A capacidade de resposta em Sintra pelas ECCI é de 190 utentes, sendo que as ECCI Abraçar Queluz e Cacém Care são as que dispõem de mais lugares contratualizados. Ao longo do ano de 2013, foram referenciados 413 utentes do ACES Sintra e todos tiveram resposta da ECCI.

INTERNAMENTO:

- Inexistência de qualquer unidade de curta duração ou convalescença e a necessidade, sobretudo, de camas de manutenção/alívio ao cuidador e de cuidados paliativos;

UNIDADES HOSPITALARES – SERVIÇO

- Não existe em Sintra qualquer hospital. Na área materno-infantil, as populações das freguesias de Algueirão-Mem Martins, Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, Colares, S. João das Lampas e Terrugem e Sintra (St.^a M^a e S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro Penaferrim) são atendidas no Hospital José de Almeida (Cascais);
- Em Algueirão - Mem Martins, existe um **Serviço de Urgência Básica**, que funciona 24 horas por dia, integrado na Rede de Referenciação de Urgência/Emergência;

SAÚDE MENTAL

- Em Sintra, a reduzida resposta do Serviço Nacional de Saúde releva a importância do papel dos institutos de ordens hospitalares existentes nos cuidados de saúde;

DISPOSITIVO AMBULATORIO:

- As respostas são prestadas pela rede solidária e o SNS (equipas

descentralizadas do HFF - Hospital Fernando Fonseca, em Massamá, e do CINTRA – Centro Integrado de Tratamento e Reabilitação em Ambulatório do CHPL - Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, em Sintra ¹⁸), num total de 5 equipamentos (3 e 2, respetivamente);

- No concelho de Sintra apenas existe uma instituição com serviço de **pedopsiquiatria**, pertencente à rede solidária, funcionando com o apoio da CMS;

INTERNAMENTO:

- Os 3 equipamentos com **internamento psiquiátrico para adultos** existentes no concelho de Sintra pertencem à rede solidária;
- Em 2012, a taxa de ocupação ERA de 100%;

FORUM SÓCIO OCUPACIONAL

- Em 2014 foi inaugurado o Espaço Self, na Casa de Saúde da Idanha (instituição particular sem fins lucrativos), destinado a adolescentes, entre os 13 e os 17 anos;

UNIDADES RESIDENCIAIS DE REABILITAÇÃO

- Em Sintra existem duas instituições da rede solidária que se divide em:
- 9 Residências de apoio - dispõem de 147 camas, com uma taxa de utilização de 98% em 2014;
- 9 Residências de treino de autonomia - Em 2014, das 52 vagas existentes, 88% estão ocupadas
- Na área da **reabilitação**, encontram-se ainda três respostas da rede solidária: 3 *unidades de dia*, com 35 utentes em 2012 e uma taxa de utilização de 100%; *formação profissional* para (e com) 24 pessoas; e 9 mulheres em centro de emprego protegido, numa cooperativa de solidariedade social

COMPORTAMENTOS ADITIVOS

PREVENÇÃO

- Em Sintra, há uma instituição da rede solidária a desenvolver um projeto

¹⁸ A população adulta do concelho de Sintra não tem o mesmo hospital de referência ao nível da saúde mental: os habitantes da cidade de Queluz e das freguesias de Belas e de Casal de Cambra são atendidos no Hospital Fernando Fonseca e os restantes são encaminhados para o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa.

que se enquadra nesta área, em contexto comunitário e escolar

REDUÇÃO E MINIMIZAÇÃO DE RISCOS E DANOS

- Em 2012, a Equipa de Tratamento de Agualva-Cacém desenvolveu, no concelho da Amadora, o **Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência (PSO-BLE)** do CRI Lisboa Ocidental, onde estiveram integrados 101 utentes de Sintra
- Em 2014, tendo encerrado o Programa no concelho da Amadora, esta resposta deixou de existir para os utentes de Sintra, sendo necessário a sua criação neste Concelho.

TRATAMENTO

- Em Sintra existem 4 instituições com programas de tratamento para a população toxicodependente, das quais 3 são da rede solidária, funcionando em regime de internamento, e uma do SNS, em ambulatório;
- O tratamento em **ambulatório** é um dos pilares fundamentais da ação estratégica da Equipa de Tratamento Agualva-Cacém. Com instalações em Agualva, esta equipa multidisciplinar abrange todo o concelho;

REINSERÇÃO

- Em Sintra, esta resposta é disponibilizada por 3 instituições: duas da rede solidária e outra pública;
- As necessidades identificadas com maior relevância são ao nível habitacional, alimentar, educacional/formação profissional, emprego e no acesso a serviços públicos e de proximidade. Em 2012, registaram-se 9 situações de indivíduos sem-abrigo
- **AUTO-AJUDA**
- Em Sintra existem dois grupos de auto-ajuda: Alcoólicos Anónimos (AA) e Narcóticos Anónimos (NA), reúnem em várias freguesias do concelho;
- As reuniões proporcionadas por esta subcomissão são no Estabelecimento Prisional de Sintra (4 por mês) e no centro de tratamento ATT Farol (2 por mês);

VIH/SIDA

- Existe apenas uma resposta para pessoas infetadas e/ou afetadas pelo vírus;
- Uma organização não-governamental com estatuto de IPSS, sediada na Amadora, que intervém em Sintra nesta área, com o financiamento da

2. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Direção Geral de Saúde, em parceria com a CMS, o HFF, entre outros;

CENTRO DE ATENDIMENTO / ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL

- Em 2013, foram apoiados 63 utentes, em instalações municipais em Mira Sintra

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

- Em 2013, foram apoiadas 49 pessoas

EQUIPAMENTOS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Creches

- A freguesia de Casal de Cambra é a única que dispõe de creche familiar
- Taxa de cobertura do concelho ao nível das creches é de 23,01%
- No concelho de Sintra existem 78 creches (mais 33 que em 2001), das quais 65% são da rede privada com fins lucrativos.
- A União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, não dispõe de creche
- A taxa de cobertura do Sintra em creche é ainda baixa, face à meta europeia definida no Conselho Europeu de Barcelona (33%, até 2010) e à média nacional (41,49% em 2013).

Jardim de Infância

- Aumento de equipamentos de 141 para 184, para o qual contribuíram, sobretudo, a rede pública (mais 22) e privada com fins lucrativos (mais 23). Capacidade aumentou de 1.931 para 2.515 utentes
- A taxa de cobertura – 76,77% – registou um aumento de 38%.
- A rede pública consegue abranger 33,48% das crianças em idade pré-escolar.
- Existem duas freguesias com uma taxa de cobertura superior a 100%: União de Freguesias Agualva e Mira Sintra e União de Freguesias de Sintra
- Casal de Cambra, União de Freguesias Cacém e S. Marcos e União de Freguesias S. João das Lampas e Terrugem não conseguem responder a metade das crianças residentes com 3 a 5 anos

Centro de atividades de Tempos Livres

- No Concelho de Sintra, existem 35 CATL, dos quais 60% são geridos por instituições da rede solidária, cobrindo 10,02% das crianças residentes entre os 6 e os 9 anos.
- Em relação a 2001 registou-se uma diminuição de 49 equipamentos (eram 84 em 2001), com uma quebra maior na rede solidária (de 64 para 21);
- Sintra tem uma cobertura de ATL bem superior à nacional, com apenas 3,45% em 2013.
- Colares a apresentar a maior cobertura (27,81%), a União de Freguesias de Sintra a apresentar a menor (5,54%) e a União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar sem CATL.

Centro de acolhimento temporário

- Existe apenas 1 Centro de Acolhimento Temporário, cuja taxa de ocupação é de 100%.

Lar de infância e juventude

- Em Sintra, existem 8 lares de infância e juventude, como uma capacidade total de 123 vagas – mais 5 equipamentos e 38 vagas que em 2001.
- Taxa de utilização é de 95%;

POPULAÇÃO IDOSA**Centros de Convívio**

- Sintra existem 40 centros de convívio, com uma capacidade total de 1.340 vagas e uma taxa de utilização de 78,7%, representando uma cobertura de 2,59% da população residente com 65 ou mais anos.
- Em relação a 2001 existem mais 7 centros de convívio e 375 novas vagas, a taxa de cobertura mantém-se.
- A cidade Agualva-Cacém tem uma fraca cobertura e a União de Freguesias Cacém e S. Marcos não dispõe de qualquer equipamento;
- Algueirão Mem Martins não chega a abranger 1% das pessoas idosas da freguesia e, por outro lado, a União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar apresenta uma cobertura de 10% (maior cobertura).

Centros de Dia

- Em Sintra, existem 23 centros de dia, geridos por instituições da rede

solidária, com uma capacidade total de 772 vagas, correspondendo a 1,5% da população idosa residente – menos 0,6% que em 2001.

- A taxa de utilização destes equipamentos é de 86% e 76% do total das vagas está abrangido por acordo de cooperação com o Ministério de Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- A Freguesia de Colares e a União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, não dispõem desta resposta.

Lar de idosos

- O número de lares para idosos duplicou desde 2001 (de 16 para 33), com expressão idêntica nos dois tipos de entidades gestoras
- A taxa de cobertura é de 2,42%, mais 0,8% que em 2001, sendo a taxa de cobertura nacional quase o dobro (4,47%)
- Identificam-se 3 freguesias sem lar para idosos – Agualva e Mira Sintra, Casal de Cambra, Massamá e Monte Abraão – que, no total, têm 13.587 residentes com mais de 64 anos.
- Abaixo da cobertura média do Concelho estão as Uniões de Freguesia de Queluz e Belas e Cacém e S. Marcos e as Freguesias de Rio de Mouro e Algueirão Mem Martins

Universidades da Terceira Idade / Academias Sénior

- Existem 7 equipamentos no Concelho, nas Freguesias de Algueirão Mem Martins e Rio de Mouro Sintra e na Cidade Agualva-Cacém.

DEPENDÊNCIA

Serviço de Apoio Domiciliário

- Existem 36 equipamentos com capacidade para 1.421 utentes e com uma taxa de cobertura de 2,75%
- A taxa de cobertura é maior que em 2001 (era 1,4%), mas menor que a nacional em 2013 (5,24%).
- Abaixo da cobertura concelhia (2,75%) encontram-se as freguesias de Agualva e Mira Sintra, Massamá e Monte Abraão, Casal de Cambra, Algueirão Mem Martins e Queluz e Belas.

Apoio domiciliário integrado

- Existem 3 instituições que prestam este serviço: duas em Queluz-Belas e uma em Algueirão Mem Martins. Tem capacidade para 55 utentes (34 dos quais abrangidos por acordo de cooperação) e uma taxa de utilização de

83,6%.

POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA

- Existem 9 instituições que apoiam pessoas com deficiência (Intervenção precoce, Educação especial, Centro de atividades ocupacionais, Lar residencial, Qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade, Centro de emprego protegido)

IMIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS

- Existem 15 instituições que têm entre a sua população-alvo os cidadãos imigrantes residentes. Destas, 6 são associações de imigrantes

Centro local de apoio à integração de imigrantes (claii)

- Existem 3 CLAI,
 - ✓ Dois geridos por uma organização não-governamental (um na União de Freguesias Queluz e Belas e outro itinerante, na mesma freguesia, bem como na cidade Agualva-Cacém e freguesias de Casal de Cambra e Massamá Monte Abraão) ;
 - ✓ 1 da Câmara Municipal de Sintra (na União de Freguesias de Sintra (Sta. M^a e S. Miguel, S. Martinho, S. Pedro Penaferrim, descentralizado 1 vez por semana em Algueirão Mem Em 2013,
- Em 2014 está em desenvolvimento a abertura de 2 CLAI, geridos por uma associação de imigrantes, nas freguesias de Algueirão Mem Martins e Rio de Mouro.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Centro de ajuda temporária

- Um **Centro de Emergência Social** com 56 camas, das quais 43 são geridas pelo ISS, IP e 13 pela CMS.
- Uma **Equipa de Intervenção de Rua**, que apoiou, em 2013, 47 pessoas em situação de sem-abrigo.

Ajuda alimentar

- Foi criado o Programa de Emergência Alimentar, que se insere na Rede Solidária de Cantinas Sociais
- Existem 15 cantinas sociais, que abrangem todo o concelho, com capacidade de fornecimento de 1.210 refeições diárias. A cidade Agualva-Cacém é a área geográfica que, se encontra mais a descoberto

3. EQUIPAMENTOS DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO

- A Câmara Municipal de Sintra desenvolve o **Programa de Apoio Alimentar**, em colaboração com outras entidades. São disponibilizadas cerca de 1.000 refeições mensais.
- No âmbito do PCAAC - Programa de Ajuda Alimentar a Carenciados – A CMS participou no mesmo disponibilizando 2 pólos de armazenamento e distribuição dos produtos entregues através do ISS, IP.
- Em 2014, 45 instituições da rede solidária, distribuídas por todas as freguesias do Concelho, têm acordo com o **Banco Alimentar Contra a Fome**, na vertente beneficiária

Violência doméstica - centro de atendimento

- Existem 2 unidades de atendimento a vítimas de violência doméstica – uma da CMS e outra do ISS, IP, ambas na União de Freguesias de Sintra. Em 2013, realizaram 61 e 143 atendimentos, respetivamente

Violência doméstica - casa abrigo

- Existem 2 casas de abrigo, geridas por instituições da rede solidária, com uma capacidade total para 42 utentes (15 mulheres e 27 crianças).
- Uma das respostas está integrada numa comunidade de inserção

Rede Escolar

- 122 equipamentos escolares e 94706 alunos
- As escolas básicas do 1º ciclo com jardim-de-infância são 64;
- É na Rede pública que se encontra a maioria dos alunos no concelho. A rede privada é pouco expressiva.

PRÉ-ESCOLAR

- No Ensino Pré-Escolar, deu-se um aumento muito significativo do número de alunos desde 2003/04 (46%) face à capacidade de resposta nos últimos anos, com tendência de estabilização do alargamento da rede pública.

EB1 E EB1/JI

- Dos 83 estabelecimentos de ensino básico (EB1 e EB1/JI) existentes no concelho, 15 ainda se encontram em situação de sobre ocupação (superior a

100%):

- ✓ União de Freguesia de Aqualva Mira Sintra, Cacém e S. Marcos, Massamá e Monte Abraão, Queluz e Belas e Rio de Mouro.
- As escolas cuja capacidade não está totalmente esgotada:
- ✓ União de Freguesia de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar.
- Os jardins de infância localizados nas zonas rurais têm maior capacidade para acolher alunos a partir dos 3 anos
- Decréscimo do número de alunos a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, desde 2003

2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

- No 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, o número de alunos tem vindo a decrescer desde o ano letivo 2010/11. Acentuação da tendência de redução do número de alunos no ano letivo 2012/2013, de cerca de 1,5%, sendo esta perda superior no 2.º ciclo.

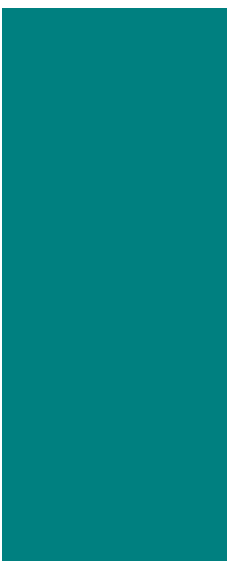
A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO APRESENTA OSCILAÇÕES LONGO DOS ÚLTIMOS 10 ANOS

ENSINO SECUNDÁRIO

- Desde 2011/12 que os valores se têm mantido relativamente estáveis.
- Aumento da taxa de alunos carenciados, com tendência a aumentar (carência das famílias e aumento da escolaridade obrigatória)

CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NO ENSINO BÁSICO

- Os Cursos de Educação e Formação no Ensino Básico, encontram-se em declínio, com substituição pelos cursos vocacionais.
- Existem cerca de 2329 alunos com necessidades educativas especiais, existindo uma carência de resposta em âmbito de unidades de ensino especial.
- Especial dificuldade na capacidade de resposta para o 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário onde a taxa média de ocupação está acima dos 100%.
- A sobrelotação das escolas situam-se no corredor ferroviário Queluz-Sintra
- No 1.º ciclo são necessárias atualmente 60 salas para permitir o funcionamento em regime normal para a totalidade das turmas.
- O decréscimo de alunos nalguns locais pode possibilitar a reconversão destes



espaços para salas de jardim de infância, onde a rede pública é insuficiente nas freguesias menos populosas.

- Importante monitorizar a relação entre a necessidade de salas em cada estabelecimento de ensino (EB1) e os espaços utilizados ao abrigo do Programa ATL - hipótese de ter todas as turmas em regime normal de funcionamento.
- Dificuldade na capacidade de resposta para o 2º e 3º ciclo (zona Urbana). Muitas turmas encontram-se alojadas em Escolas do Ensino Secundário
- Se as turmas excedentárias do 2º e 3º ciclo fossem retiradas do Ensino Secundário, deixaria de haver taxas de ocupação elevadas
- Existem 78 turmas excedentárias no 2º e 3º ciclo e 129 turmas excedentárias no Ensino Secundário



4. EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

- Área Útil Desportiva do Concelho de Sintra : 410.978 m²
- Área Útil Desportiva / Sintra: 1.09 m²/ha. Situa-se abaixo dos valores 4m²/hab. recomendados pelo Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e Desporto (UNESCO).
- Atualmente no Concelho de Sintra existem 540 instalações desportivas artificiais quer sejam de propriedade municipal, associativa, escolar, particular ou militar.
- A distribuição qualitativa das tipologias desportivas apresenta-se de forma desigual nas diferentes freguesias do Concelho.
- As tipologias pequenos campos (163), Salas de desporto (146), e grandes campos de jogos são pavilhões desportivos (49) são as mais representativas do concelho.
- Entre as instalações desportivas especiais, destacam-se: Centros hípicas (15), Campos de golfe (5), Campo de tiro (1) e Circuito de radiomodelismo (1).
- Destaca-se a criação / construção de 23 espaços informais com circuitos de Fitness e 22 espaços informais com equipamento desportivo (minigolfe, tabelas de basquetebol, mesas de ténis de mesa, estruturas artificiais de escalada, obstáculos para a prática do Skate).
- Área Útil Desportiva por habitante com valores muito abaixo dos 1m²/hab

(média nacional 2,38 m²/hab).

- ✓ Freguesias de Cacém/S. Marcos, Agualva/ Mira Sintra, Algueirão-Mem Martins, Queluz/Belas, Casal de Cambra e Massamá/Monte Abraão.
- Áreas Útil Desportiva por habitante que se situam ainda abaixo dos 2m²
 - ✓ Freguesias de Rio de Mouro e S. João das Lampas/Terrugem
- Áreas Útil Desportiva por habitante que se situam já acima dos 2m²
 - ✓ Almargem do Bispo/Pero Pinheiro e Montelavar com valores de AUD/hab. de 2.87m², Stª Maria/S:Miguel, S. Martinho e S. Pedro de Penaferrim (2.77m²), e Colares (2,02).
- As freguesias mais urbanas, apresentam grande dificuldade para disponibilizarem espaços para a construção de novos equipamentos desportivos.
- A maioria das instalações desportivas são de propriedade particular (28.14%), com especial destaque para as freguesias de StªMaria/S.Miguel, S.Martinho e S.Pedro de Penaferrim.
- A Autarquia é detentora de cerca de 24.70%, do total de equipamentos desportivos existentes no concelho, com particular destaque nas freguesias de Rio de Mouro, Algueirão/Mem Martins e Agualva/Mira Sintra.
- O movimento associativo, conjuntamente com as escolas e a autarquia detêm a propriedade da maioria das instalações desportivas existentes no Concelho (69.64%) com destaque para os pavilhões e salas de desporto, os pequenos e grandes campos de Jogos, espaços informais de lazer e pistas de atletismo.
- As instalações desportivas especiais (campos de ténis, campos de Golfe, os centros hípicas e piscinas descobertas) são na sua maioria de propriedade privada (28.14%).
- De realçar que os planos de água cobertos (piscinas desportivas e tanques de aprendizagem) estão em igual percentagem entre o grupo das de propriedade particular e as de propriedade municipal / associativa /escolar.
- O envelhecimento da população, implica uma reflexão sobre o reordenamento do parque desportivo municipal

5. EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE RECREIO E LAZER

- As atividades de Desporto da Natureza, têm vindo a ganhar cada vez mais aderentes. Inclui modalidades tão diversas como o Pedestrianismo, a Escalada, BTT, Voo Livre, Surf, Bodyboard, Boulder, entre outras.
- No Concelho de Sintra existem 80 **associações de cultura e recreio** de propriedade associativa e 16 equipamentos culturais de propriedade municipal
- A União de Freguesias de Sintra destaca-se tanto ao nível das coletividades como dos equipamentos municipais (25), seguida da freguesia de Algueirão-Mem Martins com 16 equipamentos.
- As restantes Freguesias, encontram-se equilibradas, dispondo entre 7 e 11 coletividades de cultura e recreio e equipamentos municipais
- Com menos equipamentos destacam-se a Freguesia de Rio de Mouro com apenas 4 coletividades para 47.311 habitantes e a União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra com 3 coletividades para 41.104 habitantes
- A Freguesia de Casal de Cambra não tem coletividades
- Nas freguesias da zona rural, apesar de terem menos população, estão bastante bem servidas de Equipamentos Culturais de Recreio e Lazer,
- Dos 91 equipamentos culturais de recreio e de lazer, 57 são salas polivalentes de propriedade associativa, que se adaptam a qualquer e a quase todos os tipos de atividade cultural.
- Existem 14 auditórios - propriedade associativa e municipais, em todo o Concelho,
- Existem 16 Espaços Municipais no Concelho de Sintra, entre museus, galerias, bibliotecas, casas da cultura, centros culturais e auditórios,
- O Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, tem 1 auditório e 1 sala polivalente, a Casa da Cultura de Mira Sintra, tem 1 auditório e 2 salas polivalentes, a Vila Alda tem 1 sala polivalente e o Centro Cultural Olga Cadaval tem 2 auditórios
- Verifica-se uma distribuição equilibrada dos equipamentos municipais, havendo uma grande concentração dos mesmos na U.F. de Sintra que abrangem o Centro Histórico.

6. SEGURANÇA PÚBLICA

- A autarquia investiu na construção de novos equipamentos culturais - Casa da Cultura de Mira Sintra, e MU.SA – Museu de Artes de Sintra.

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

- A GNR tem a seu cargo a área de intervenção constituída pela união das freguesias de Sintra, a freguesia de Colares, a União das Freguesias de São João das Lampas e da Terrugem, e a União das Freguesias de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro,
- Além dos postos territoriais esta força ainda está representada no concelho com o Destacamento Territorial de Sintra, o Subdestacamento Territorial de Sintra, o Destacamento de Intervenção de Lisboa, a Unidade Nacional de Trânsito, o 1º Destacamento de Ação Conjunta, o Pelotão de Detecção Cinotécnica e a Escola da Guarda.
- A PSP é responsável pelas freguesias mais urbanas de Algueirão Mem Martins, Rio de Mouro, Casal de Cambra, União das Freguesias do Cacém e São Marcos, União das Freguesias de Agualva e Mira Sintra, União das Freguesias de Massamá e Monte Abrão, e União das Freguesias de Queluz e Belas,
- A maioria dos terrenos/instalações destinados às forças de segurança são propriedade privada do município.

CORPOS DE BOMBEIROS

- No Concelho de Sintra existem 9 (nove) Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, cada uma delas é detentora de um Corpo de Bombeiros
- As diferentes áreas de atuação, correspondem em geral a uma ou mais freguesias contíguas.

7. EQUIPAMENTOS DE JUSTIÇA

- Existem 6 (seis) equipamentos de justiça com relevância no concelho
- À exceções do Estabelecimento Prisional da Carregueira, que se situa na União das Freguesias de Queluz e Belas, todos os outros equipamentos, localizam-se

8. CEMITÉRIOS

na União das Freguesias de Sintra

- Os Equipamentos de justiça com relevância no Concelho são:
 - ✓ Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais / Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas (S. Pedro de Penaferrim) Equipa de Lisboa tutelar Educativa 2 e Lisboa penal 3
 - ✓ Tribunal de Sintra / Ministério Público Criminal, Família e Menores e Trabalho
 - ✓ Estabelecimento Prisional de Sintra
 - ✓ Estabelecimento Prisional da Carregueira
 - ✓ Julgados de Paz
 - ✓ Mediação Familiar

- Identificaram-se 16 cemitérios no concelho de Sintra
- A localização geográfica dos cemitérios distribui-se uniformemente pelo território
- Apenas três freguesias não têm cemitérios: Casal de Cambra, União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e União das Freguesias de Agualva e Mira Sintra
- Dos quinze cemitérios onde foi possível apurar a respetiva capacidade / taxa de ocupação, o cemitério de Queluz é o que tem a maior capacidade.
- Relativamente à taxa de ocupação, na generalidade, os valores situam-se acima dos 70%
- Evidenciam-se, os cemitérios de Algueirão na freguesia de Algueirão, os cemitérios de Queluz e de Belas na União de Freguesias de Queluz e Belas e o cemitério da Ulgueira na Freguesia de Colares que já atingiram o limite máximo de ocupação (100%.)
- O cemitério de Pero Pinheiro, apesar de ter pouca capacidade em relação à maioria é o que tem menor taxa de ocupação (31%.)

MERCADOS MUNICIPAIS

- Existem 12 (doze) mercados municipais, cuja gestão é efetuada diretamente pelo município

9. MERCADOS E FEIRAS

- Localizam-se nas Freguesias de Casal de Cambra, Queluz, Agualva, Cacém, Rio de Mouro, Estefânea, Tapada das Mercês, São Carlos, Mucifal, Várzea, Vila de Sintra e Pero Pinheiro.
- O número de Concessionários por mercado tem vindo a diminuir nos últimos anos

FEIRAS

- Com exceção de três feiras, Tapada das Mercês, Cacém e Mercado de Produtores de Sintra, cuja gestão é efetuada diretamente pelo Município, as restantes feiras são da gestão das Juntas de Freguesia.
- A publicação do DL 23/2013, de 12 de abril, simplificou o regime de instalação de feiras, permitindo que entidades privadas (com CAE adequado) realizem em espaço público, feiras destinadas à venda a retalho. É necessário que em instrumento de ordenamento do território se encontre definido como espaço adequado.
- O legislador considera estas atividades como pólo potenciador de emprego e competitividade.

10. ESPAÇO PÚBLICO

O espaço público desempenha funções essenciais na cidade, relacionando-se com a qualidade de vida (um dos pilares da sustentabilidade) e com processos identitários (enraizamento das populações aos lugares).

São espaços públicos correntes ou indiferenciados os espaços afetos:

- à circulação automóvel;
- à circulação pedonal;
- ao estacionamento de veículos;
- e aos espaços verdes.

Para uma breve e indicativa análise procurou-se analisar quatro tipos de espaço cujas morfologias têm alguma repetição no concelho de Sintra (área de referência de 4 hectares).

- *Pequenos núcleos urbanos de crescimento radial* (ex. S. João das

Lampas)

- *Núcleos urbanos (não planeados)* (ex. Aqualva e Algueirão)
- *Núcleos urbanos (planeados)* (ex. Cacém (Polis) e Casal da Barota)
- *Áreas industriais e empresariais* (ex. Bela Vista, no Cacém)

Desde logo, conclui-se:

- que existe uma relação entre os aglomerados de maior densidade populacional e a quantidade de espaço público disponível, destacando-se os espaços que foram planeados como os que possuem uma maior relação espaço público / espaço total;
- a escassa afetação de espaço público nas áreas industriais e empresariais, que sublinha a dependência que sempre houve ao transporte individual como forma de locomoção.

Circulação pedonal

- A relação do espaço público pedonal com a quantidade de espaço público disponível não é proporcional, ou seja, que os tecidos urbanos que têm mais espaço público não são necessariamente os que têm maior percentagem de espaços para a circulação pedonal, o que indicia uma maior afetação para outros usos.

Circulação automóvel

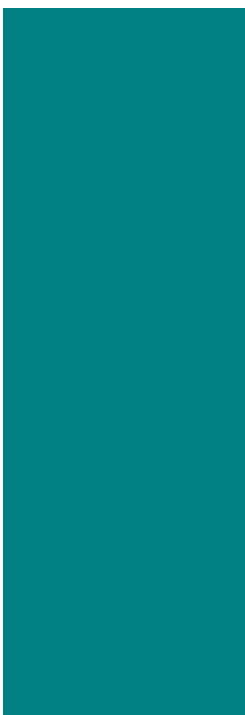
- Os espaços destinados à circulação automóvel tornam-se um imperativo da cidade moderna e um espaço a organizar de forma harmoniosa na cidade contemporânea. A importância do automóvel na cidade tem vindo a ser relativizada face a valores tão importantes como a qualidade de vida, a poluição (ar, ruído e visual) e a necessidade de transportes públicos eficientes e do uso de formas de mobilidade suave. Enquanto os primeiros aglomerados desenvolveram-se sem o conhecimento do veículo automóvel, os mais recentes desenvolveram-se à volta deste, na perspectiva de garantia de mobilidade e por isso de acesso, nomeadamente a usos e produtos que não estavam disponíveis na proximidade.

Estacionamento

- Se por um lado, o estacionamento de veículos automóveis é um fator de desqualificação urbana (quando mal localizado), por outro, a oferta existente é claramente insuficiente – é indispensável a tomada de opções políticas e técnicas sobre a cidade desejada.
- É nos núcleos históricos ou rurais, que se verifica uma maior ausência de espaços destinados ao estacionamento de veículos. Fruto da sua génese, estes aglomerados não se desenvolveram à volta do tema da circulação automóvel. O resultado é a apropriação de outros espaços públicos pelos automóveis, a poluição visual, e a descaraterização dos núcleos. Partilham estes problemas praticamente todos os aglomerados que resultam de escrituras de urbanização e as áreas urbanas de génese ilegal (AUGI).

Espaços verdes públicos

- É uma das componentes do tecido urbano mais negligenciado nas últimas décadas. O seu papel foi subvalorizado nas grandes zonas residenciais, com exceção daquelas que usufruem de um estatuto privativo ou controlado.
- Nos espaços planeados surge a maior afetação de espaços verdes públicos, embora em alguns casos não sejam espaços de fruição mas sim de enquadramento paisagístico. A passo da heterogeneidade do tecido urbano surgem vários espaços de configuração, área e expressão diferente, o que contribui claramente para a riqueza e identidade destas áreas, embora pouco pela sua pouca expressão no conjunto da cidade.
- Concluindo, existe claramente um défice de espaços verdes de utilização pública, sendo esta uma conclusão generalizada e de aplicação a todo o município de Sintra.
- Os parques e jardins com maior relevância e/ou dimensão são cerca de 19, totalizando uma área de cerca de 66 ha.
- Existem, sobretudo no corredor urbano, vários espaços verdes com importante valor ambiental, mas que se encontram em estado de deterioração ou mesmo expectantes e à espera de uma decisão de uso. Muitos dos espaços verdes que resistiram à expansão urbana são



propriedades ou antigas quintas, algumas em situação de degradação, partes de manchas florestais não integradas e zonas verdes ao longo dos cursos de água que atravessam o eixo urbano

- As praças e Largos, constituem elementos de grande centralidade. Atualmente, percebendo-se a verdadeira importância e funcionalidade das praças em contexto urbano, tem-se vindo a assistir à sua recuperação e à promoção do seu usufruto.
- Relativamente ao mobiliário urbano, a realidade atual traduz-se na inexistência duma linguagem única e coerente, e onde muitas vezes a localização dos elementos é feita de forma aleatória ou até provisória, com reflexos negativos para a qualidade do espaço público. A sua articulação de facto só acontece quando existe um projeto específico de requalificação.

11.2. ANÁLISE SWOT

A análise SWOT propõe a identificação simplificada dos principais pontos fortes (Strengths) e pontos fracos (Weaknesses), as oportunidades (Opportunities) e as ameaças/riscos (Threats). Tem sido aplicada ao Ordenamento do Território para realçar as qualidades intrínsecas de um espaço, as suas vocações e mitigar ou controlar os inconvenientes ou ameaças existentes.

A análise SWOT é uma ferramenta, principalmente de carácter estratégico, de apoio a tomadas de decisão, que deve o seu nome (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) ao facto de se debruçar sobre a identificação de forças, fraquezas internas a um determinado meio (uma empresa ou, no presente caso, a área de intervenção de um Plano), bem como as oportunidades e ameaças da área envolvente a esse meio. O ambiente interno (Forças, Fraquezas) pode ser controlado, já que é o resultado de estratégias de atuação já definidas. Assim, ao percebermos um ponto forte na análise, devemos destacá-lo ainda mais; quando percebermos um ponto fraco, devemos agir de forma a controlá-lo ou, pelo menos, minimizar o seu efeito. Já no que diz respeito ao ambiente externo (Ameaças e Oportunidades), apesar de não podermos controlá-lo, podemos identificá-lo, procurando aproveitar as oportunidades da maneira mais eficiente, e evitar as ameaças enquanto possível.

As autoridades municipais e regionais foram as primeiras entidades públicas que, desde os anos de 80, têm utilizado a ferramenta da análise SWOT como enquadramento para reflexão sobre diversos cenários de

desenvolvimento. Atualmente, é utilizada quer como componente de exercícios de planeamento, quer para a avaliação ex-ante de programas de desenvolvimento regional.

Os dois principais objetivos da análise SWOT são:¹⁹

- Salientar os fatores dominantes e determinantes, tanto internamente como externamente ao território, que poderão influenciar o sucesso do projeto;
- Produzir orientações estratégicas relevantes, aliando o projeto ao seu contexto específico.

A análise SWOT deste tema resulta do conhecimento e da análise do território e do seu contexto, e visa dar o melhor enquadramento possível ao estabelecimento de uma visão e uma estratégia que são abordados no Modelo de Desenvolvimento Territorial (MDT). Assim, o documento do MDT apresenta uma SWOT síntese de todos os temas que compõem o relatório de diagnóstico e procede à definição de uma visão e de uma estratégia, composta por eixos estratégicos e objetivos.

¹⁹ A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico, Manual Técnico II: Métodos e Técnicas de Avaliação.

	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do Plano Local da Saúde Progresso na oferta de equipamentos de jardim-de-infância da rede pública Investimentos efetuados na vertente de cariz Social Existência de projetos direcionados às famílias mais carenciadas Relativa diversidade de equipamentos desportivos disponíveis Incremento de novas modalidades desportivas Melhoria do número e condições dos estabelecimentos de ensino em geral Investimento municipal na construção de novos equipamentos culturais e de lazer Distribuição equilibrada de equipamentos culturais de recreio e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> Carência na prestação dos cuidados de saúde: diferenciados, continuados ou até paliativos Existência de unidades de prestação de cuidados de saúde primários (USF e UCSP), desadequadas; Existem freguesias com carências ao nível dos equipamentos de infância e juventude Apesar do aumento de unidades de apoio à 3ª idade, existem freguesias sem lar de idosos ou com baixa cobertura (Freguesias Urbanas) Área Útil Desportiva / Sintra abaixo dos valores recomendados pelo Conselho da Europa e pela UNESCO Sobrelotação das escolas que se situam no corredor ferroviário Queluz - Sintra Carência de unidades de ensino especial Decréscimo de alunos nesta última década e aumento da taxa de alunos carenciados Elevada taxa de ocupação dos cemitérios (70 a 100%) Ausência de espaços destinados a estacionamento nos núcleos históricos ou rurais Diminuição do número de concessionários nos mercados
AMBIENTE EXTERNO	<ul style="list-style-type: none"> Reutilização/Readaptação de equipamentos para o desenvolvimento de novos modelos de resposta social A rede de equipamentos deve ser perspectivada numa rede regional, com efeitos de sinergia Aparecimentos de novas respostas fora da esfera do Estado Importância do planeamento, reabilitação e qualificação urbana na qualidade de espaço público Novo quadro comunitário de apoio (Portugal 2020); Crescente valorização e procura da oferta cultural 	<ul style="list-style-type: none"> Desestruturação das redes de solidariedade primárias na prestação de cuidados às crianças, jovens e idosos Aumento dos problemas sociais: violência doméstica, exclusão social e pobreza das famílias Diminuição da capacidade Financeira das Autarquias para suprimir as carências com novos equipamentos ou mesmo em requalifica-los
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS

BIBLIOGRAFIA

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE SINTRA (2004) – *Diagnóstico Social do Concelho de Sintra*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

COORDENAÇÃO NACIONAL PARA A SAÚDE MENTAL; ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE [s/d] - *Rede de Referência Hospitalar de Psiquiatria da Infância e da Adolescência (Documento Técnico de Suporte)*. <http://www.acss.min-saude.pt/Portals/0/DOCUMENTO%20T%C3%89CNICO%20DE%20SUPORTE_RRH_PSIQ%20IA_VERS%C3%83O_%2023%20NOV.pdf>

INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP (2014) – *Ficha Síntese – Centro de Emprego Protegido*. <<https://www.iefp.pt/documents/10181/190911/Ficha+S%C3%ADntese+-+Centro+de+Emprego+Protegido+-+20-05-2014/da6a2514-854c-4df6-9b85-755f8cf8b06f>>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (2007) - *Centros de Recursos para a Inclusão - Reorientação das Escolas Especiais*. <<http://www.dgidec.min-edu.pt/educacaoespecial/index.php?s=directorio&pid=4>>

MINISTÉRIO DA SAÚDE, ALTO COMISSARIADO DA SAÚDE, COORDENAÇÃO NACIONAL PARA A SAÚDE MENTAL (2008) – *Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016 — Resumo Executivo*. Lisboa: Coordenação Nacional para a Saúde Mental. ISBN 978-989-95146-6-9

MSESS – Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (2012) – *Carta Social*. <<http://www.cartasocial.pt/>>

SICAD - SERVIÇO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (2013) – *Linhas Gerais de Orientação à Intervenção Preventiva nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências*. <http://www.sicad.pt/PT/Intervencao/PrevencaoMais/Documents/Linhas_Gerais_de_Orientacao_Intervencao_Preventiva_em_CAD_.pdf>

UNIÃO EUROPEIA. CONSELHO EUROPEU BARCELONA, 15 E 16 DE MARÇO DE 2002 (2002) – *Conselho Europeu de Barcelona: 15 e 16 de Março de 2002 - Conclusões da Presidência*. Barcelona: Conselho da União Europeia.

CMS – Plano de Desenvolvimento Estratégico – Sintra 2015

FERNANDES, Ana Cristina Teixeira Dias – *“Metodologia de Avaliação da Qualidade dos Espaços Públicos”* FEU Porto, 2012

FLORINDO, Fernando Rodrigues – *“Caraterização das lamas Geradas e sua Valorização nos subsistemas dos SMAS de Sintra, delineamento de um modelo conceptual de Gestão”- ISA-UTL, 2009*

PEREIRA, Mariana Pires Reis – *“Espaços Verdes Urbanos, contributo para a otimização do planeamento e Gestão da Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra” – ISA-UTL, 2011*

ANEXOS

(QUADROS SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS COLETIVOS)